

1.º de Maio é ponto alto na intensificação da luta dos trabalhadores

Mais razões nas ruas

Depois dos desfiles que levaram às ruas do País a festa de Abril e a luta em defesa dos seus valores, é a vez de, no 1.º de Maio, ao apelo da CGTP-IN, os trabalhadores manifestarem o seu empenho na batalha por melhores salários e emprego com direitos. Para que o Dia do Trabalhador seja um ponto alto de unidade, luta e solidariedade.

Págs. 5 e 6



25 de Abril sempre!

Dinis de Almeida com jovens

Filhos da Revolução

Dinis de Almeida, destacado capitão de Abril, foi convidado pelo «Avante!» a guiar um grupo de jovens em visita à exposição «Fotos de Abril», de Eduardo Gageiro. Jovens mais jovens que o 25 de Abril ouviram um relato de experiências, contado na primeira pessoa.

Entrevista com Vasco Gonçalves

Valores de Abril são eternos

«Os valores do 25 de Abril são valores perenes, não são só característicos do 25 de Abril, são valores da humanidade. A sua defesa e transmissão tem que ser feita na prática quotidiana.» Comemorar Abril é transmitir essa mensagem.

Sérgio Ribeiro sobre

As nacionalizações

«Em 1974, o poder económico em Portugal estava concentrado em 7 grandes grupos nascidos no fascismo, e este era sustentado pelo poder económico dos grupos que criara. Democratizar a sociedade portuguesa implicava, necessariamente, quebrar essa promiscuidade.»

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440.

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
pccp.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redatores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rola
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00
EUROPA
50 números: 21 850\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00
GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

19 Quarta-feira

Centenas de pessoas manifestam-se no Porto em solidariedade com os protestos da PSP. É aprovado na Assembleia da República o financiamento dos partidos políticos, que proíbe as empresas privadas de financiar campanhas partidárias. A Caixa Geral de Depósitos lança uma oferta de compra do capital social da Mundial Confiança. Robert Mugabe, presidente do Zimbabwe, anuncia que os ex-combatentes que ocuparam várias fazendas no país acordaram iniciar negociações para a distribuição das terras ocupadas. Os senadores do Conselho da Federação russa ratificam o plano de desarmamento russo-americano START II.

20 Quinta-feira

Os trabalhadores da TAP fazem greve, originando atrasos nos horários dos voos. Joerg Haider ameaça com a possibilidade de a Áustria sair da União Europeia. O IRA anuncia os seus «desejos de paz» mas recusa comprometer-se sobre o seu desarmamento. Na China, Cheng Kejie, vice-presidente do parlamento chinês, é expulso do seu cargo e do PCC (Partido Comunista Chinês), após ser acusado de corrupção. Termina, no Quênia, a Convenção para o Controlo do Comércio Internacional de Espécies em Perigo que decide manter interdito o comércio de marfim e produtos provenientes das baleias.

21 Sexta-feira

Jorge Sampaio inicia a sua visita ao Brasil no âmbito das comemorações dos 500 anos da sua descoberta. Cuba cancela uma visita da tróica da União Europeia, como forma de retaliação pela condenação de Cuba por parte da Comissão dos Direitos do Homem da ONU, aprovada em Bruxelas por vários membros da UE. Termina a Cimeira da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) com um apelo à Grã-Bretanha e aos países doadores para financiarem a reforma agrária no Zimbabwe. O Presidente da República italiana, Carlo Ciampi, nomeia o ex-ministro das Finanças, Giuliano Amato, primeiro-ministro e desfaz assim as hipóteses de eleições antecipadas.

22 Sábado

António Guterres inicia a sua visita a Timor-Leste. O dia das comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil é marcado pelas manifestações dos indígenas e dos sem terra, que provocam centenas de feridos e de detidos. A Associação Socio-

Profissional da Polícia (ASPP) cria um fundo de solidariedade para acorrer aos agentes da PSP que fiquem «privados dos seus vencimentos». As forças policiais norte-americanas intervêm para obrigar os familiares do naufrago cubano Élian a entregá-lo à custódia do seu pai. Londres admite financiar a reforma agrária no Zimbabwe e afirma-se disposta a negociar com Robert Mugabe.

23 Domingo

António Guterres, durante a sua visita a Timor-Leste, promete que Portugal irá enviar dez mil contos por mês para os soldados acantonados das Falintil. No Zimbabwe, os ex-combatentes ocupam uma nova fazenda situada no norte do país. O chanceler alemão Gerhard Schroeder pressiona Helmut Kohl para que revele os nomes dos financiadores ilegais. Realizam-se eleições municipais em Cuba para eleger os 14 mil representantes do povo. No Irão são proibidos mais dois jornais diários reformadores e um jornalista é condenado a dois anos de prisão por se afirmar contra a pena de morte no país.

24 Segunda-feira

O Ministério da Educação assina o normativo que determina o novo calendário escolar, com três períodos de 90 dias cada e com as escolas a funcionarem durante as pausas lectivas. No Porto, a greve dos oficiais operadores de socorro, com cem por cento de aderência no turno das 8h às 13h, obriga ao cancelamento de oito voos da TAP. No Irão são suspensos mais dez jornais reformadores, tendo o presidente Khatami apelado à calma enquanto o novo parlamento não entrar em funções. Kofi Annan teme uma nova corrida aos armamentos caso se verifique qualquer alteração ao tratado antimísseis ABM, como pretendem os EUA.

25 Terça-feira

O 26.º aniversário da revolução do 25 de Abril de 1974 é comemorado com milhares de portugueses na Avenida da Liberdade e com a sessão solene no parlamento. No Teerão, os estudantes universitários manifestam-se contra a proibição dos jornais reformistas. Abdullah, rei da Jordânia, após um encontro com Yasser Arafat, apoia a criação do Estado Palestino. Na Bolívia, quatro dias após o fim do estado de sítio, o governo demite-se em bloco deixando o país numa grave crise política. Em Washington, nos Estados Unidos, um tiroteio entre gangs de jovens entre os 11 e os 16 anos provoca um morto e seis feridos.

Aconteceu

Os 500 anos do Brasil

Realizaram-se esta semana as principais comemorações do 5.º centenário da descoberta do Brasil pela esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, com iniciativas oficiais envolvendo os mais altos responsáveis dos dois países. O Presidente da República de Portugal, Jorge Sampaio, deslocou-se ao Brasil a convite do seu homólogo Fernando Henrique Cardoso para, juntos, presidirem a



diversas cerimónias realizadas no grande país sul-americano, nomeadamente em Porto Seguro - local onde a esquadra de Cabral fundeu e pisou pela primeira vez terras brasileiras - na cidade da Baía - historicamente muito ligada à expansão colonial portuguesa que daria origem à grande República Federativa do Brasil -, em S. Paulo e Rio de Janeiro, duas metrópoles paradigmáticas do gigante sul-ameri-

cano. Estes actos comemorativos protagonizados pelos Chefes de Estado dos dois países realizaram-se à volta do dia exacto em que a esquadra de Pedro Álvares Cabral avistou terras brasileiras, a 22 de Abril de 1500, mas as comemorações nos dois países e, principalmente, no Brasil, decorrerão

durante todo este ano de 2000. Entretanto, coincidindo com as cerimónias oficiais protagonizadas em Porto Seguro pelos dois chefes de Estado, realizou-se em Lisboa, no Parque das Nações, uma festividade homóloga que mobilizou dezenas de milhares de pessoas. Estas comemorações no Brasil foram man-

Tragédia no ZOO de Washington

Um rapaz de 12 anos ficou clinicamente morto, em resultado de um tiro na cabeça, e cinco crianças entre os 10 e os 16 anos ficaram feridas quando, na segunda-feira, um jovem disparou contra um grupo de adolescentes no «National Zoo» de Washington que, na altura, se encontrava repleto de famílias que celebravam o «Dia da Família Afro-Americana». Segundo um alto funcionário da polícia, o jovem declarado clinicamente morto é mantido vivo com o auxílio de máquinas para permitir que a família possa doar os seus órgãos.

A polícia encontra-se ainda a investigar o móbil do tiroteio mas, aparentemente, os disparos foram feitos por um adolescente quando dois grupos rivais se enfrentavam junto a uma das entradas do jardim zoológico.

As ameaças de Haider

Joerg Haider, o dirigente do partido de extrema-direita que integra a actual coligação que governa a Áustria, ameaçou esta semana com a retirada da Áustria da União Europeia ao afirmar que esta «criou uma situação onde, pela primeira vez, um Estado-membro tem que examinar se deve ou não retirar-se».

As afirmações de Haider foram rapidamente rejeitadas por outros dirigentes dos dois partidos que integram a coligação governamental. Wilhelm Molterer, vice-presidente do Partido Popular (a formação que, oportunisticamente, viabilizou a coligação governamental com a extrema-direita de Haider) garantiu que «está muito claro que a

Áustria é e continuará a ser membro pleno da UE e a reger-se pelos seus tratados», enquanto Susanne Riess-Passer, indigitada sucessora de Haider na liderança do FPO (a formação de extrema-direita dirigida por Hai-



Subsídio às FALINTIL

Na sua deslocação oficial a Timor-Leste realizada esta semana, o Primeiro-Ministro António Guterres garantiu a Xanana Gusmão que Portugal irá dar às FALINTIL um subsídio mensal de 10 mil contos, a título de ajuda humanitária, enquanto tal for considerado necessário. Esta promessa de ajuda - que será imediata

- surgiu após a visita da comitiva governamental portuguesa ao acantonamento da FALINTIL em Aileu, onde foi confrontada com as extremas dificuldades em que vivem os membros do braço armado da resistência timorense, que chegam ao ponto de não terem que comer. Continua-se, entretanto, à espe-

ra que as Nações Unidas definam o estatuto e as responsabilidades das FALINTIL no quadro do processo de transição em curso, sendo reivindicada dos dirigentes do CNRT que as FALINTIL constituam a base das futuras Forças Armadas do país, reivindicando que conta com o total apoio de Portugal.

Preso na Indonésia ex-ministro de Suharto

Mohammad «Bob» Hasan, antigo ministro do ditador Suharto, foi preso sob a acusação de fraude contra o Estado indonésio, no que constitui a

primeira prisão de um membro da mafia corrupta de Suharto - que, durante mais de três décadas, oprimiu e explorou os povos da Indonésia -, no quadro das investigações às irregularidades financeiras de Suharto e dos seus capangas ordenadas pelo governo do presidente Wahid. Mohammad Hasan foi acusado de ter desviado 87 milhões de dólares de fundos destinados à reforestação, em Jacarta. Durante a ditadura de Suharto, Hasan transformou o seu pequeno monopólio de negócio de madeira numa gigantesca fortuna pessoal, que está agora a ser averiguada.



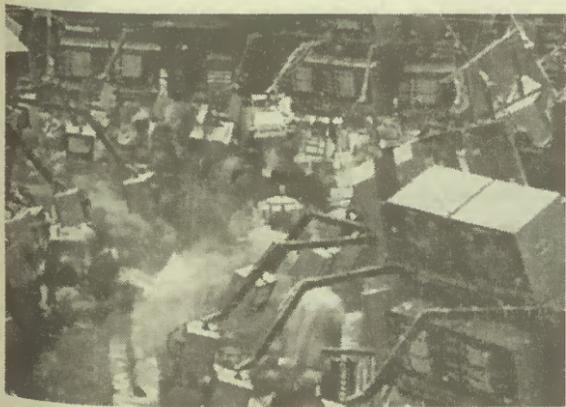
der), veio a terreiro afirmar que «a questão da saída da UE não se coloca», embora comentadores considerem que este «desmentido» é apenas um expediente para dar cobertura às provocações de Haider.

Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglês

Volátil Idade

Quando os ministros das finanças do G7 se reuniram com os sumos-sacerdotes do FMI e do BM em meados de Abril, como habitualmente, podiam supor que se encontravam numa risonha estação primaveril. Pois não tinham pouco antes os relatórios do FMI e do BM traçado um agradável panorama cor-de-rosa da economia global, com taxas de crescimento mundiais, para já e para diante, em animador ascenso? As inverniais tempestades de 97 e 98 e o céu nublado de 99 ficavam lá para trás e um sol auspicioso se levantava – parecia. Mas uma nuvem negra pairava ainda sobre tão aprazível previsão. Até o FMI se lhe referia no seu boletim meteorológico. Ora uma súbita (?) trovoadas na bolsa de Nova Iorque veio estragar o encontro. Definitivamente, o rosado panorama tinha os seus «buracos negros» – e o maior era precisamente a paradigmática «nova economia» dos EUA.



Algo há sem dúvida de sério na inflação americana

Sexta-feira 14 de Abril todos os índices da Bolsa de Nova Iorque levaram valente tombo. O tradicional *Dow Jones* caiu 6,4%, baixando 10% em relação ao início do ano. O *S&P 500* quebrou

6,67%. E a jóia da coroa, o «tecnológico» *Nasdaq*, despenhou-se 10,69%, acumulando para essa semana uma queda de 26,1%, o maior declínio semanal da sua história, tombando para – 35% do seu pico há pouco mais de um mês e –18% desde o começo de 2000 (*Int. Herald Tribune*, 15-16/4).

Causa próxima: o relatório governamental da véspera indicava que o índice geral de preços subira em Março duas décimas acima do previsto, 0,7% em vez de 0,5%. Duas décimas a provocar tal abanão? Algo há sem dúvida de sério na inflação americana, mas vale a pena ir mais ao fundo da questão. Já em 8 de Abril *The Economist*, examinando o *Nasdaq*, denunciava o valor hiperinflacionado das suas cotações médias, a um PER (razão preço/rendimento esperado) de 62, quando entre 1973 e 1995 nunca excedera 21! Bolha especulativa tal eminentemente volátil – um leve sopro de duas décimas na inflação pode provocar forte abalo, repercutindo por todo o mundo: o espirito de Nova Iorque salpicou longe.

Bem pode o secretário do Tesouro Lawrence Summers proclamar que os pilares da economia americana são «muito sólidos» e Clinton, em feição eleitoralista, afirmar que «vamos ter um bom ano» (*El País*, 17/4). Recorde-se que o mesmo disseram em coro incantatório banqueiros e governantes em plena crise de 1929... Precisamente porque a solidez dos pilares é o que está em causa, mesmo para o FMI. Défice externo sempre a bater redordes; recordes de endividamento de empresas e famílias, tornando negativa a taxa de poupança interna; a «exuberância irracional» da Bolsa e seu «efeito de riqueza» dopando artificialmente o consumo actual, a expensas do pão futuro, hoje já devorado. A «alavanca» do crédito «de margem» que faz hoje subir o balão, despedaçá-lo-á mal se inverta. Cada vez mais frenético, o *sobe e desce do ioiô bolsista* justifica plenamente o cada vez mais frequente uso da palavra «volatilidade» na boca dos analistas financeiros. Só que tal volatilidade é congénita à brutal hipertrofia financeira especulativa que, com a sobreprodução larvar que lhe subjaz, é traço marcante deste capitalismo em que vivemos hoje.

Volatilidade verifica-se não apenas nesses lugares ditos emergentes e de risco, tais Tailândia ou Moscovo, mas está instalada no próprio coração da mais poderosa potência do capitalismo, os EUA, «superman» da High-Tech e da Nova Economia, inabalavelmente ascensionais segundo afirmam os seus publicitários e alguns incautos. Quem diz volatilidade, diz errática incerteza, onde se geram tufões e *El Niños* devastadores. Esta é bem uma *Volátil Idade*, tempos perigosos. Porque não há «fim da História» nem a «Nova Ordem» está *ad aeternum* consolidada, longe disso. Ainda bem.

Editorial

OS QUE NÃO DESISTEM

Momento maior da História do nosso país, a Revolução de Abril foi, sem dúvida, o acto mais progressista e de maior modernidade da nossa vida colectiva. Daí a dimensão e a força populares das comemorações em cada ano que passa; daí a crescente presença de jovens – muitos dos quais nascidos depois do 25 de Abril – nessas comemorações; daí a integração das lutas e das reivindicações dos trabalhadores e do povo na festa que é, todos os anos, comemorar Abril.

Para segmentos significativos da população portuguesa, a Revolução de Abril e as suas conquistas constituem uma referência única e com lugar permanente nas suas memórias. E com muitas e concretas razões para isso. Com efeito, a Revolução mostrou que a luta pode tornar possível o impossível, nomeadamente: a liberdade – pela qual tantos homens e mulheres haviam lutado e morrido; a democracia – aplicada numa amplitude reveladora das suas inesgotáveis potencialidades; a reforma agrária – construção histórica do proletariado agrícola que, dando a terra a quem a queria trabalhar, nos mostrou

poterosos apoios do grande capital nacional e internacional, logrou destruir parte considerável dessas conquistas. Assim, em nome da «modernidade», a reforma agrária foi destruída, reconstituiu-se o latifúndio, terras voltaram a ficar ao abandono, searas foram transformadas em coutadas; o processo de privatizações, traduzido num autêntico saque de empresas públicas altamente rentáveis, recolocou na posse de velhos e novos grandes grupos nacionais e estrangeiros as alavancas do poder económico; direitos importantes alcançados pelos trabalhadores foram-lhes retirados por ordem e em benefício do grande patronato; o conteúdo democrático do Portugal de Abril foi brutalmente empobrecido – isto é, em muitos aspectos regressou-se, de facto, ao passado. Em nome da «modernidade».

As comemorações do 26.º aniversário do 25 de Abril trouxeram mais uma vez para as ruas e praças do País muitos e muitos milhares de pessoas que assim quiseram recordar o primeiro dia da liberdade e da caminhada para um futuro diferente e melhor nesse dia iniciada. Ao contrário do que previu um dos habituais produtores de previsões encomendadas em texto publicado a 24, a «burocratização e o desinteresse» não estiveram presentes na comemoração do 25; os jovens não foram «poucos» mas muitos «a comparecer»; a «festa da democracia» foi festa e luta pela democracia e, portanto e por isso mesmo, «jornada anticapitalista»; a «próspera economia de mercado» foi confrontada com a exigência de uma repartição democrática dessa prosperidade; a liberdade e a democracia foram «celebradas» não acidentalmente como coisas abstractas e inócuas mas inteligentemente como valores com conteúdo económico, social, político, cultural, humano – e, contrariamente aos desejos do referido produtor de previsões, a festa foi mesmo verdadeiramente popular (sem aspas) e por ela perpassaram permanentemente os verdadeiros ideais de Abril (também sem aspas).

Não é necessário recorrer a sofisticadas análises nem a revolucionárias tecnologias para localizar os ideais de Abril e aqueles que, hoje, vinte e seis anos passados, são (ou não são) seus representantes e portadores.

É fácil verificar que os ideais de Abril não estão na política de direita que fecha as portas do futuro à juventude, que vende pedaços da soberania nacional, que provoca o desemprego e a precariedade do emprego, que insulta centenas de milhares de cidadãos com pensões e reformas de miséria, que promove, através de uma cada vez mais injusta repartição da riqueza, o agravamento das desigualdades e das exclusões...

É fácil verificar que os ideais de Abril estão no lado oposto a esse, estão com os que lutam contra a política de direita e por uma alternativa política de esquerda, estão com os milhares de homens, mulheres e jovens – trabalhadores e estudantes – que se manifestam nas ruas e recorrem à greve em defesa dos seus interesses e direitos, estão com os que no próximo 1.º de Maio virão à rua dizer que não desistem de considerar que Abril é o seu dia e a semente do seu futuro – e que o fazem todos os dias do ano e todos os anos, de forma especial, no 25 de Abril e no 1.º de Maio.

“A Revolução de Abril mostrou que a luta pode tornar possível o impossível”

pedaços do futuro; as nacionalizações – liquidando os principais sustentáculos económicos do regime fascista e dando ao povo o que ao povo pertencia; o poder local democrático – escola de democracia e caminho de resolução participada dos problemas das populações; os direitos dos trabalhadores – objecto de lutas heróicas e vertente indispensável da democracia; enfim, e em consequência de todas essas conquistas, a mais justa repartição da riqueza de toda a nossa História e, por isso, a elevação das condições de vida e de trabalho da maioria dos portugueses a níveis jamais alcançados.

Engana-se quem persista em querer ver, na enunciação acima feita e nas próprias comemorações de Abril, quaisquer sinais de saudosismo. Relembrar as conquistas da Revolução é lembrar que elas são possíveis e que continuam a ser parte integrante do nossos sonhos e objecto maior da nossa luta.

As conquistas de Abril, pelos sinais de futuro que transportavam, fizeram estremecer todos aqueles que, embora arvorando-se em embaixadores plenipotenciários da «modernidade», elegeram como sua tarefa principal defender a todo o custo o velho sistema que lhes garante privilégios e mordomias que ferem a democracia e a justiça social. A contra-revolução, posta em marcha logo que foram dados os primeiros passos no sentido do progresso social e dispendo de

Actual «Comemorar o quê?»

• José Casanova

É a pergunta feita pelos muitos milhares de brasileiros – sem terra, sem casa, sem direitos mas, segundo se diz, com muita democracia – que, pacificamente, se manifestaram as ruas de Porto Seguro no primeiro dia das comemorações dos 500 anos do achamento do Brasil. Fernando Henrique Cardoso (FHC), pragmático, encarregou a polícia de choque de responder à pergunta dos manifestantes. E a prestimosa corporação não se fez rogada, recorrendo aos métodos que lhe foram ensinados e que são os mesmos que foram ensinados a todas as suas congéneres da comunidade democrática: cargas violentas, granadas de gás lacrimogénico, muitos feridos, muitos presos – ou seja, aquilo a que FHC chamou um «muito bom trabalho», tanto mais que «não via motivo para que índios e lavradores sem terra protestassem na festa dos 500 anos». Festa é festa, não é verdade?, então para quê os protestos?, ora tomem lá que é para ver se aprendem a viver em democracia.

Falando em directo para a SIC,

Mário Soares pronunciou-se sobre as manifestações: «Para um democrata como eu sou, as manifestações e as greves são coisa normal», declamou ele em Porto Seguro. E, seguro pela visão tranquilizadora das costas dos polícias, entendeu não se pronunciar sobre as cargas policiais. Mas, democrata e humanista a tempo inteiro, achou por bem acrescentar: «Os índios? Tenho por eles um apreço enorme.» Mais claro sobre as manifestações foi o «Diário de Notícias» que, recorrendo a uma linguagem que fez escola em tempos passados, informou assim: «Os manifestantes encheram as ruas e obrigaram à intervenção da polícia de choque» - informação que fornece ao leitor a imagem de uma pobre polícia de choque obrigada a intervir pelos malvados dos manifestantes que protestavam e, ainda por cima, pacificamente.

Por seu lado, FHC, num discurso que, a dada altura, fez lembrar o tempo histórico da notícia do DN, começou por elogiar a presença dos Sem Terra – presença que, disse, «nos

traz a lembrança incómoda mas necessária, de que a concentração da



propriedade da terra continua a determinar a exclusão de milhões de brasileiros dos benefícios do desenvolvimento» - e dos Índios, sobre a presença dos quais afirmou: «A expansão das fronteiras daquilo que viria a ser o território brasileiro deu-se ao preço da eliminação de povos indígenas, como hoje nos lembram – e é preciso lembrar – os seus representantes aqui em Porto Seguro.» E foi na qualidade de «defensor dos direitos dos índios e dos sem terra» e de «intransigente defensor da democracia», que FHC – certamente «com o coração a sangrar», como Salazar usava dizer nestas ocasiões – ordenou a carga da polícia de choque contra «os representantes» dos índios e dos sem terra «aqui em Porto Seguro».

Cidadania

• Edgar Correia

Revisitação de um passado de luta e de exaltantes transformações e a projecção para o futuro das inadiáveis causas de hoje convocam-nos, de novo, para o 25 de Abril e o 1º de Maio. Para o sentido que faz falar em cidadania, entendida, como nos propôs Luís Sá, «como um elenco de direitos e de deveres de cada um face à polis e como a sua possibilidade e capacidade de participar nos assuntos de todos». E que não é, nem nunca tem que ser, «uma forma de escamotear a existência de conflitos sociais e de classe, mas sim uma área em que a sua existência se projecta de forma particularmente nítida e na qual os que menos têm procuram um campo para combater e para alterar a sua situação» (*).

Percorra-se a Constituição da República onde estão inscritos – apesar dos efeitos de sucessivas revisões descaracterizadoras aprovadas pelo PS e pelos partidos da direita – os direitos, liberdades e garantias que singularizam o regime democrático construído pela Revolução, desde os de natureza pessoal, aos de participação política e aos que dizem respeito especificamente aos trabalhadores (segurança no emprego, comissões de trabalhadores, liberdade sindical, direitos das asso-



ciações sindicais e contratação colectiva, direito à greve e proibição do lock-out). Registe-se a extensa e avançada formulação dos direitos económicos, sociais e culturais – desde o direito ao trabalho e outros direitos dos trabalhadores, aos direitos à segurança social, à saúde, à habitação e urbanismo, ao ambiente e qualidade de vida, à educação, cultura e ciência, e aos direitos que protegem especificamente a juventude, a família e a terceira idade. Formulação que consagra igualmente a incumbência do Estado relativamente à sua concretização.

É uma provada evidência que não basta a expressão constitucional de um tão vasto - e avançado - conjunto de direitos, para que esteja assegurado o seu respeito e cumprimento. Mas o facto de esses direitos estarem consagrados na Constituição e integrarem, inequivocamente, o valioso espaço de cidadania alcançado com a Revolução de Abril, constitui um elemento extremamente favorável aos que prosseguem a luta, diariamente, pelo seu reconhecimento e concretização.

Para um partido da classe operária e de todos os trabalhadores e portador de um programa político para Portugal, de construção de uma democracia avançada, para o PCP, não é pois natural a defesa e a própria luta pelo aprofundamento da cidadania?

(* Luís Sá, *Espaços de poder e democracia*, Editorial Caminho.

Buffalo-Gorb

• Aurélio Santos

Em meados do século passado, um tal William Cody ganhou celebridade na América do Norte com a alcunha de Buffalo Bill. Foi-lhe esta atribuída como exterminador de bisontes ao serviço das empresas de caminhos-de-ferro transamericanos, que com a língua dos animais abatidos alimentavam os trabalhadores chineses importados para a construção das vias férreas. Mas uma vez construídos os caminhos-de-ferro, exterminados os bisontes (e os índios, que deles faziam a base da sua actividade económica) Buffalo Bill ficou no desemprego. E terminou a sua carreira como director de uma trupe a percorrer mundo, contratado por companhias de circo para fazer espectáculos, macaqueando nas arenas as caçadas aos bisontes e aos índios.

Pois nunca Buffalo Bill suspeitaria que teria um émulo em finais do século XX. Trata-se agora de um celebrizado político de ori-



gem russa, carinhosamente designado na imprensa americana como Gorby e estampado em t-shirts, balões, chupa-chupas e demais *souvenirs*, enquanto liquidava as bases do socialismo em terras soviéticas. Uma vez destruído o seu país, lançados em miséria e angústia os seus compatriotas e por eles despedido, ocupa-se agora andando de terra em terra a fazer palestras para ensinar... como se deve governar o mundo – tal como Buffalo Bill encenava em circo a caça aos bisontes depois de os ter exterminado.

Pois Buffalo-Gorb esteve este mês em Portugal. Contratado pelo “Público” e apresentado por Cavaco Silva. Anunciando agora a criação da sua própria trupe: um tal «Partido Social

Democrata Russo». Para salvação da Rússia, evidentemente...

As causas da derrocada da União Soviética são complexas, e seria absurdo pretender explicá-las como simples

resultado de uma «traição de Gorbachov». Mas as responsabilidades individuais também contam, bem como as evoluções de comportamento dos indivíduos. Como é o caso do senhor Gorbachov, que se dedica agora a fazer reclames de pizzas e em 1984, no X Congresso do PCP, afirmava: «A experiência prova que, em última análise, os partidos que abandonaram os princípios básicos do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário por quaisquer motivos conjunturais enfrentam inevitavelmente as consequências negativas de tal procedimento, por vezes, tais viragens que levam ao enfraquecimento das posições de classe.»

Marx afirmava, a propósito do grotesco Luís Bonaparte, o Napoleão III da altura, que o repetir da história, quando se verifica, passa uma vez como tragédia e outra como farsa. Neste caso repete-se a farsa; mas fica atrás de si uma tragédia que nenhum circo pode fazer esquecer.

Frases

“Esta não é a sociedade com que sonhamos no 25 de Abril.”

(Almirante Martins Guerreiro, no discurso que encerrou o desfile na Baixa de Lisboa, citado em «Diário de Notícias» - 26.04.00)

“Portugal apresenta graus de desigualdade na distribuição dos rendimentos sem paralelo em qualquer outra sociedade europeia. Essa tendência tem de começar a ser controlada e invertida, a começar pela reforma fiscal, com medidas que garantam uma efectiva e crescente igualdade de oportunidades.”

(Jorge Sampaio, na AR - «RTP 1», 25.04.00)

“Sinto o Estado fraco na defesa do interesse colectivo perante o poder crescente dos grupos de interesses organizados.”

(idem, ibidem)

“Muitos, talvez a maioria (dos jovens), nem sequer na escola encontraram a Revolução dos Cravos, que é matéria escondida ou pelo menos secundária nos programas escolares. E foram vendo e ouvindo as sucessivas campanhas de branqueamento da ditadura a que nessa madrugada de Abril se pôs fim.”

(Bernardino Soares, PCP, na AR - «RTP 1», 25.04.00)

“Muito da Revolução de Abril está ainda por concretizar. (...) Aumenta o fosso entre ricos e pobres ao mesmo tempo que a riqueza produzida é distribuída de forma cada vez mais desigual.”

(idem, ibidem)

“As medidas são substituídas pelo seu anúncio, a conjuntura ocupa o centro do debate em prejuízo das reformas estruturais que exigem outra profundidade de análise.”

(Helena Roseta, PS, na AR - «RTP 1», 25.04.00)

“É para mim ponto assente que a concentração do poder económico em cada vez menos pólos e a difusão do poder político formal por cada vez mais autarquias individuais, só pode contribuir para o fim do Estado, criando espaço para a sua substituição pelo mercado.”

(Almeida Santos, na AR - «RTP 1», 25.04.00)

“O grande perigo não vem do PSD nem de Durão Barroso. Vem do Governo, vem do PS e da tendência do poder para o autismo, o conformismo e a auto-satisfação narcísica.”

(Manuel Alegre - «Expresso», 21.04.00)

“Não seria politicamente mais aceitável tomar uma decisão, mudar um ministro, discutir um assunto, em vez de presumir que o Governo é uma Casa dos Espíritos às escuras à espera que seja restabelecida a corrente?”

(José Júdice - «24 Horas», 22.04.00)

“Ver-se-á se o país ainda está disponível para o eng. Guterres. Afinal, na política, como no amor, o restabelecimento de uma relação depende da vontade das duas partes.”

(Mário Bettencourt Resendes - «Diário de Notícias», 19.04.00)

1.º de Maio é ponto alto
na intensificação da luta dos trabalhadores

Mais razões nas ruas

Os aumentos dos preços dos combustíveis, dos transportes e outros produtos e serviços evidenciam a injustiça na distribuição da riqueza e a constante opção do Governo PS pelos favores ao capital.

A CGTP-IN apela à participação nas manifestações do 1.º de Maio, para que o Dia do Trabalhador seja um ponto alto de unidade, luta e solidariedade, por melhores salários e por emprego com direitos.

Em Lisboa, as comemorações decorrem na Alameda Afonso Henriques, onde intervirá Manuel Carvalho da Silva, após um desfile que parte, às 15 horas, do Largo do Martim Moniz. No Porto, Maio é festejado, também a partir das 15 horas, na *baixa*. As iniciativas da Intersindical Nacional estendem-se, como habitualmente, à generalidade das capitais de distrito e a uma série de outras localidades.

Resposta pronta

«A impressionante manifestação de 23 de Março, por emprego de qualidade e contra a precariedade, abriu caminho para que o 1.º de Maio, o Dia Internacional do Trabalhador, fique assinalado em todo o País como um novo e mais forte momento de afirmação do sindicalismo da CGTP-IN e da firme determinação dos trabalhadores portugueses em redobramos esforços na luta por melhores salários e pelo emprego com direitos, nas empresas, nas ruas, nas mesas negociais, a todos os níveis» — afirma-se no Manifesto da *Inter* para o Maio do ano 2000, em que se assinalam também os 30 anos da fundação da central (1 de Outubro).

A CGTP salienta que «o recente aumento do preço dos

combustíveis, com o consequente encarecimento de bens essenciais, e das taxas de juro, penalizadoras dos salários, exigem uma respos-

«Melhores salários, emprego e direitos, redução do horário de trabalho» são as reivindicações em que a CGTP faz confluír as razões que, nos últimos tempos, têm originado o protesto e a luta de milhares de trabalhadores. A central quer que o 1.º de Maio seja «uma pujante afirmação da nossa força colectiva», feita «com a festa e a

ticas globalizantes que geram desigualdades entre os países e nas sociedades de cada país».

A *Inter*, recordando que a manifestação de 23 de Março «demonstrou que é muito grande a indignação dos trabalhadores», exige que

o Governo e a União Europeia deixem de dar «prioridade absoluta à liberalização económica» e secundarizar as matérias sociais, e que, para matérias como a formação profissional inicial e contínua, a qualificação reconhecida e a igualdade

no trabalho, definam compromissos concretos e metas precisas a atingir, como fazem para a economia.

São exigidos compromissos e metas também para o combate à precariedade, ao trabalho clandestino e ilegal e aos acidentes de trabalho, para o respeito pelas leis e para a redução, organização e controlo do horário de trabalho.

**A luta
em unidade
é a via
mais segura
para melhores
condições de vida**



ta pronta dos trabalhadores a que o 1.º de Maio tem de dar a maior expressão», tornando-se «um momento alto de mobilização, que continuará em 19 de Junho na manifestação dos sindicatos europeus, no Porto, por ocasião da Cimeira final da Presidência Portuguesa da União Europeia».

luta, a determinação e a alegria de quem exige a valorização do trabalho e a dignificação do trabalhador».

Jornada internacionalista

Sendo uma data «internacionalista por natureza», reafirma-se no Manifesto, este Maio «constituirá também uma grande acção de solidariedade com os trabalhadores do mundo inteiro, em especial aqueles que mais estão sujeitos à exploração capitalista, os que sofrem os horrores da guerra e os bloqueios imperialistas». No Dia do Trabalhador vai fazer-se ouvir «um grande clamor contra as políticas ultraliberais da Organização Mundial do Comércio, contra a política belicista e intervencionista dos EUA e da NATO, exigindo adequadas e ajustadas instâncias reguladoras internacionais» e «contra as polí-

Melhores salários é exigência justa

O Manifesto da CGTP reafirma que «o emprego de qualidade, estável e justamente remunerado é o único que respeita a dignidade dos trabalhadores», salientando que o nível dos salários portugueses «continua muito abaixo da média europeia», num contexto em que «a economia portuguesa permite aumentos sensíveis, que nos aproximem dos salários dos outros trabalhadores europeus». A central considera «inadmissível» a forma como o Governo tenta impor aumentos salariais de 2,5 por cento na Administração Pública e como o patronato continua a bloquear a contratação colectiva, para manter os baixos salários. Reafirmando que a previsão governamental de inflação já era irrealista, a CGTP sublinha que, «com o brutal aumento do preço dos combustíveis decidido no final do mês

de Março (após o aumento das taxas de juro, altamente penalizadoras do crédito à habitação) os aumentos salariais impõem-se» e «há hoje novas razões para lutar, por melhores salários».

No Manifesto refere-se ainda a discussão, em curso, sobre a Segurança Social, que a *Inter* considera «um elemento fundamental de solidariedade na sociedade». A CGTP vê a Segurança Social como património dos trabalhadores, que a pagam e sustentam, e rejeita «as chantagens políticas da direita». A redução nas prestações da Segurança Social e o princípio de que cada um escolhe o que quer são ideias que satisfazem os interesses das seguradoras e do grande capital, afirma a central, exigindo que a posição e os interesses dos trabalhadores não sejam ignorados pelo poder.

Maio

Existem ditongos firmes
como a multidão
que invade as ruas tristes

Existem ditongos de luz
como esse clamor solar
que desassossega a cidade
rasteirada pela chuva

Existem ditongos como punhos
velhos ditongos jovens e vermelhos

João Pedro Méseder

Transportes

Na Transportes Sul do Tejo está convocada greve para amanhã, dia 28, em protesto contra a intenção da empresa de retirar aos trabalhadores o subsídio de 1210 escudos por dia, que é atribuído quando prestam mais de 12 horas diárias de serviço. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Sul, trata-se de um direito adquirido pelos trabalhadores há 21 anos, mas que a empresa pretende ver substituído pela opção de descanso diário durante uma hora, medida que implica um corte de 15 a 20 contos mensais nos vencimentos. A greve serve ainda para reclamar melhores salários. Durante a paralisação, que decorre das 8 às 15 horas, os trabalhadores deverão entregar um caderno de reivindicações na Inspeção de Trabalho de Almada. Para 3 de Maio está também convocada greve no **Metropolitano** de Lisboa. A evolução das lutas laborais na **Carris** depende dos resultados de uma reunião tripartida, marcada para amanhã. Para ontem estava anunciada uma reunião da Executiva do Sindicato Nacional dos Ferroviários, onde seria discutida a situação nas empresas do **grupo CP**.

Perseguições

Activistas sindicais estão a ser perseguidos pelo coordenador regional de Entre-Douro e Minho do Corpo de Guardas Florestais, denunciou na semana passada o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte. O STFPN/CGTP considera que o coordenador regional do CGF impõe «arbitrariamente e ilegalmente às brigadas do Vale do Minho, que integram activistas sindicais, um absurdo horário administrativo, das 9 horas às 12.30 e das 14 às 17.30», que contraria o regulamento de horário de trabalho dos guardas florestais. Este explicita que, nos casos de defesa e fiscalização do património cinegético, aqueles profissionais devem operar em jornada contínua.

Tondela

O pessoal dos lares Monteiro de Carvalho e do Sameiro, no Caramulo, Tondela, estiveram dia 17 em greve, como forma de exigirem às respectivas administrações o cumprimento do contrato colectivo de trabalho. A greve foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, depois dos responsáveis pelos lares se terem recusado a cumprir o CCT, e contou com a solidariedade da direcção regional de Viseu do PCP. Esta foi a segunda vez, num espaço de seis meses, que os lares do Caramulo entraram em greve, refere a Agência Lusa, recordando que, inicialmente, a luta abrangeu quatro instituições, mas dois dos lares já responderam positivamente às reivindicações dos funcionários. O sindicato admite voltar à greve nos dias 17 e 18 de Maio.

Administração Pública mobiliza-se contra os prejuízos da má-fé do Governo

Greve a 9 de Maio

Mesmo depois dos últimos aumentos, o executivo do PS não admite que os trabalhadores fiquem a perder com a actualização salarial de 2,5 por cento que quer impor.

A Administração Pública vai ser palco de uma greve geral, no dia 9 de Maio, contra os aumentos salariais de 2,5 por cento aplicados administrativamente pelo Governo. Nesta luta, convocada pela Frente Comum de Sindicatos, também convergem estruturas da UGT.

Grande descontentamento

Após o encerramento unilateral das negociações salariais e da negociação suplementar, nos finais de Março, as estruturas sindicais envolvidas no processo manifestaram disponibilidade para acções de luta, de preferência convergentes, mas só a Frente Comum decidiu prontamente convocar uma cimeira extraordinária de sindicatos.

Nesta cimeira, convocada imediatamente a seguir ao aumento dos combustíveis, foi marcada uma greve para 9 de Maio. O aumento dos combustíveis deu razões acrescidas aos sindicatos para protestarem contra os aumentos de 2,5 por cento. Acusaram o Governo de má-fé, considerando impossível que a inflação se

mantivesse nos dois por cento, como prevê o executivo.

Os aumentos de preços foram ocultados mas não podem ser ignorados

A Agência Lusa recorda que a FESAP e o Sindicato dos quadros Técnicos do Estado, ambos filiados na UGT, concordaram em fazer greve, juntos, mas não pareciam inclinados para a data escolhida pela Frente Comum. Na quarta-feira da semana passada, depois de ter esperado alguns dias pela decisão da FESAP, o STE decidiu marcar greve para dia 9, independentemente do que aquela estrutura viesse a decidir. A direcção da FESAP, reunida durante a tarde, acabou por marcar greve também para a mesma data, afirmando o seu secretário-geral que o descontentamento é muito grande e que, por isso, os trabalhadores vão parar.

O STE pediu formalmente ao Governo a reabertura do processo negocial. A Frente Comum não o fez porque considera que o processo não foi encerrado e, assim, aguarda a marcação de uma nova reunião. Depois de muitos plênários de trabalhadores, Paulo Trindade, dirigente da Frente Comum, afirmou-se seguro de que a paralisação vai ter uma grande adesão.



Os trabalhadores da Função Pública estão de novo em luta

Para o secretário de Estado da Administração Pública, Alexandre Rosa, esta greve geral enquadra-se num plano de greves da CGTP, ao qual

aderiram o STE e a FESAP. Alexandre Rosa, citado pela Lusa, garante que, mesmo depois do aumento dos combustíveis, os funcionários

públicos vão ter um aumento real dos salários, pois o quadro que levou à previsão de uma inflação de dois por cento ainda não se alterou.

Também a política do medicamento Só contam outros interesses

O Governo, na pessoa da ministra da Saúde, anda a discutir a política do medicamento unicamente com os parceiros que detêm interesses económicos ou corporativos e esquece os utentes que, na sua maioria, são trabalhadores e reformados.

Ao exprimir publicamente o seu protesto, na semana passada, a CGTP exigiu que, urgentemente, a ministra discuta esta matéria igualmente com as organizações sindicais.

Não é negócio

Em comunicado de imprensa, a Intersindical Nacional salienta que «o medicamento é um instrumento de saúde e não um produto de consumo», pelo que «qualquer alteração que não tenha bem presentes os interesses da população a que se dirige pode causar graves problemas sociais».

A central recorda, a propósito, algumas das medidas que tem reclamado para tornar o medicamento mais acessível à maioria dos utentes, tendo especialmente em conta os reformados e as baixas pensões que a maioria deles auferem, mas evitando simultaneamente o aumento das despesas do Estado. Entre outras, são referidas:

- a criação de farmácias hospitalares, que forneçam medicamentos a preços mais baixos aos seus utentes;
- a criação do Formulário Nacional de Medicamentos de Ambulatório;
- a prescrição por princípio activo, de acordo com a designação comum internacional, em todas as instituições do Serviço Nacional de Saúde;
- a implementação dos medicamentos genéricos.

O sistema de comparticipações deve ser alterado, defende ainda a CGTP. Concreta-

mente, propõe que seja alargado o conceito de doença crónica e que sejam corrigidas as actuais injustiças na aferição dos rendimentos que determina o escalão de comparticipação a que o reformado tem acesso.

Por fim, a nota divulgada pelo Departamento de Informação da Inter defende que sejam controladas as «formas agressivas e imorais de actualização das multinacionais farmacêuticas». A CGTP considera que «é intolerável a pressão que estas estão a exercer para aumentarem os preços dos medicamentos». «Pedir a harmonização dos preços com os países da União Europeia é uma afronta aos trabalhadores e aos reformados portugueses, que têm o nível de vida mais baixo da UE, sem esquecer que uma parte substancial da população é pobre», protesta a central.



Greve nos aeroportos teve adesão total

Greve nos aeroportos

Teve adesão total, nos aeroportos de Faro e do Porto, a greve de segunda-feira dos oficiais operadores de socorro da ANA (Aerportos e Navegação Aérea), que lutam pela resolução de problemas de carreira e de condições de trabalho (planos de emergência, equipamentos de protecção individual, instalações, formação e comando e eficácia operacional), os quais se arrastam desde 1998. A greve levou a que dezenas de voos fossem cancelados ou desviados.

Caso a ANA não dê uma resposta satisfatória, os trabalha-

dores poderão decidir, em plenário, marcar nova paralisação, admitiu à Lusa uma dirigente do Sitava no Porto. Em Lisboa, outro dirigente do sindicato acusou a empresa de colocar em risco a segurança nos aeroportos afectados, uma vez que não forneceu os meios rádio necessários para o piquete poder actuar, em caso de necessidade.

A greve não abrangeu os aeroportos da Portela (onde a segurança está a cargo dos Sapadores Bombeiros) e dos Açores, onde houve um acordo verbal com a ANA.

Ex-Quimigal em luta

Voltaram a entrar em greve, na semana passada, os trabalhadores da Quimiparque, no Barreiro e em Estarreja, com uma adesão de 90 por cento, de acordo com o Sinquifa/CGTP. Um dirigente do sindicato explicou à Lusa que a luta - de segunda a quarta-feira, por períodos de quatro horas por turno - se deve ao facto da empresa não pagar, desde há três anos, os subsídios de férias, diuturnidades e anuidades previstos no

Acordo de Empresa da ex-Quimigal.

Um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, frisou José Abreu, reconheceu, em Dezembro, que o AE da Quimigal é aplicado às empresas formadas a partir do seu desmembramento, enquanto não for negociada uma nova convenção laboral. Mas a Quimiparque, acusa o sindicato, desrespeitou este princípio e decidiu começar a aplicar o contrato colectivo do sector químico, ficando

os trabalhadores a perder direitos e regalias. O valor dos prejuízos, cujo pagamento é exigido pelo Sinquifa e pelos trabalhadores, varia entre 600 e 700 contos por cada funcionário.

O Sinquifa refere que, na mesma situação dos trabalhadores da Quimiparque estão os de mais seis empresas do Barreiro. Uma delas é a Quimitecnica, em greve até terça-feira da semana passada, pelo pagamento de dívidas que se arrastam desde 1992.

Estacionamento em Chaves Reavaliar necessidades

A Câmara Municipal de Chaves está a menorizar o papel da Assembleia Municipal, acusa a Comissão Concelhia do PCP, em nota à população.

Segundo o PCP, essa atitude de menorização é visível no facto de, com frequência, a Câmara, pela voz do seu Presidente, divulgar nos órgãos de comunicação social decisões do Executivo, antes de a Assembleia se ter pronunciado sobre as mesmas, de não concretizar decisões aprovadas na Assembleia e, ainda, pelos escassos recursos materiais, logísticos e de pessoal de que a Assembleia dispõe.

Numa reunião para análise de questões da situação política e institucional local, a Concelhia do PCP apreciou ainda a construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo para viaturas no Largo das Freiras por entidades particulares.

Lembrando o aumento da poluição e o estrangulamento da circulação de veículos automóveis à entrada e à saída do parque na Escola Fernão de Magalhães, o PCP considera que o local para o novo parque, ainda que sub-

terrâneo, fica dentro da zona histórica, sendo, por isso, «o mais inadequado» para os fins em vista - retirar trânsito automóvel, animar comercialmente a zona histórica e restituir o prazer pedonal.

Critérios duvidosos

Por outro lado, os argumentos de natureza técnica apresentados pela Câmara para substituir a opção apontada pelo Gabinete da cidade - o Largo da Lapa -, são «inconsistentes», mostrando que, afinal, o critério determinante da escolha do local é, como consta da própria proposta da Câmara, o da «atração financeira de potenciais investidores particulares». «Inacreditável» é também que o prazo de duração do direito de superfície do investidor privado seja de 50 anos!

Assim, as necessidades verificadas de um ou mais parques de estacionamento «deveriam ser reavaliadas à

luz de uma visão urbanística mais racional», podendo enquadrar nomeadamente as hipóteses de um estacionamento à superfície ou misto, pelo que o PCP vai pedir a intervenção do IPPAR no acompanhamento das escavações já iniciadas no Largo das Freiras.

A contra-ordenação instaurada pela Direcção de Agricultura a propósito da instalação de uma unidade de gaseificação numa Área de Reserva Agrícola foi outra questão analisada pela Concelhia de Chaves do PCP. Os comunistas consideram que a não existência, em devido tempo, de desanexação pela Comissão Regional de Reserva Agrícola é um sinal «preocupante do incumprimento das leis» pelas instituições do poder, pertença a responsabilidade à Câmara ou ao Centro Regional de Reserva Agrícola. Por outro lado, tratando-se de uma iniciativa que potencia benefícios para o desenvolvimento económico local e para a população, não parece ao PCP que o transporte do gás com tubos à vista na «Ponte Nova» - assim transformada em «Ponte Armadilhada» - seja «apropriado e até legal».



Milhares de cidadãos reclamam mais justiça social

22 mil postais PCP entrega postais exigindo reforma fiscal

Uma delegação do PCP encabeçada pelo deputado Lino de Carvalho fez entrega, no passado dia 19, no Ministério das Finanças, de 22 mil postais subscritos por cidadãos e dirigidos ao Primeiro-Ministro, apoiando a exigência de uma reforma fiscal «a sério».

A entrega deveria ter ocorrido na véspera da votação final do Orçamento de Estado, o que não foi possível por dificuldades de agenda do ministro da Economia e Finanças, em quem o Primeiro-Ministro havia delegado a sua recepção. Como, porém, não surgiu nova proposta de data para uma entrega directa ao ministro, o

PCP, por respeito para com os cidadãos subscritores, entendeu não adiar mais essa entrega.

Na ocasião, Lino de Carvalho, assinalando o elevado número de postais recolhidos e o curto período de tempo em que a sua recolha se verificou (duas semanas), considerou esse facto como prova da exis-

tência de um generalizado sentimento de protesto contra a «gritante injustiça fiscal» existente.

Lembra-se que nos postais - cuja recolha fez parte de uma acção nacional de esclarecimento iniciada em Fevereiro pelo PCP sob o lema «Mais justiça fiscal, menos impostos sobre o trabalho», os subscritores exigem uma reforma fiscal que, para além de mais justiça fiscal e menos impostos sobre o trabalho, garanta «o fim dos benefícios à especulação financeira e bolsista e um combate mais eficaz à evasão fiscal das grandes fortunas».



Governo está passivo em relação ao problema das quotas do leite

Açores

PCP confirma candidatos

Em conferência de imprensa, o coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, deu nota da análise feita pela DORAA a algumas situações em debate na Região, como é o caso da quota do leite, em relação ao qual o Governo Regional manifesta grande passividade de mas que continua a gerar profundas preocupações na lavoura e urge superar.

Quanto à decisão do Governo Regional de fazer participar a LOTAÇOR, EP no capital da Cofaco/Açores com 20%, com vista a evitar uma quase certa falência da empresa, o PCP considera-a «oportuna» mas espera que o envolvimento da Região na

reestruturação financeira e societária daquele grupo privado «assente em pressupostos que permitam uma verdadeira viabilização» das respectivas actividades industriais na captura e transformação do pescado.

No plano social, a DORAA constata uma postura governamental de conflitualidade com os professores e com os médicos, postura que se manifesta também nos atrasos existentes no processamento do complemento de pensão e da remuneração complementar.

No plano político, o PCP/Açores denuncia a ausência de protagonismo do Governo no processo de

negociação do Acordo das Lajes e na acção para a alteração do actual estatuto da Náutica de Recreio, apontando como exemplo da submissão política do Governo Regional aos projectos do Governo da República, a ausência de um debate sério sobre o futuro dos serviços públicos de televisão e rádio.

Por fim, os comunistas fizeram o ponto da situação sobre as próximas eleições regionais e confirmaram como primeiros candidatos pelas ilhas das Flores, de São Miguel e do Faial, respectivamente Paulo Valadão, Mário Abrantes e José Decq Mota.

Ovar

CDU na entrega de novas casas

A convite da Câmara Municipal de Ovar, Manuela Mourão, representante da CDU na Assembleia de Freguesia de Ovar, participou na cerimónia de entrega das novas casas de habitação social na Praia de Cortegaça, evento que a Comissão Concelhia de Ovar do PCP considera «extremamente positivo», particularmente para aquelas famílias que, depois de um longo processo, vão finalmente poder usufruir de uma habitação digna.

Entretanto, a Concelhia do PCP não ficou «insensível» aos protestos dos moradores do Bairro do SAAL que, a menos de 20 metros das casas agora entregues, continuam a viver em condições miseráveis, pelo

que defende o prosseguimento da «importante etapa» que agora se cumpriu mas que está longe de estar concluída.

Em relação aos defeitos detectados em muitas das casas, os comunistas esperam que a Câmara e a Junta de Freguesia de Cortegaça rapidamente os corrijam e, ainda, que concluam os arranjos exteriores por acabar.

Também em resposta a queixas apresentadas por moradores do Lamarão, Manuela Mourão deslocou-se à Rua Dr. Cunha para se inteirar da situação e ouvir as reclamações das pessoas relativamente à questão do sistema de escoamento das águas pluviais.

Na sequência desta visita, Manuela Mourão entregou na

Junta de Freguesia de Ovar um requerimento onde informa a origem das deficiências detectadas - uma vala cimentada que percorre longitudinalmente a rua e apresenta partes tapadas com placas de cimento, provocando situações de risco para carros e peões -, e exige a rápida substituição das placas estragadas.

A representante da CDU solicita ainda que, dentro de um prazo razoável, a Junta procure arranjar uma solução definitiva para aquela rua, o que passa pela colocação de uma tubagem nova que substitua a vala e, depois de também ouvir queixas sobre a falta de estacionamento da zona, sugeriu a discussão desta questão na Assembleia de Freguesia.

Organização do PCP reúne em Paris

O reforço e rejuvenescimento da organização, o 16.º Congresso do Partido e as próximas iniciativas partidárias e unitárias foram temas do debate realizado no Plenário de militantes da organização do PCP da região parisiense, que se realizou em Paris, no dia 16 de Abril, com a presença de 24 camaradas.

Uma das conclusões saídas do encontro aponta para a realização de um novo plenário, em finais de Maio, com vista a prosseguir o debate sobre as medidas orgânicas a adoptar para uma maior e melhor intervenção política

junto da comunidade portuguesa e discutir as Teses do Congresso. Relativamente ao Congresso, os participantes expressaram com veemência o desejo de que o Partido consiga renovar-se e adaptar-se às novas realidades, sem, no entanto, abdicar da sua identidade, dos seus princípios ideológicos e da sua natureza de classe.

O Plenário decidiu, ainda, a criação de uma Comissão de Fundos e Iniciativas e a realização, no próximo domingo, de uma jornada de propaganda no mercado de La Vilette.

Tutela não tem tempo
para reunir com Direcção do LNEC

Trabalhadores têm uma palavra a dizer

O processo de reestruturação do LNEC está a ser prejudicado pela ausência da participação dos trabalhadores, diz a célula do PCP, acusando a Direcção de pretender substituir essa participação por «simples audição».

A verdade é que, depois da aprovação, há cerca de nove meses, da nova lei orgânica do LNEC, que prevê a saída de três diplomas complementares respeitantes ao quadro de pessoal, ao regime de gestão financeira patrimonial e à reestruturação dos serviços operativos e de apoio, a Direcção do LNEC em Julho e Setembro nomeou grupos de trabalho respeitantes aos três diplomas e estabeleceu prazos para a apresentação de propostas, o último dos quais fixado para 15 de Dezembro do ano passado.

Porém, quase seis meses passados sobre esses prazos, e face à fixação de novas datas, os comunistas concluem que a Direcção «na falta de reuniões com o poder político instituído, tem vindo a protelar a apresentação das propostas enquanto procura obter prévia autorização da tutela».

De facto, a tutela (MES) não encontrou tempo, até agora, para receber a Direcção do LNEC - uma das mais prestigiadas instituições portuguesas de Investigação Científica -, e esta, para além de aceitar passi-

vamente a situação, procura fazer crer que o processo decorre com normalidade, emitindo um comunicado que, pretendendo substituir a «verdadeira participação por simples audição, apenas confirma o facto de estar a ser negada aos trabalhadores a discussão, cada vez mais fora de tempo, dos referidos projectos de diploma.

«Uma democracia de fachada», denunciam os comunistas,

lembrando que nenhuma das várias dezenas de propostas feitas pelas organizações sindicais, pelo Plenário de Trabalhadores e pelos próprios trabalhadores foram aceites, no sentido de melhorar o Diploma Orgânico que veio a ser aprovado pelo Governo em Julho/99.

Arrepiar caminho

O PCP teme que em relação à reestruturação dos serviços o mesmo se venha a passar pois a verdade é

que, apesar de a Comissão Internacional de avaliação ter considerado que «um dos males do LNEC era o elevado número de Departamentos, a exagerada subdivisão em Núcleos e o excessivo número de chefias», o que parece é que nada vai mudar, «para não molestar» qualquer chefia.

Entretanto, com o chamado «Quadro intermédio», a Direcção do LNEC prepara-se para dar «uma machadada final nas justas expectativas dos trabalha-

dores» em relação às carreiras e categorias, indiferente ao preâmbulo da Nova Lei Orgânica que reconhece que «as

peças são a componente mais decisiva para o eficaz funcionamento de uma instituição».

A melhor forma de garantir o futuro da instituição é responder rapidamente à necessidade de uma justa dignificação do estatuto socioprofissional dos trabalhadores do LNEC, garante a célula do PCP. E prossegue: «ainda é possível arrepiar caminho», «o futuro do LNEC passa pelas atitudes da Direcção mas está também nas mãos dos trabalhadores contribuam para esse futuro».

Diploma Orgânico aprovado não contempla propostas dos trabalhadores

Autarca do PSD condenado em Mafra

O Tribunal de Mafra condenou, no passado dia 13 de Abril, João Corte Real, porta-voz da bancada do PSD, da Assembleia Municipal de Mafra, professor e presidente do Conselho Directivo da Escola EB 2 e 3 de Mafra.

A condenação de João Corte Real deveu-se às graves injúrias que proferiu durante um debate ocorrido na rádio do concelho de Mafra, ofensivas da dignidade de militantes do PCP e do seu representante no referido debate.

Oportunidade perdida

«Há falta de vontade política por parte do PS para resolver as grandes questões e desafios que se colocam à concretização de um desenvolvimento harmonioso e sustentado do concelho do Crato, afirma em comu-

nicação a Comissão Concelhia do PCP

Lembrando a situação de seca que se vive este ano, os comunistas consideram que se o PS tivesse aprovado a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP,

quando da discussão do Orçamento do Estado para 2000, no sentido de atribuir uma verba de 200 mil contos para o início da construção da Barragem do Pisão, hoje ela seria certamente «uma reserva estratégica do recurso água», não só para abastecimento público às populações mas também para suporte da actividade económica na área da agricultura. A rejeição desta proposta representa assim, na opinião dos comunistas, «anos de atraso» que são da responsabilidade de sucessivos governos, nomeadamente do PS.

▼ CAMARADA FALECIDO

Manuel Joaquim Romão

Faleceu, com 79 anos de idade, o camarada Manuel Joaquim Romão. Era membro do Partido desde 1946, tendo estado preso em 1952. Foi muito activo na célula da Parry & Son e estava, actualmente, organizado na freguesia do Laranjeiro.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Respeitar trabalhadores e população Por uma Carris moderna e desenvolvida

Só com uma Carris «de capitais públicos», gerida de «forma eficaz», de modo a rentabilizar os meios técnicos e humanos, e «respeitando os direitos dos trabalhadores» será possível servir mais e melhor as populações.

Depois desta afirmação, a célula do PCP na Carris denuncia alguns dos reflexos negativos que as políticas de direita têm tido na Carris - diminuição do número de trabalhadores e criação de centros excedentários como forma de pressão para levar à reforma ou à rescisão; ataques ao exercício da actividade sindical e aos direitos dos trabalhadores; concessão de serviços a privados e alienação de património; redução da oferta de transportes -, e que foram agravados pelos dois últimos governos do PS, com a diminuição todos os anos do valor das indemniza-

ções compensatórias e o não cumprimento das suas obrigações de pagamento à empresa do serviço social que esta presta.

Ao longo dos anos, tem sido a luta dos trabalhadores que permitiu preservar direitos, impedir atropelos à actividade sindical e melhorar os salários e outras matérias de expressão pecuniária, sendo que, este ano, mais uma vez, os trabalhadores da Carris se viram obrigados a entrar em luta para defender os seus postos de trabalho e a empresa e melhorarem os seus salários.

Nessa luta, os trabajado-

res contaram com o apoio do PCP que, entretanto, e com vista a assegurar às populações «uma rede de transportes eficaz e moderna», apresenta um conjunto de propostas que passa, entre outras, pela criação da Autoridade Metropolitana de Transportes e a elaboração de um Plano Integrado de Transportes para a Região de Lisboa.

A construção de parques de estacionamento nas áreas limítrofes da cidade, a delimitação de mais corredores reservados a transportes públicos, a reorganização da rede de autocarros e eléctricos, a passagem a efectivos de todos os contratados a termo e o aumento digno dos salários dos trabalhadores, são outras propostas que os comunistas consideram essenciais para uma Carris «moderna e desenvolvida».



«Avante!» na rua

A campanha de promoção do «Avante!» está a ser marcada pela criatividade.

Assim, ao som dos acordes de grupos de jovens músicos, que encontram no Centro de Trabalho de Santa Maria da Feira do PCP o seu espaço de criatividade, e sob o olhar expectante de outros jovens que «curtem» a música e o convívio, Rui Sousa, mais conhecido por **Bubba XXI**, artista plástico, professor de Educação Visual, tocador de guitarra no «Watchtower» e

graffiteiro por devoção, vocação e feitio, foi enchendo a alva parede exterior daquele espaço com outra forma de arte: um graffiti dedicado ao «Avante!» remodelado.

«Lembrei-me, mesmo agora, de fazer isto. Olhei para a parede, perguntei à malta do Partido e, pronto, aqui está», diz **Rui Sousa**, intervalando um pouco, para descansar, beber água e reapetrechar-se, agora com uma máscara, por causa dos sprays.

«Esta é uma arte de intervenção. Manifesto, assim, o que sinto, o que penso e deixo uma mensagem, em geral um apelo à unidade, contra a violência, pela paz. Mas também é uma forma de quebrar a monotonia do betão. Uma forma de embelezar a cidade.»

De facto, o Centro de Trabalho de Santa Maria da Feira ficou mais bonito, como bonita é a mensagem do **Bubba XXI**: «Ó malta, vá lá, leiam o «Avante!»».

VISEU Por melhores transportes

A Comissão Concelhia de Viseu do PCP entregou ontem, na sessão pública da Câmara Municipal, um abaixo-assinado cujos subscritores exigem a defesa da melhoria dos transportes públicos de Viseu. Hoje será a vez da Concelhia do PCP fazer entrega do mesmo abaixo-assinado na Assembleia Municipal onde, no período reservado à intervenção do público, dará conta das reivindicações das populações e adiantará propostas de trabalho no sentido de alterar a situação, manifestando, ao mesmo tempo, o seu repúdio por qualquer aumento dos preços dos títulos de transportes ou dos passes sociais.

LOURES Desculpas de mau pagador

As declarações feitas por Menezes Rodrigues, deputado e vereador do PS à Câmara de Loures, a respeito do Hospital de Loures, são «desculpas de mau pagador» e constituem «justificações demagógicas, ética e politicamente condenáveis», acusa a Direcção Concelhia do PCP.

O PCP lembra que apesar de o município não ter qualquer obrigação ou dever legal de disponibilizar terreno para a construção de hospitais, centros de saúde, esquadras e quartéis de polícia, estes equipamentos só existem no concelho por iniciativa da Câmara, que tem feito o que os vários governos não têm sido capazes de fazer. Designadamente no que se refere ao Hospital de Loures, a verdade é que o terreno existe e a sua disponibilização está contratualizada, sendo que apenas uma pequena parcela não se encontra administrativamente regularizada.

ABRANTES Mais desemprego

O desemprego voltou a aumentar na Vila do Tramagal onde, há cerca de duas décadas, os trabalhadores sofrem as consequências da política de direita de sucessivos governos, traduzida por despedimentos, falências fraudulentas, salários em atraso e liquidação de direitos. Desta vez, o desemprego abateu-se sobre 127 trabalhadores da Futra, Fundições do Tramagal, oriunda da ex-Metalúrgica Duarte Ferreira, empresa em relação à qual o PCP e as organizações dos trabalhadores durante muito tempo envidaram esforços no sentido de evitar a falência agora consumada. Solidária com os trabalhadores da Futra, a Comissão Concelhia de Abrantes do PCP exige agora que as entidades competentes cumpram os direitos e os créditos dos trabalhadores.

Festa do «Avante!» obra de todo o Partido

Nos dias 1, 2 e 3 de Setembro realiza-se a 24ª edição da Festa do «Avante!», iniciativa que ocupa lugar de destaque na múltipla e intensa actividade do Partido e é sempre aguardada com grande expectativa por muitos milhares de pessoas.



Virgílio Azevedo
Membro da Comissão Política

Mantendo as suas características fundamentais - Festa do convívio, da alegria, da juventude, da cultura, da solidariedade, da intervenção e da luta -, ano após ano a Festa encontra novas soluções de concepção e de conteúdo, que a fazem sempre nova e a reforçam enquanto grande pólo de atracção para muitas dezenas de milhares de comunistas e para muitos que não o sendo - e, por vezes, situando-se mesmo em posturas políticas e ideo-

«Avante!» poderá vir a traduzir-se num importante passo em frente em relação às suas anteriores edições.

A Festa será um importante contributo para projectar o que pensamos da situação nacional e internacional, as perspectivas de desenvolvimento da luta social e política, a alternativa de esquerda por que lutamos, o Partido que somos, com a sua identidade, o seu projecto, as suas propostas. Nela terão presença assegurada, por isso mesmo, os trabalhadores, os seus problemas e as suas lutas.

As exposições, os debates, a abertura, o comício, os encontros e as conversas com milhares de camaradas e amigos, são formas de debate, reflexão e intervenção excepcionais, numa Festa que é do Partido mas que está aberta a todos os que lutam ou aspiram a uma sociedade mais

«A Festa é, como alguém já disse, «o local do País onde existe mais fraternidade por metro quadrado»»

lógicas que não as dos comunistas - a consideram um espaço ímpar de encontro, de convívio, de liberdade.

Num momento em que continua a desastrosa política de direita do Governo PS, com todas as consequências na situação económica, social e política do País; num momento em que se acentua o descontentamento e a luta contra esta política; num momento de grande iniciativa política do Partido - quer na dinamização das lutas, quer na apresentação de propostas para a resolução dos problemas do País e dos trabalhadores na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, quer no reforço da organização com particular destaque para a organização do XVI Congresso -, a próxima festa do

justa, mais livre, mais democrática, mais fraterna.

Nos três primeiros dias de Setembro próximo, a Quinta da Atalaia será, como alguém já disse, «o local do País onde existe mais fraternidade por metro quadrado».

2000, mais Festa, melhor Festa

As obras que estão a ser feitas irão permitir que todos os que constroem e visitam a Festa encontrem melhores condições de trabalho e estadia, encontrem a Quinta da Atalaia ainda mais bonita, com melhores condições nos

acampamentos, com mais instalações sanitárias, com mais bancos e sombras, com melhor iluminação, com uma intervenção no espaço da entrada pela Quinta da Princesa, que o tornará mais bonito e mais acessível.

Essas obras e o previsível aumento do número de visitantes - nomeadamente jovens - farão com que a Festa do ano 2000 seja mais e melhor festa. Para isso, darão igualmente um inestimável contributo os espectáculos, o teatro, o desporto, a animação de rua, a Cidade do Livro e do Disco, a intervenção das artes plásticas - em vários espaços da Festa - a Exposição da Ciência, o cinema, os meios audiovisuais e a Internet, o artesanato e a gastronomia nacional e internacional, as participações das Organizações Regionais e Sectores, o Espaço Internacional, o Espaço da Criança, a Cidade da Juventude, construída pela JCP, o «Avante!» e a Campanha de Difusão, a Campanha Nacional de Fundos.

O êxito da Festa está intimamente ligado ao empenhamento das Organizações do Partido e da JCP, ao empenhamento de todos os militantes.

A todos cabe:

- informar e mobilizar o Partido, discutindo, concebendo e planificando as tarefas de cada Organização;
 - divulgar e promover a Festa, distribuindo e colocando os materiais de divulgação, organizando iniciativas desportivas e os Festivais da Canção Juvenil, aproveitando todas as iniciativas partidárias;
 - promover desde já uma grande venda antecipada da EP;
 - organizar as excursões ou outras formas de deslocação, procurando trazer sempre mais visitantes à Festa.
- A Festa é obra deste grande colectivo partidário, do empenhamento de muitos milhares de camaradas e amigos, da sua consciência, da sua militância dedicada, da sua vontade em organizar uma Festa que, sendo do PCP, é aberta a todos os homens, mulheres e jovens que estão com o Portugal de Abril.



Descargas no Tejo

Mais uma vez, no passado dia 17, um manto de espuma acastanhada cobriu o leito e as margens do rio Tejo, visível ao longo de muitos quilómetros na zona de Santarém. Esta situação escandalosa, denunciada regularmente pelo Colectivo Regional de Santarém de «Os Verdes» nestes últimos quatro anos, continua ainda sem uma resposta satisfatória e vai-se repetindo, coincidindo com as descargas das barragens para o Tejo.

Há empresas que continuam a aproveitar-se desta situação para lançar para o rio efluentes poluentes.

O Colectivo Regional de Santarém do Partido Ecologista «Os Verdes» vai desenvolver esforços junto das entidades competentes a fim de exigir, uma vez mais, o apuramento da origem das descargas e a punição dos infractores.

Linha de Sintra

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra faz um apelo a todos utentes dessa linha para que subscrevam o abaixo-assinado posto a circular pela Associação de Transportes 2000, a que aderiu. Em comentário ao anúncio governamental do aumento dos passes dos transportes públicos e à greve que entretanto decorreu nomeadamente na Linha de Sintra, a Comissão de Utentes lembra que os passes e títulos de transportes foram aumentados 2% em Janeiro e que, com o «exorbitante aumento de 4% a partir de Maio» anunciado pelo Governo, os aumentos sobem a 6%, o que «irá penalizar significativamente o orçamento familiar dos utentes».

Saramago honoris causa

A Universidade de Salamanca, Espanha, anunciou que vai conferir o grau de doutor *honoris causa* a cinco personalidades, entre as quais o escritor português José Saramago. O cientista hondurenho Salvador Moncada, o neurologista canadiano Vladimir Hachinski e o tradutor Luís Gil Fernandez e o poeta José Angel Valente, ambos espanhóis, são as restantes personalidades que vão receber a distinção.

Lisboa debate ensino desportivo

O Ensino Desportivo e as Escolas Municipais de Desporto foram os temas em debate num encontro com freguesias organizado pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, no passado dia 13, no Pavilhão Carlos Lopes.

As escolas municipais de desporto da CML têm permitido a muitas crianças o contacto com variadas modalidades e são, em muitos casos, nas estruturas desportivas existentes, os únicos locais de formação desportiva nessas modalidades. Neste debate estivera, em análise formas de promover a implantação de escolas das modalidades praticadas e que permitam, também, encontrar soluções que viabilizem a continuação da prática desportiva dos jovens que frequentam o programa de ensino desportivo municipal.

Barreiro solidário

No âmbito da campanha de solidariedade para com o povo de Timor, a Câmara Municipal do Barreiro decidiu entregar uma verba de cerca de 4 mil e 500 contos ao comissário de Portugal para Timor.

A autarquia decidiu ainda atribuir uma verba de mil contos à Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, que vem dinamizando uma campanha de solidariedade nacional, de forma a minorar as carências sentidas pelo povo de Moçambique. Esta decisão surgiu na sequência do apelo feito pelo presidente da Câmara Municipal de Matola, solicitando o apoio ao nível de medicamentos, roupas e material escolar.

Ilha da Culatra

Os moradores da Ilha da Culatra, no concelho de Faro, apresentaram uma lista de cerca de uma dezena de reivindicações visando a melhoria das condições de vida da população local. Situada na área lagunar do Parque Natural da Ria Formosa, a Ilha da Culatra tem uma população residente de cerca de mil habitantes, na maioria ligados à actividade piscatória. Num memorando enviado pela associação dos moradores às autoridades locais, nomeadamente à Câmara Municipal de Faro, concelho a que pertence a ilha, apresenta-se como primeira reivindicação «o abastecimento de água canalizada e a criação de uma rede de esgotos».

Os moradores querem também a legalização das habitações da ilha, condicionada por planos de ordenamento do Parque da Ria Formosa, bem como a criação de uma zona de expansão do núcleo habitacional para que os jovens da comunidade possam constituir família. Além disso, reclamam um barco para transporte de doentes e grávidas, «com condições dignas e humanas», assim como o melhoramento das condições do Centro de Saúde local. Pretendem ainda a construção de um porto de abrigo para as 78 embarcações de pesca artesanal ali existentes e que seja encarada a construção de uma nova escola de ensino básico, a curto prazo. A construção de um campo de futebol, a recuperação da zona ribeirinha, a arborização da ilha e o aproveitamento das instalações de abrigo do antigo salva-vidas para um Centro Comunitário e Cultural, são outras das reivindicações apresentadas.

Ministério da Educação define regras Um novo calendário escolar

Em véspera do 25 de Abril, o Ministério da Educação divulgou a institucionalização de um novo calendário escolar e da abertura das escolas durante as férias lectivas. Medidas que, naturalmente, ainda não se sabe como serão recebidas por professores, estudantes e pais.

A partir do próximo ano lectivo, os alunos do ensino básico e secundário terão um novo calendário escolar, com três períodos de cerca de 90 dias cada, independentemente da data da Páscoa, ficando sempre fixado o início do ano lectivo na primeira quinzena de Setembro.

Com a introdução do novo calendário escolar, o primeiro período manter-se-á como até aqui, finalizando na semana que antecede o Natal.

O segundo período – cuja duração dependia até agora da

data do feriado móvel da Páscoa – passa a iniciar-se a 3 de Janeiro, desde que este não ocorra numa sexta-feira, sábado ou domingo, mas a durar sempre cerca de 90 dias, independentemente da data da Páscoa. Assim, para além da interrupção lectiva de cinco dias por ocasião do Carnaval, o segundo período escolar terminará três meses após o início, ficando estabelecido que se o final deste não coincidir com o feriado móvel da Páscoa, haverá nessa altura uma pausa de cinco dias.

O terceiro período terá de terminar, impreterivelmente, até 30 de Junho, ficando estabelecido, para os meses de Julho e Agosto, a organização do ano escolar seguinte.

As reuniões de professores tendo em vista a avaliação dos alunos, só poderão ter lugar nos períodos de interrupção da actividade lectiva.

Uma outra novidade – segundo nota do ME, «as escolas de qualquer ciclo ou nível não serão encerradas durante os períodos de interrupção das actividades lectivas», mas a iniciativas a desenvolver, nomeadamente actividades de ocupação de crianças e jovens, pertencerão aos «vários parcei-

ros». O que não pode deixar de remeter para as insistentes reclamações de autarquias, escolas e associações de pais, para que sejam atribuídos a estas entidades os meios adequados às responsabilidades que lhes vão sendo atribuídas.

Ainda recentemente, em comentário à revisão curricular do ensino secundário, a Fenprof lembrava que uma verdadeira autonomia das escolas «passa pela responsabilização, por parte do governo, de dotar os estabelecimentos de ensino com os recursos humanos, materiais e financeiros imprescindíveis».

Considerações perfeitamente actuais, face às medidas do ME agora divulgadas.

Uma verdadeira autonomia das escolas passa pelos recursos humanos, materiais e financeiros imprescindíveis



As medidas agora divulgadas implicam mais recursos para as escolas

JCP/Setúbal debate revisão curricular

A revisão curricular e a política educativa foram temas de uma conferência de imprensa realizada por iniciativa da organização do ensino secundário da região de Setúbal da JCP, no passado dia 19 de Abril.

Com esta iniciativa, os jovens comunistas pretendem ainda mostrar a sua solidariedade para com os milhares de estudantes que se têm manifestado por todo o país, mostrando, assim, o seu desagrado com a actual situação.

A JCP salienta, em particular, a enorme falta de respeito para com os estudantes, tendo em conta que o projecto de revisão curricular não está a ser discutido pelos alunos. Os jovens comunistas lamentam ainda o facto de o Ministério da Educação considerar este diploma como ajustado à realidade e às necessidades dos estudantes, quando milhares de jovens saem à rua mostrando o seu desagrado perante este projecto.

Falta de segurança

No trajecto entre o apeadeiro dos caminhos-de-ferro das Praias do Sado e o local de destino, os alunos do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) e os moradores da localidade deslocam-se, diariamente, ora pela estrada municipal, ocupando parte da faixa de rodagem, ora junto à linha de comboio. Em qual-

quer dos casos, o perigo de atropelamento é uma constante ameaça.

Esta a situação agora denunciada pela organização concelhia de Setúbal da JCP que, em comunicado de imprensa, lembra que a falta de segurança dos utentes da CP foi levantada várias vezes pela Junta de Freguesia do Sado, quer às entidades responsáveis

pelos caminhos-de-ferro, quer à Câmara Municipal de Setúbal.

Indignada com a falta de segurança verificada no referido trajecto, os jovens comunistas vêm reivindicar junto das entidades competentes (Câmara Municipal e CP) a resolução rápida e eficaz deste problema, antes que se verifique alguma situação mais grave.

Voto de pesar

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pela morte de José Gomes.

No voto de pesar, aprovado no passado dia 18, são referidos alguns momentos da vida do actor de teatro, cinema e televisão, falecido dia 4 de Abril, nomeadamente que, «em 1971, foi um dos fundadores da Companhia de Teatro *Os Bonecreiros*», passando a integrar, em 1974, o elenco do *Grupo 4*.

São ainda lembrados alguns dos traba-

lhos de José Gomes na área do teatro, em particular o mais recente, *O caminho de Meca*, no D. Maria II, e a sua participação nas companhias *Malaposta*, *A Barraca* e *Novo Grupo*.

«Militante da cultura e de Abril, homem solidário e íntegro, aqui o saudamos, na Assembleia Municipal de Lisboa, propondo que o seu nome seja atribuído a uma rua de Lisboa, para memória e exemplo no futuro», conclui-se no voto aprovado por unanimidade.



Não às armas nucleares é uma exigência presente em várias manifestações

Prossegue recolha de assinaturas Petição contra as armas nucleares

A petição contra as armas nucleares, lançada pelo CPPC em Fevereiro passado, já recolheu mais de 3500 assinaturas.

No mesmo dia em que, em Nova Iorque, se inicia a Conferência para a revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), que decorre entre 24 de Abril e 19 de Maio, o Conselho Português para a Paz e Cooperação - CPPC divulgou a sua posição sobre esta problemática, em conferência de imprensa em que participaram João Cunha Serra, Blasco Hugo Fernandes e Sandra Benfica, respectivamente presidente, vice-presidente e membro do Secretariado da Direcção do CPPC.

Durante a conferência de imprensa foi salientada a

urgente necessidade de todos os Estados subscreverem e ratificarem tanto o Tratado de Não Proliferação Nuclear como o Tratado para a Proibição Total dos Ensaio Nucleares (CTBT) assim como de desencadear um processo global para a assinatura de uma Convenção Internacional destinada à completa abolição das Armas Nucleares.

Os dirigentes do CPPC apelaram ainda ao governo português para que, no quadro da Constituição da República Portuguesa, envide os necessários esforços na referida Conferência para a Revisão do TNP com vista ao

desencadeamento de um processo internacional visando o fim das armas nucleares no planeta.

Por fim, foi divulgada a primeira lista dos aderentes à Petição Mundial pelo fim das Armas Nucleares que o CPPC lançou em Portugal em princípios de Fevereiro e que já recolheu mais de 3500 assinaturas, entre as quais cerca de 320 organizações e as restantes individuais, destacando-se entre estas cerca de 280 personalidades da vida pública portuguesa.

Esta petição inscreve-se no Movimento Internacional para a eliminação das armas nucleares Abolição 2000, subscrito por mil e quinhentas organizações dos cinco continentes.

Dia Mundial do Livro

Algumas razões de optimismo

O Dia Mundial do Livro foi este ano assinalado - de par de outras actividades - com um pequeno-almoço literário no café «A Brasileira», ao Chiado, em Lisboa. Uma iniciativa da Associação Portuguesa de Editores e Livradores (APEL) que juntou editores e escritores, no passado dia 20. Uma antecipação de dois dias uma vez que a efeméride coincide este ano com o domingo de Páscoa.

Algum optimismo reinou neste encontro na baixa lisboeta, apesar das estatísticas mais recentes (enquanto se aguardam os resultados de um novo estudo encomendado pela APEL) indicarem que 57 por cento da população não lê. Números entretanto atenuados pelo interesse crescente que se vem a sentir pela literatura infantil e pelos sinais de vitalidade no plano da criação literária, como foi destacado pelos participantes do evento.

Estes indicadores optimistas só poderão entretanto ser

confirmados a longo prazo pelo que, de imediato, há que multiplicar as iniciativas de sensibilização e estímulo à leitura, dirigidas a todas as camadas da população.

No ano em que Portugal celebra o seu Ano Internacional do Livro e da Leitura, a APEL tem em preparação duas iniciativas dedicadas ao grande público: as tradicionais Feiras do Livro de Lisboa e Porto, que inauguraram, respectivamente, a 25 e a 24 de Maio próximo, e o primeiro Salão do Livro de Lisboa, previsto para decorrer no Parque das Nações entre 3 e 7 de Novembro de 2000.

A Feira do Livro de Lisboa contará nesta edição com 202 pavilhões, superando uma vez mais as anteriores realizações. Beneficiará igualmente de um programa cultural mais amplo e de um horário de funcionamento alargado.

O Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor foi proclamado há cinco anos pela

Conferência Geral da UNESCO. Este ano, na tradicional mensagem alusiva à data, o director-geral da organização da ONU para a Cultura, Ciência e Educação, Koichiro Matsuura, sublinhou que uma das missões essenciais do livro é a de estar ao serviço da educação e que o seu desenvolvimento, protecção e livre circulação - enquanto bem económico e cultural - deve figurar entre «as nossas prioridades».

«Instrumento de diversidade cultural, a edição do livro deve ser encorajada e os autores devem continuar a beneficiar dos direitos que lhes são internacionalmente reconhecidos», lê-se na mesma mensagem.

«A esperança deve poder ser escrita e lida», concluiu o director-geral da UNESCO, evocando a existência de uma relação directa entre o acesso à cultura e o fomento de valores fundamentais para a humanidade, como a tolerância e a paz.

A Moderna «boceta de Pandora»

• Carlos Gonçalves

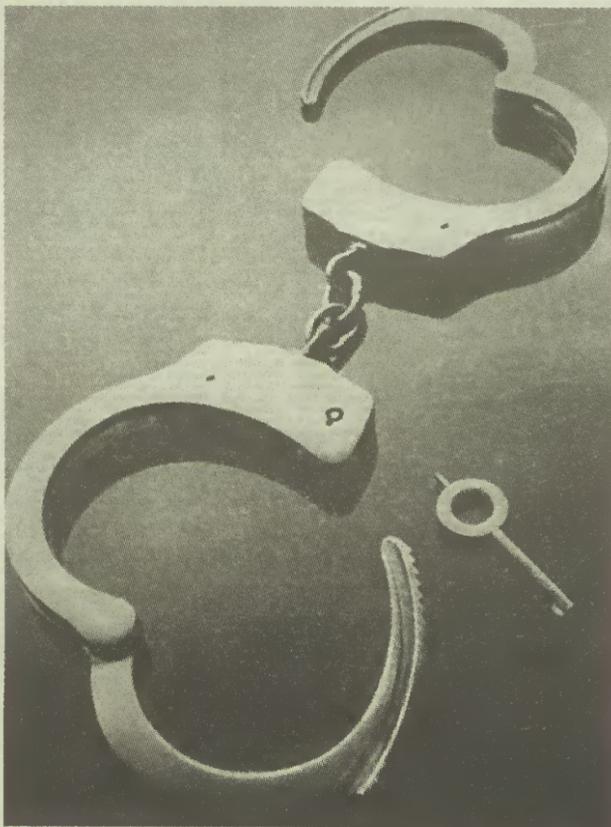
De cada vez que se entreabre a «boceta de Pandora» do «caso Universidade Moderna» soltam-se alguns dos demónios melhor escondidos do Portugal VIP dos grandes interesses, pondo a nu conexões e cumplicidades. Valha-nos ao menos isso e releve-se que o respectivo «núcleo duro» nada queria com o PCP (*1), já que não se advinha fácil o caminho da Justiça até à raiz de tamanha pestilência. As recentes detenções de quatro dos arguidos da «Moderna» para serem ouvidos em presença do Juiz de Instrução Criminal, que confirmou a sua situação de arguidos e agravou as medidas de coacção a que estão obrigados, foi, tudo o indica, um desenvolvimento processual elementar da investigação em curso da «gestão danosa» e outros crimes ocorridos naquela Universidade.

e (re)passando os dados da situação e das ligações do «núcleo duro» da Moderna já conhecidas do famigerado relatório do SIS.

Vemos o contra golpe do sub-grupo BES/Media Capital, com capitais colombianos e de off-shore na TVI e no Independente, com financiamentos cruzados com a família Braga Gonçalves e os dinheiros da «Moderna», procurando desqualificar a investigação e o Ministério Público e inocentar os detidos.

E vemos Paulo Portas e o seu PP fugindo do desastre anunciado, procurando bloquear a Justiça a partir de Pires de Lima e da Ordem dos Advogados, ameaçando com represálias tremendistas se os acusarem do que parece óbvio: aproveitamento pessoal e financiamento partidário ilegal, tentando preservar alguma autonomia face às próximas chantagens do Governo e garantir ainda

a continuidade do seu domínio da Moderna, transferindo-o de Braga Gonçalves para Rui Albuquerque. Vemos como o PS dá «guita ao papagaio» do escândalo para esconder as desgraças da política do Governo, mas mais não faz que deixar uma «boca» aqui outra acolá, como a de que o agora demitido Reitor é militante do PSD e próximo de Marcelo (*2), muito mais para manter PSD e PP bem comportadinhos, do que para abrir caminho à Justiça, não acabe a dita por lhe bater à porta. Vemos Durão Barroso a assobiar para o lado, talvez nem tanto por estar próximo do Grupo Espírito Santo,



Mas não foi este roubo de cinco ou seis milhões de contos, que nem é novidade nem caso raro por estes dias, que mudou à pressa as «manchetes» dos *media*, em prejuízo das lutas contra as malfetorias do Governo e até das guerras do futebol.

O que neste caso fez mover *media*, *lobbies*, «classe política» e interesses e poderes dominantes, menos ou mais ocultos, é que um simples movimento da Justiça, ou de quem quer que seja, neste *puzzle* rocambolesco e infecto da Moderna, pode alterar os instáveis equilíbrios actuais e levar à «morte do artista».

Por isso, após cuidada preparação, os envolvidos interagem com o arsenal possível para cada situação, consolidando cumplicidades ou fulminando inimigos e deixando suspeitas e ameaças de «assassínio político» e novas chantagens mais ou menos veladas.

E isto é apenas o inteligível para o comum dos mortais, sendo bem mais extenso e significativo o que só os «iniciados» alcançam e se joga nos poderes e instâncias mais ou menos ocultos.

À luz do dia

À luz do dia, seguindo de perto as autoridades judiciais, vemos os *media* de Balsemão, com os de Belmiro e os da tutela do Governo logo atrás, passando

mas porque assim acerta contas com Portas, com Santana Lopes e até com Marcelo.

E vemos o Expresso retomar o ajuste de contas e publicar a entrevista dos «irmãos» desavindos (*3), seguramente preparada há muitos meses, expondo «todos os crimes económicos do Código» cometidos na Universidade, mas apenas levantando o véu da corrupção e tráfico de influências aos diversos níveis dos aparelhos de Estado e de poder e do financiamento partidário, que ficam assim como chantagem para denúncias futuras, se e quando o entenderem proveitoso e oportuno.

E assim se guerreiam e se namoram, num dramalhão sem valores democráticos nem ética política, os actores VIP deste pântano de interesses e clientelas, dos negócios claros e escuros destas políticas neoliberais, em que o PS de Guterres vive de facto amancebado e em bigamia com PSD e PP.

E este peso enorme tolhe o caminho da Justiça no «caso da Moderna», pondo obstáculos quase intransponíveis a que, para além da «gestão danosa», se esclareça a associação criminosa e a conspiração de extrema-direita que, tudo o indica, lhe estão subjacentes. Por isso é imperioso reclamar Justiça, sem tibiezas nem hipocrisias.

(*1) (*3) Expresso 21.04.2000 - (*2) Público 14.04.2000

Agentes federais resgatam menino cubano da casa de familiares exilados em Miami

Elián nos braços do pai

Cinco meses depois da separação, Elián González voltou para junto do pai, na madrugada de sábado. Agora aguarda a decisão do Tribunal de Atlanta para voltar para Cuba.

Resgatado por agentes federais da casa que lhe serviu de morada nos últimos cinco meses, Elián González - agora na companhia do pai, da madrasta e do irmão mais novo - aguarda uma decisão do Tribunal de Recurso de Atlanta sobre o direito de pedir asilo político. Tudo aponta para que haja uma resposta no próximo dia 11.

Foi a própria Casa Branca que referiu que Elián se mostrou «muito contente» ao encontrar o pai na base aérea de Andrews, em Washington, alegria aliás evidente nas fotografias tiradas na ocasião e difundidas pelas autoridades norte-americanas. Doris Messner, responsável do Serviço de Imigração, referiu que o encontro de pai e filho foi «muito, muito emocionante».

A reacção dos exilados cubanos ao resgate não se fez esperar: incêndios em metade das principais ruas de Miami, pedras atiradas contra os automóveis e lojas e contentores destruídos. Os distúrbios arrastaram-se por várias horas e duas centenas de pessoas foram detidas pela polícia.

Esta posição não é, no entanto, partilhada pela opinião pública. Segundo uma sondagem, dois terços dos americanos mostram-se favoráveis ao recurso à força neste caso. Esta opção só foi adoptada pelas autoridades depois dos familiares de Elián se recusarem a entregar o menino e a levá-lo a Washington para se encontrar com o pai.

«A lei foi aplicada», afirmou Bill Clinton, acrescentando: «Creio que era o que havia a fazer.» «Ela (Janet Reno) tratou do assunto, mas eu apoio plenamente tudo o

que fez», declarou o presidente americano.

Elián não é trofeu

Fidel Castro congratulou-se com o resgate de Elián, mas lembrou que a vitória ainda não é total. Como se lê no jornal Granma, «não se sabe o que é capaz de fazer a mafia contra-revolucionária de Miami depois de ter perdido o menino-refém».

Falando perante mais de 40 mil pessoas nas comemora-



Elián González

Fidel congratulou-se, mas lembrou que a vitória ainda não é total

ções do 39.º aniversário da invasão da Baía dos Porcos, o presidente cubano classificou o dia de sábado como um dia de trégua, quem sabe se o único, entre Cuba e os Estados Unidos.

As actuações do presidente americano e da ministra da Justiça, Janet Reno, foram aliás elogiadas por Fidel, que afirmou que Bill Clinton se comportou com «coragem» no processo. «Esta é uma vitória que compartilhamos com o presidente dos EUA, que teve uma atitude firme», disse.

«Hoje é um dia de trégua com os Estados Unidos, por isso é justo que este acto não seja de jactância nem de vanglória», declarou Fidel. Nesse sentido, as autoridades cubanas pediram à população uma atitude «serena, discreta e digna» perante os acontecimentos sem manifestações públicas.

Fidel Castro adiantou que, quando Elián regressar a Cuba, não será usado como um «troféu». Nem sequer haverá celebrações para o receber. «Nenhum de nós estará lá, nenhum dirigente», afirmou.

Cronologia

- 23 Nov. 1999 - A barca em que Elián González viaja afunda-se. A sua mãe morre.
- 25 Nov. 1999 - Flutuando em cima de um pneumático, Elián é resgatado.
- 27 Nov. 1999 - O pai de Elián, Juan Miguel González, pede a custódia do filho e o seu regresso a Cuba.
- 7 Dez. 1999 - Washington reconhece os direitos do pai sobre Elián.
- 10 Dez. 1999 - O tio-avô de Elián, Lázaro González, pede o asilo político da criança aos EUA.
- 5 Jan. 2000 - O Serviço de Emigração dos EUA decide que Elián deve ser entregue ao pai.
- 10 Jan. 2000 - Bill Clinton reitera o seu apoio à decisão do Serviço de Emigração.
- 6 Abr. 2000 - Juan Miguel González chega aos EUA.
- 22 Abril 2000 - Elián é retirado da casa dos familiares em Miami e levado para a base aérea de Andrews, onde se encontra com o pai.

Giuliano Amato é o novo primeiro-ministro italiano

Giuliano Amato foi escolhido para suceder no cargo de primeiro-ministro a Massimo D'Alema, que se demitiu na semana passada após a derrota nas eleições regionais da coligação de centro-esquerda.

Um dos seus projectos é reduzir em um terço o número de ministros, passando de 25 para 18. As subsecretarias devem passar de 65 para 50. Esta medida implica deixar alguns partidos que integram a coligação Oliveira sem pasta ministerial, o que já provocou protestos.

Entretanto, o ministro francês para os Assuntos Europeus, Pierre Moscovici, afir-

mou no sábado que se a aliança de direita chegar ao poder poderão surgir problemas na União Europeia.

«A aliança de Berlusconi com partidos de extrema-direita e xenófobos colocaria problemas», afirmou Moscovici, que classificou a Liga Norte de Umberto Bossi como um partido nacionalista de tendência xenófoba.

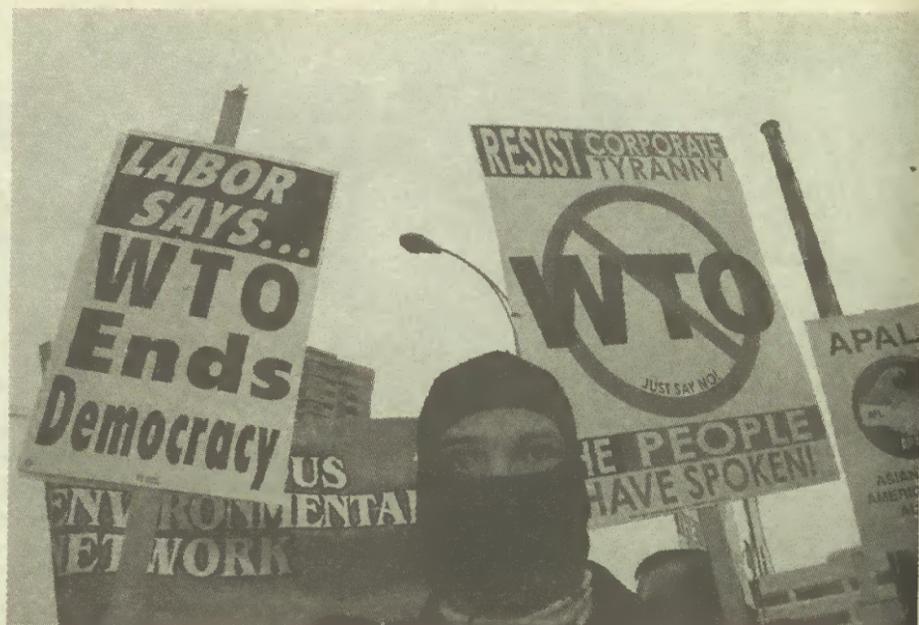
Biografia

Giuliano Amato, de 61 anos, nasceu em Turim. Jurista e professor de Direito Constitucional, é associado a algumas das políticas liberais mais discutíveis da década

de oitenta, na altura em que era a «mão direita» do Bettino Craxi.

Foi vice-secretário do PSI e subsecretário dos governos de Craxi. Em 1985, redigiu o decreto que abriu a porta à televisão privada. Em 1992, assinou o orçamento mais severo que a Itália conheceu. Actualmente desempenhava a função de ministro das Finanças.

Fausto Bertinotti, líder da Refundação Comunista, lembra que Amato desempenhou um papel central no fim da chamada «escala móvel», que associava o aumento salarial dos trabalhadores e funcionários com o aumento da inflação.



Organizações de todo o mundo lançam apelo contra o liberalismo

OMC: submetê-la ou suprimi-la

Várias dezenas de organizações lançaram um apelo internacional que deverá servir de referência às acções contra a Organização Mundial do Comércio previstas para o próximo 1.º de Maio.

O texto, que sublinha a necessidade de «substituir um sistema caduco, inflexível e opressor por um quadro de trocas duráveis e equitativas para o século XXI», saiu de uma reunião realizada nos dias 16 e 17 de Março, na cidade norte-americana de Boston, onde se reuniram organizações de todo o mundo, num momento em que as negociações recomeçam na Organização Mundial do Comércio.

Os promotores esperam que o apelo encontre o «mesmo eco» que o lançado na Primavera de 1999, ao qual aderiram mais de 1800 organizações de mais de 80 países e levaram ao fracasso da terceira reunião ministerial, realizada em Novembro de 1999 em Seattle.

Este revés histórico foi possível graças a uma mobilização sem precedentes de movimentos de cidadãos e de governos do mundo inteiro, refere-se no apelo, que considera «vital aproveitar o actual momento para mudar de rumo nas relações comerciais».

Regras opacas

«A função da OMC e dos acordos de Marrakech consiste essencialmente em forçar a abertura dos mercados em benefício das transnacionais, em detrimento das economias locais, dos trabalhadores, dos camponeses, das mulheres, dos povos e das minorias, em detrimento da saúde e da segurança das pessoas, dos ecossistemas e das espécies vivas.»

Por outro lado, os princí-

pios e regras da OMC são «opacos, antidemocráticos e contribuem para abandonar ao seu destino a maioria das populações do mundo».

A instabilidade generalizada, o afundamento das economias locais, o aumento das desigualdades entre e no seio dos países, a aceleração da degradação social e ecológica são agravados pelas fusões e concentrações de empresas que dominam a economia mundial.

Os governos que dominam a OMC, em particular a União Europeia, os Estados Unidos, o Japão e o Canadá, bem como os gru-

pos transnacionais que beneficiam do sistema negam estes efeitos negativos e pretendem alargar as prerrogativas da OMC, promovendo o liberalismo com um fim em si.

As organizações subscritoras recusam esta política e proclamam a urgência de proteger a diversidade cultural, biológica, social e económica, aplicar progressivamente políticas que privilegiem o comércio e as trocas locais, garantir os direitos económicos, sociais e culturais universalmente reconhecidos; e restaurar a soberania dos povos e o controlo democrático aos níveis nacional e regional. Estes objectivos devem ser alcançados com base no controlo democrático dos recursos e no respeito dos ecossistemas.

Comércio mundial ameaça os povos

As organizações subscritoras do apelo manifestam a sua oposição a um novo round das negociações que alargue a OMC aos domínios do investimento, políticas de concorrência, mercados públicos, às biotecnologias, a novas baixas tarifárias e ao comércio electrónico.

«É inaceitável que os direitos sociais e as necessidades vitais passem para o controlo da OMC», sublinha-se. No seu âmbito não devem entrar tão pouco os domínios essenciais como a alimentação, a água, os serviços públicos, a saúde, a segurança das pessoas e a preservação das espécies vivas.

Entre outras exigências, destacam-se ainda a revogação do acordo sobre propriedade intelectual, bem como o reconhecimento do direito dos povos a se alimentarem. Este último aspecto implica adopção de políticas que favoreçam e protejam a segurança e a soberania alimentares, a agricultura familiar. É igualmente exigida a interdição de todas as subvenções às exportações e outras formas de dumping de produtos agrícolas, em particular com direcção aos países do terceiro mundo.

«O comércio mundial não deve ameaçar a existência dos povos, em particular dos pequenos agricultores e dos pescadores», lê-se no apelo, que repudia ainda a liberalização dos investimentos e exige a revogação do acordo sobre investimentos ligado ao comércio



Entrevista com Vasco Gonçalves

Valores de Abril são eternos

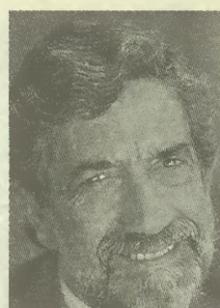
Págs. 16 e 17

Dinis de Almeida com jovens

Filhos da Revolução



Págs. 14 e 15



Sérgio Ribeiro sobre

O 25 de Abril e as nacionalizações

Págs. 18 e 19

25 de Abril sempre!

As comemorações de Abril, vinte e seis anos depois, levaram mais uma vez a festa para as ruas do País (ver pág. 32), recordando o que foram as jornadas gloriosas da Revolução. O nosso jornal dedica as páginas seguintes (14 a 20) a aspectos salientes do processo revolucionário, lembrando o passado, com os olhos postos no futuro.



Capitão de Abril Dinis de Almeida conversa com jovens

Filhos da Revolução



• Texto
Isabel Araújo Branco

Convidámos Dinis de Almeida, destacado Capitão de Abril, a guiar um grupo de jovens na exposição «Fotos de Abril» de Eduardo Gageiro. Ouvimos o relato de experiências únicas contadas na primeira pessoa, assistimos ao desfazer de dúvidas daqueles que não viveram a revolução e acompanhamos a troca de opiniões sobre uma das datas mais importantes na história do nosso país.

Fez anteontem 26 anos que centenas de oficiais saíram à rua com os seus soldados fazendo o 25 de Abril e dando início a um processo revolucionário que transformou o País.

26 anos é muito ou pouco tempo? A História ensina-nos que, perante os milhares de anos de experiência e evolução do homem, é uma minúscula fracção de tempo. Mas, para os jovens, 26 anos é toda uma vida e até mais do que isso.

Otelo Saraiva de Carvalho Catavento político

A pressão internacional sobre o processo revolucionário foi um dos temas abordados pelo grupo. Dinis de Almeida lembrou a ligação de vários indivíduos à CIA, mas também que «os americanos a dada altura tinham perdido o processo». O que se passou então? «O problema foi uma pessoa chamada Otelo Saraiva de Carvalho, que traiu o processo por incompetência e cobardia. Não sei se hoje teríamos conservado a vitória, depois do que se tem passado no mundo. Mas também não sabemos qual o efeito na Europa se a revolução portuguesa tivesse triunfado.»

«O Otelo dispôs objectivamente de condições e de força militar para ao longo do processo fazer pender a revolução para uma vitória de esquerda. Mas introduziu sempre factores de distorção desse poder, porque

nunca compreendeu que as palmas dadas à direita eram palmas de aproveitamento e temeu sempre que as palmas dadas à esquerda o fossem», afirma Dinis de Almeida.

«O Otelo nunca soube o que queria, aliás não lembra ao diabo pôr uma pessoa daquelas à frente da revolução. «Então ele está a falar do que escolheu?», perguntam vocês. Eu não escolhi, aliás muitos de nós não escolhemos. O Otelo era boa pessoa, era um bom camarada, era um tipo afável, normalmente competente», diz.

Incoerências

«A grande coerência que eu aponto ao Otelo é o elevado narcisismo. Todas as atitudes, se forem vistas à luz de um afã de valorização e de um fortíssimo narcisismo, já têm coerência. Estar à esquerda e à direita afinal é coerente.

O que quer isto dizer? Primeiro, que não viveram a revolução mais florida de que Portugal foi palco. Depois, que o que poderão saber dela é fruto de conversas com familiares e amigos, do estudo na escola, de interesse literário e de trabalhos jornalísticos.

As dúvidas são muitas. Começam pela troca de nomes. Os mais pequenos procuram simplificar e perguntam aos pais se determinada pessoa era «dos bons» ou «dos maus». E há as histórias agora mirabolantes do que se podia e não se podia fazer.

Como parece hoje impossível que fosse proibido juntarem-se mais do que três ou quatro pessoas na rua, que as mulheres casadas precisassem da autorização do marido para sair do País, que todos se sentissem imperiosamente proibidos de falar de política, que não houvesse salário mínimo, que os funcionários públicos fossem obri-

gados a trabalhar de gravata, que a censura fosse diária e profunda!

Participação popular

Para contar um pouco da história do 25 de Abril, convidámos Dinis de Almeida, destacado Capitão de Abril que desempenhou um importante papel no processo revolucionário, e um grupo de

oito jovens, com idades entre os 18 e os 26 anos.

O encontro decorreu ao longo da exposição «Fotos de Abril», de Eduardo Gageiro,

inaugurada na semana passada no Museu da Electricidade, em Lisboa.

Da conversa uma ideia ficou bem clara: a importância extrema da participação popular na revolução. «Se não fosse a população estar junto dos militares, o grau de motivação, extremamente contagiante, não teria sido possível», diz Dinis de Almeida. «Passámos a ter os soldados do nosso lado, não apenas disciplinarmente mas também afectivamente.»

«Era uma luta extremamente difícil, tanto mais que 48 anos de regime dão uma certa ideia de intangibilidade do mesmo. Enquanto a motivação não estivesse clara, era preciso esse reforço. E aí não sei se o Movimento das Forças Armadas foi capaz de antecipar as melhores soluções, porque até fez a

asneira rotunda (que felizmente foi ultrapassada) de pedir para que ninguém saísse de casa. Imaginem que a população tinha obedecido!»

Preparar a revolução

«Uma revolução leva-nos a frequentes situações de compromisso, em que temos de conciliar extremos inconciliáveis. Um

Os populares foram fundamentais para o sucesso do 25 de Abril. «Passámos a ter os soldados do nosso lado, não apenas disciplinarmente mas também afectivamente.»

deles era ter toda a gente avisada de que iríamos fazer a revolução e que estaríamos todos preparados para actuar. Ao mesmo tempo era

não dizer a ninguém, para a Pide não saber», conta o Capitão de Abril.

«Tivemos de optar naturalmente por uma grande reserva. Eu não disse a certas pessoas, como à minha própria mãe, mas ao mesmo tempo não deixei de convidar para reuniões camaradas que o próprio regime me impedia de conhecer politicamente a fundo. Normalmente aquilo que nos aproximava eram as amizades pessoais, mas adivinhar quem são os que vão aderir à revolução não é fácil.»

Dinis de Almeida lembra que convidou para uma reunião preparatória da revolução um major que a viria a denunciar. «Sem dúvida que o Governo sabia o que se estava a passar, mas sabia mal. Se os vínculos de desconhecimento tornavam difícil para nós saber quem eram os

Como Spínola enganou Costa Gomes

Costa Gomes tinha sido eleito pelos capitães de Abril para ocupar a Presidência da República. De repente, na reunião da Junta de Salvação Nacional, Spínola surge como Presidente. O que se passou? Dinis de Almeida explica. «Havia pouquíssimo relacionamento dos indivíduos da Junta conosco e o único ponto de ligação eram Costa Gomes e Spínola. Levantámos a questão: se decidimos que era o Costa Gomes, por que é que houve uma desobediência à nossa

votação?»

«O Costa Gomes depois contou-nos: «Nós reunimo-nos para escolher o Presidente da República. Eu estava convencido que era eu, porque sabia que tinham votado em mim. Fez-se um grande período de silêncio e eu, que era consabidamente o eleito e ficava mal propor-me para o cargo, disse que tínhamos de escolher entre nós. 'Aqui, por exemplo, o Spínola', disse eu. E o Spínola respondeu logo: 'Eu aceito.'»

A guerra desaparece no horizonte

Um mar de gente de todas as idades a gritar, dando as boas vindas à liberdade enfim conquistada. A festa é feita de mãos, ora em largos gestos no ar ora a oferecer longos abraços. De preferência a um militar, com as suas espingardas enfeitadas de cravos rubros. «Estes soldados estavam preparados para embarcar para o ultramar e, quando muito, tinham uma motivação meramente

filosófica para combater. Em princípio nenhum deles tinha propriedades em África. No entanto, estes rapazes iam para unidades militares de combate que eram eufemisticamente chamadas de unidades de reforço à guarnição normal», lembra Dinis de Almeida. As guarnições normais situavam-se nas zonas urbanas e eram ocupada com jovens do recrutamento provincial, enquanto as unidades de

reforço, vindas da metrópole, iam para o mato combater. «Esta era uma política perversa e propositada: se tivesse de haver mortos e feridos (e sabemos que havia), então que fossem os da metrópole», acusa o capitão de Abril. «Os europeus que estavam em África faziam falta como colonos e os da metrópole não, porque emigravam na força da vida para outros países.»



outros politicamente, também acontecia o mesmo com eles em relação a nós.»

Presos políticos

«Estávamos todos em plena formação política, mesmo os universitários e os trabalhadores que tinham determinadas certezas. A oposição a uma ditadura é uma bandeira extremamente mobilizadora, o pior é quando a ditadura cai e há que construir», refere Dinis de Almeida.

No 1.º de Maio foi já possível testemunhar algumas clivagens. «O problema foi quando as multidões começaram a apoiar em Lisboa unidades de esquerda, e em Vila Real a apoiar unidades de direita. Então, cada um de nós saía convencido que estava cheio de razão e que o povo estava com ele.»

Mas algumas questões eram unânimes, como a libertação dos presos políticos. Só a Junta de Salvação Nacional tardou em concordar. «Queriam arranjar critérios que levavam a que boa parte dos presos políticos lá ficasse dentro. Mas a pressão foi muito grande e acabaram por ser libertados. O Spínola cedeu no acessório e manteve o essencial, transigindo em relação àquilo que poderia virar-se contra ele na época.»

Sérgio Morais fotografou momentos em que Dinis de Almeida recordava, com os jovens, o 25 de Abril na exposição de Eduardo Gageiro



A perplexidade dos pides

«As detenções dos pides nem sempre foram muito coerentes. Nalguns sítios foram bem tratados, noutros foram maltratados. Naquela coluna, os pides não sabem bem o que lhes vai suceder. Não vão com algemas, não estão a ser enxovalhados, até vão ao lado do comandante da força», descreve Dinis de Almeida, que identifica «uma certa perplexidade e falta de culpabilidade por parte dos pides».

«Um vai como que a perguntar o que lhes vai suceder, porque eles têm ligações ao general Spínola que os procura proteger. Só que a pressão popular é de tal maneira forte no sentido do derrube dos pides, que Spínola sente que não tem força para se opor às detenções.» Dinis de Almeida recorda que Spínola tinha a intenção de preservar o aparelho da Pide na sua maioria, substituindo apenas os comandos, e que, juntamente com Costa Gomes, propôs que os pides da metrópole fossem presos, mas que todos os que estavam em África continuassem em funções.

• Anabela Fino
Texto
• Jorge Caria
Fotos

Os valores de Abril são eternos

- entrevista com o general
VASCO GONÇALVES

Numa época em que tudo parece ser posto em causa, é reconfortante saber que há coisas que não mudam. Não falamos de produtos mas de bens inestimáveis que são parte intrínseca da dignidade humana, bens que desde os primórdios da civilização moveram os povos na sua luta por um mundo melhor e mais justo. Falamos de valores, de ideais que fazem girar o mundo e dão sentido à vida dos homens. Valores que em Portugal estarão para sempre ligados à Revolução de Abril e a homens como o general Vasco Gonçalves, que 26 anos depois da madrugada libertadora mantém viva a confiança de que vale a pena lutar pela transformação da sociedade.

americano às sociedades europeias -, o que é isso senão uma política totalitária?

Acha que é viável o projecto de criação de umas Forças Armadas transnacionais?

É esse pelo menos o caminho que se está a pretender fazer trilhar países como Portugal. Estamos hoje a adoptar uma doutrina militar de intervenção externa a pretexto de garantir a paz, a defesa dos direitos humanos. Mas que paz e que direitos humanos foram garantidos com esta guerra do Kosovo, por exemplo? O que verificamos é que as missões no terreno das nossas Forças Armadas são missões de intervenção externa, encobertas com o manto diáfano da defesa dos direitos humanos, enquanto as missões de defesa do exercício da nossa soberania passam a segundo plano.

Essa tendência poderá vir a ter consequências, a provocar reacções, ou é pacífica a aceitação desse papel das Forças Armadas?

Isso depende da consciencialização das pessoas. Verificamos que no nosso país as pessoas não meditam muito nestes assuntos, que as preocupações são com o dia-a-dia, que há em grande parte uma aceitação de tudo o que se está passando como uma fatalidade, um sentimento de que não é possível lutar contra esta maré...

Na sua opinião isso deve-se a quê? A uma incapacidade das forças progressistas para fazerem passar a sua mensagem ou à existência do lado contrário de uma força tão grande que impede que essa mensagem chegue?

Julgo que se conjugam todos esses diversos factores, que há de facto uma pressão ideológica e psicológica enorme, uma verdadeira guerra psicológica que se desenvolve há décadas...

Hoje terá outros meios...

Tem os poderosíssimos meios da comunicação, utilizando as técnicas mais modernas e sofisticadas. Há uma pressão quotidiana sobre as populações, que se exerce quase desde o berço; se olharmos para a televisão, vê-se que os anúncios abrangem logo crianças da mais tenra idade. As crianças e os jovens são um terreno fácil de penetrar, uma vez que são um terreno praticamente virgem em todos os domínios. No nosso caso há também uma grande falta de preparação cultural. Não obstante o 25 de Abril ter trazido grandes conquistas nesse âmbito, com a modificação dos currículos escolares, com a generalização do ensino a toda a população, com a facilitação dos transportes, com o desaparecimento dos obstáculos que existiam à convivência entre rapazes e raparigas, etc., o que é certo é que o nível cultural continua a ser muito baixo, e não tem sido política dos

governos constitucionais o fomento da participação popular. A que existe tem sido arrancada a ferros pelas forças políticas mais coerentes, mas não é uma política de Estado; a política de participação dos indivíduos na organização da sociedade não é uma política levada a cabo pelos governos, antes surge sempre em consequência de grandes pressões populares conduzidas pelas forças verdadeiramente democráticas, as forças no fundo que estiveram também na base daquela grande movimentação popular do 25 de Abril.

Das suas palavras pode retirar-se algum desencanto em relação à juventude de hoje?

Não, desencanto não. Lembro-me que no meu tempo as coisas não eram muito diferentes. Quem é que se interessava pelas questões políticas? Quem é que se interessava pela guerra civil de Espanha? Nesse tempo, quem estudava era sobretudo oriundo das classes mais abastadas, da pequena e média burguesia. Hoje, graças ao 25 de Abril, o ensino foi estendido a todos os estratos da população. Simplesmente, as condições em que os alunos frequentam o ensino são muito diferentes em função da sua origem de classe. Ou seja, à democratização do ensino não corresponde de forma automática uma extensão da própria formação cultural e, em idades mais avançadas, da formação política. Toda a política dos governos, tal como dos meios de comunicação social dominantes, é conduzida para a não formação política dos jovens e consequentemente da população portuguesa. Por isso mesmo a generalidade da população não compreende estas relações económicas e sociais que estão presentes com o fenómeno da globalização, e é facilmente ludibriada com estas pretensas intervenções humanitárias externas, por exemplo. Penso que isso se deve, por um lado, à pressão dos meios que as classes dominantes têm hoje ao seu dispor para influenciarem a sociedade - já o Marx dizia que as ideias dominantes são as ideias mais generalizadas na sociedade -, e por outro lado há uma dificuldade muito grande de os sectores mais esclarecidos e mais combativos exercem a sua acção porque ela está em oposição a todo esse domínio dos interesses transnacionais que se procura instalar no mundo e que depois são traduzidos por miúdos nas coisas da vida quotidiana.

Mas é curioso verificar que, apesar de tudo, se continua a invocar valores morais para convencer as pessoas da bondade de intervenções transnacionais, como por exemplo a intervenção no Kosovo, o que significa que esses valores continuam a ter um papel importante na nossa sociedade...

Todas as pessoas têm valores, a questão está em saber que valores são esses. Há valores que são mais percebidos, mais directamente compreendidos, e outros que o não são tanto. Compreender as relações que existem entre o económico, o social e o político é muito

“Compreender as relações que existem entre o económico, o social e o político é muito mais complexo do que compreender que se deve respeitar a vida humana.”

mais complexo do que compreender que se deve respeitar a vida humana, que deve haver solidariedade entre os homens, etc., etc., etc.

No que se refere à juventude, para voltar à questão anterior, o que verificamos é que existem agora muito mais solicitações do que no passado.

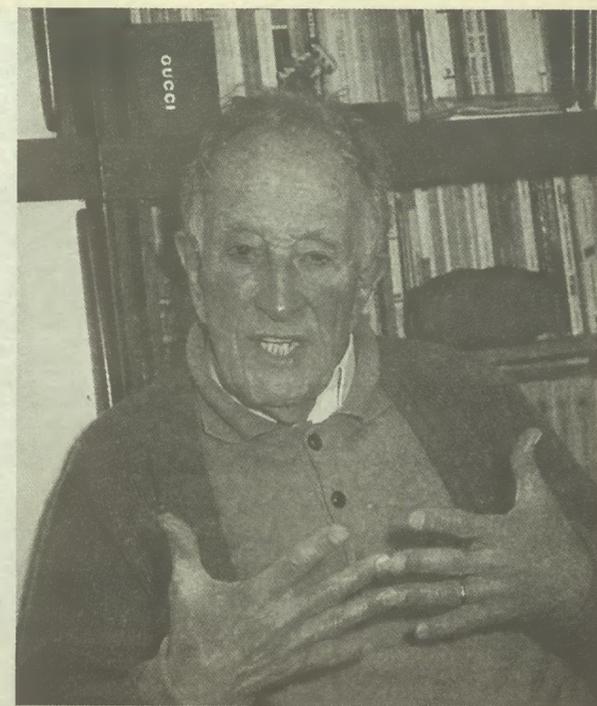
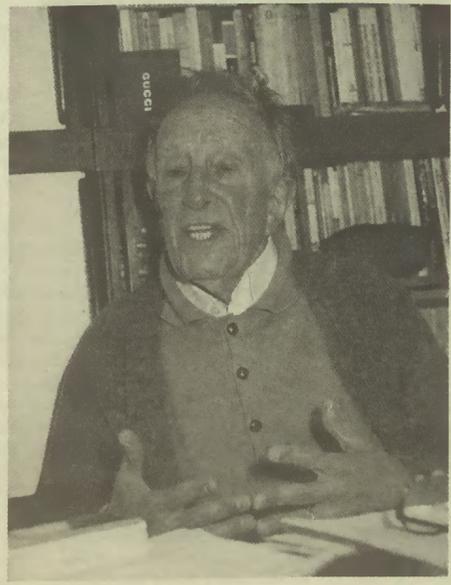
A intensificação da expansão capitalista, que está intrinsecamente ligada ao consumismo, tem um alvo preferencial na juventude. Do ponto de vista dos valores, penso que no essencial a juventude prezar os mesmos valores... julgará talvez que a liberdade é um direito adquirido, absolutamente inquestionável. De certa maneira os jovens, sobretudo os que pertencem às classes menos favorecidas, vivem em condições verdadeiramente agrestes; é uma ilusão, e muitos não o compreendem, o acesso às discotecas, ao grande consumo, a certas relações, porque isso não é libertador, antes pelo contrário, é condicionante. Fica a faltar tempo para pensar, para meditar...

Há excesso de apelos para o que não é essencial...

É isso. Apelos é um bom termo. Aparentemente existe mais liberdade, e aparentemente também, com todos os novos meios, como a internet, é mais fácil o acesso à cultura, à instrução, à autoformação, mas por outro lado os apelos, as solicitações para caminhos que eu penso que não são os mais correctos mas que são certamente sedutores, contrariam toda essa abertura e todo esse aumento de condições para uma formação ligada à preservação dos valores que são essenciais para a dignidade humana.

Neste contexto, como é que os valores intrínsecos do 25 de Abril podem ser defendidos e transmitidos?

Quanto a mim, os valores do 25 de Abril são valores perenes, não são só característicos do 25 de Abril, são valores da humanidade. A sua defesa e transmissão tem que ser feita na prática quotidiana... Por exemplo, agora assiste-se a uma grande luta pelo trabalho com direitos, com qualidade; dantes não se falava nisso, insistia-se só no direito ao trabalho. Esta mudança deve-se por um lado ao desenvolvimento tecnológico, e por outro lado à existência de um conceito de dignificação do próprio homem, que o leva a exigir um trabalho que esteja ligado à sua dignidade, ao direito à sua realização pessoal. Essa exigência é também um combate ao desprezo pela pessoa humana que está ligado ao trabalho sem qualidade. E falar de qualidade é falar de segurança, de salário, de desenvolvimento, de formação... Pelo menos nos sectores mais esclarecidos e combativos das nossas classes trabalhadores, essa exigência de um trabalho com qualidade corresponde a uma evolução da sua consciência política.



Houve uma altura em que se acreditou que a evolução da ciência e da técnica iria ser utilizada para a libertação do ser humano e não para uma ainda maior exploração... Acredita que isso venha a acontecer?

Depende do próprio homem. Tudo está ligado à correlação de forças. A que hoje predomina é favorável aos detentores dos grandes meios de produção, do poder económico, do poder militar. Para inverter esta situação, quanto a mim, é preciso antes do mais consciencializar, mobilizar, levar as pessoas a lutar por uma vida diferente. Mas para isso é necessário que as pessoas estejam convictas, o que implica a existência de razões de ordem material, ligadas ao seu quotidiano, mas também razões de ordem cultural. Importa que se tenha a consciência de que o que se passa no dia-a-dia é expressão de qualquer coisa mais profunda que existe nas relações entre os homens, ou seja, não deixar que o raciocínio fique à superfície. Lembro-me que quando era pequenino a minha mãe me dizia que sempre houve ricos e pobres, que toda a vida houve patrões e empregados... O que é preciso é não deixar ficar por aqui o raciocínio e levar as pessoas a compreenderem que é possível uma outra sociedade, uma outra organização social.

Sem uma modificação da correlação de forças isso não será possível. Aparece para aí muita gente a dizer que precisamos de um novo projecto de esquerda, de um novo Marx, e coisas do género, mas o que é preciso é sobretudo fazer compreender às pessoas que esta situação não é uma fatalidade, que as antigas e velhas esperanças dos homens - e digo velhas porque já entre os gregos e os romanos se aspirava a uma sociedade diferente - se podem tornar realidade.

Continuo a pensar que o conhecimento humano poder ser libertador.

A humanidade já passou por períodos graves na sua história, de muito sofrimento, e sempre foi capaz de os ultrapassar. Hoje, no seio da humanidade, não obstante tudo o que se passa, desde a derrocada do bloco socialista, ao domínio do grande capital e tudo o mais, há forças que lutam por outra sociedade.

O 25 de Abril trouxe-nos um grande direito, o direito de voto. O que precisamos é de votar bem, votar

conscientemente, de maneira esclarecida, o que naturalmente exige muito trabalho de formação.

No entanto, muitos partidos com tradições de esquerda parecem actualmente apostados apenas no poder pelo poder...

É uma realidade. Mas vê-se ao que estão reduzidos partidos que foram fortíssimos na Europa, como o Partido Comunista Italiano ou o Partido Comunista Francês. Penso que deixaram de ter aqueles ideais de libertação do homem que os caracterizavam e que, face aos acontecimentos das últimas décadas, à derrocada da União Soviética, etc., deixaram de acreditar na possibilidade de instaurar um sistema que acabe com a exploração do homem pelo homem, e que o caminho a seguir é aceitar o que existe e procurar dentro do que existe fazer o melhor possível. Isto admitindo que estas serão as boas intenções, porque como se sabe os políticos ou são movidos por ideais ou por ambição de poder pessoal ou pelo dinheiro. Na minha opinião, o que não havia uma grande consciência política dentro desses partidos...

Ou pelo menos que a foram perdendo...

Exactamente. E que as próprias direcções a deixaram perder. Se dentro desses partidos estivesse bem enraizado o ideal socialista, o ideal comunista, não teriam chegado ao ponto a que chegaram. Creio que isso corresponde também a debilidades desses partidos, que terão a partir de certa altura encaminhado mais os seus horizontes para conquistar votos do que para conquistar consciências. É preferível não ter votos mas ter as consciências firmes, inabaláveis, tanto quanto é possível ser inabalável a consciência de um homem coerente.

Para mim, o exemplo desses partidos não se deve seguir. O que estão a fazer traduz grandes deficiências no trabalho político dentro dos próprios partidos, que levou à perda de referências, o que é tremendo. As pessoas não têm todas a mesma consciência política, a mesma formação política, mas se tiverem referências podem agarrar-se a elas, e as referências devem estar ligadas aos valores de que temos vindo a falar. Essa referência é que é a verdadeira luz ao fundo do túnel.

Quais os valores essenciais que estiveram na génese do 25 de Abril?

O exercício das liberdades, o respeito pelo respeito sagrado dos povos à autodeterminação e à independência, os direitos de reunião, de associação, de expressão de opinião, o direito ao trabalho devidamente remunerado e dignificado, o direito de participação dos trabalhadores em tudo o que lhes diz respeito, os direitos das mulheres, o respeito pela maternidade... enfim, todos esses direitos de que tanto se fala aí pelos areópagos e de que os portugueses e os povos colonizados estavam privados no tempo do fascismo e do colonialismo. Os valores ligados ao trabalho, o direito de participar na construção do seu próprio país, numa palavra, os valores ligados à dignidade humana.

Mesmo as grandes conquistas do 25 de Abril, como as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, são também a expressão de valores que contribuem para a realização do ser humano, para a sua felicidade, para o respeito mútuo, para a solidariedade, para o esforço colectivo.

De um modo geral, penso que os valores de Abril estão afirmados nos conceitos fundamentais da Constituição de 1976, quer do ponto de vista político quer económico, social, cultural e mesmo militar. Não podemos esquecer no meio disto tudo que há também os militares, os valores que os militares prezam; e os valores pelos quais os militares lutaram foram justamente pela dignificação das Forças Armadas que não fossem sustentáculo de um regime ditatorial, por umas Forças Armadas que fossem comandadas por gente competente, incorruptível, capaz de respeitar e de amar os valores democráticos.

Fala-se muitas vezes de «Forças Armadas espelho da Nação»...

Justamente, o que os militares queriam era que as Forças Armadas fossem espelho de todos esses direitos, direitos respeitados, e cujo exercício fosse uma

realidade. Tudo isso são valores. Não obstante as funções específicas das Forças Armadas, elas também têm os seus valores...

E em que medida o conceito estratégico de defesa nacional, o valor do amor à pátria, da soberania, da independência nacional, são hoje respeitados? Tenho sérias dúvidas que sejam respeitados com as doutrinas que estão a ser adoptadas, com a prática das próprias Forças Armadas, com as missões que lhes estão a ser atribuídas.

Vivemos na época da globalização, cada vez se fala menos de países e mais de interesses mundiais. O que é que estamos a perder ou o que é que estamos a ganhar com isso? Como é que esses valores que há 26 anos fizeram em Portugal uma Revolução tão bonita, têm ainda importância neste contexto?

Penso que o desenvolvimento das relações económicas internacionais, das interligações, é inevitável, é próprio do desenvolvimento da sociedade, independentemente até dos regimes. Quer numa economia capitalista quer numa economia socialista a tendência será para haver uma interligação cada vez maior das respectivas sociedades. Mas a globalização é outra coisa. A globalização corresponde ao aproveitamento dessa interacção, da internacionalização das relações a todos os níveis, para beneficiar grupos restritos da sociedade no sentido de poderem dominar grande parte da humanidade, servindo-se desses desenvolvimentos que correspondem a uma evolução das forças produtivas e das relações de produção para ultrapassarem a esfera económica e dominarem em todos os outros campos da actividade humana. E fazem-no através de meios coercivos, como o domínio da comunicação social, a política armamentista, as organizações financeiras internacionais.



• Sérgio Ribeiro

O 25 de Abril e as nacionalizações

Após a guerra de 1939-45, a relação de forças sociais na Europa era favorável às forças democráticas, à classe operária e a todos os trabalhadores, e foi possível fazer prevalecer – em parte – o objectivo da satisfação das necessidades sociais sobre o objectivo do lucro privado. Para tanto, uma das condições foi a quebra do monopólio capitalista da actividade económica, quer nos Estados vencidos quer nos Estados vencedores do conflito. As nacionalizações democráticas foram um dos meios. As empresas nacionalizadas tiveram, assim, na sua origem, um papel progressista e foram uma das condições para o que veio a ser o que se chama, muito discutivelmente, o «modelo social europeu».

distinguir-se entre nacionalizações e estatização, permitindo esta o desenvolvimento de formas de intervenção do Estado na economia ao serviço dos interesses privados.

Em contrapartida, as nacionalizações democráticas implicam mudanças ao nível político que não só as promovam como permitam que os meios de produção e de troca determinantes da actividade económica sejam integrados em mecanismos que procurem a satisfação das necessidades sociais, através de uma crescente participação dos cidadãos em geral, e dos trabalhadores em particular, participação que deve ser considerada como uma necessidade essencial não-material.

lista via estatização, a liquidez criada e drenada pelos bancos nacionalizados serviram para o financiamento das empresas capitalistas, sendo importante meio de financiamento público de actividades privadas.

Como se pode ler em textos que estudam esse período (1), «os principais dirigentes dos bancos (nacionalizados) estavam, em princípio, ligados, pelas suas origens, pelas suas concepções, pelas suas carreiras, à oligarquia financeira (e) detiveram a realidade do poder sobre as empresas nacionalizadas». Pelo que, não se tendo modificado a fisionomia geral dos estabelecimentos bancários, não tendo sido integrados num estruturado sistema empresarial do Estado, foram elementos decisivos

reflectissem também a evolução do capitalismo.

Quer isto dizer que o prolongamento forçado, violento (em que o eclodir da guerra colonial foi o sinal mais visível) de um regime obsoleto e repressivo, a resistência e a luta contra o fascismo e o colonialismo (que o PCP protagonizou), vieram a traduzir-se num movimento de mudanças mais profundo, revolucionário, e que, sem levar a nacionalizações socialistas que alterariam o modo de produção, fez com que as nacionalizações democráticas em Portugal, tendo obviamente a mesma raiz na relação de forças sociais, tivessem ido mais longe que as nacionalizações realizadas (e recuperadas) no pós-guerra europeu.

O que é importante negar, e não só em resposta à permanente campanha de calúnias contra o 25 de Abril e o movimento revolucionário, é que as nacionalizações tenham sido uma espécie de aventura revanchista, um acto irracional de vindicta de trabalhadores «à rédea solta» (com tudo o que de pejorativo tem a imagem). Não foram, evidentemente, «bacteriológicamente puras», no sentido de que terá havido casos que hoje podem servir de argumentos falaciosos em apoio a essa campanha. Houve, decerto, excessos, que ficam como sendo o importante da «história» escrita ao serviço dos opressores, daqueles excessos – se e quando excessos são... – que não se perdoam aos oprimidos, e que serão inevitáveis, diria mesmo plenamente justificados, quando estes sacodem a contínua e continuada opressão, que é – sempre! – insuportável para quem a sofre, inaceitável por quem tenha dignidade.

As nacionalizações no Portugal de Abril foram, isso sim, decisões históricas a que as dinâmicas revolucionária e contra-revolucionária – a luta de classes! – obrigaram o poder político que reflectia, então, a relação de forças no terreno e no momento histórico.

Breve nota sobre poder económico e poder político, revolução e contra-revolução

Em 1974, o poder económico em Portugal estava concentrado em 7 grandes grupos nascidos no fascismo, e este era sustentado pelo poder económico dos grupos que criara. Democratizar a sociedade portuguesa implicava, necessariamente, quebrar essa promiscuidade.

Tendo o movimento militar e popular tomado, pelo menos em parte, as instituições, o poder económico deixou de poder impor as regras do jogo e começou por aparentar (fazer de conta) que aceitava as novas regras políticas em gestação ao mesmo tempo que as procurava minar e moldar aos seus objectivos, aos seus interesses monopolistas de acumulação de capital.



Mais tarde, o Estado, recuperado de forma lenta pelo poder económico privado, passou a utilizar o sector nacionalizado de forma totalmente inversa aos objectivos das nacionalizações, fazendo destas instrumentos de financiamento público de actividades privadas, instrumentos da acumulação do capital monopolista.

As nacionalizações então chamadas democráticas, desse momento e nessas condições, não alteravam a natureza do modo de produção, e estavam estreitamente ligadas à evolução do capitalismo e à luta de classes que neste se inscreve e que se tem de adequar a essa evolução. Por isso, não eram neutras. Nem nunca o serão, até porque nada o é...

A recuperação do controlo político pelo capitalismo monopolista transformou o sector nacionalizado num sector controlado pelo Estado, e assimilou-o a sector estatizado, logo, ao serviço de objectivos impostos à sociedade a partir da relação de forças sociais. E deve

A importância da banca nacionalizada (já então...)

Embora a importância do capital financeiro, relativamente ao capital produtivo (ou seja, a do capital que se aplica em actividades produtivas), fosse muito menor do que hoje é, já nessa fase a nacionalização dos bancos era considerada decisiva. Para o papel progressista das nacionalizações e para o que, depois, foi a recuperação destas como instrumento de recuperação capitalista.

Ainda que incompleta, a nacionalização dos bancos foi um passo importante, quer para a tentativa da sua gestão democrática, quer para que o circuito paramonetário e financeiro estivesse ao serviço do objectivo de fazer a actividade económica com a intenção, pelo menos em parte, de satisfazer as necessidades da população. Tal como, na fase seguinte, de recuperação capita-

na inversão factual dos objectivos das nacionalizações realizadas no pós-guerra.

Nacionalizações em Portugal depois de Abril de 1974

A (re)leitura e o resumo de textos sobre as nacionalizações realizadas na Europa na segunda metade dos anos 40, pode ajudar a perceber as nacionalizações que, em Portugal, se concretizaram na sequência do 25 de Abril de 1974. O facto de Portugal ter feito parte dos Estados nazi-fascistas, a «habilidade» salazarenta com que o regime corporativo-fascista percorreu a guerra, a decorrente ajuda – sobretudo do «velho aliado» britânico – para que o fascismo mudasse *qb* para que, sem escândalo internacional, continuasse a ser fascista até 1974, fizeram com que as nacionalizações em Portugal, sendo expressão do «momento» da luta de classes,

O papel de António Spínola nessa tentativa de mistificação e de manipulação foi nuclear. Tendo talvez moderado reacções de imediata rejeição ao processo iniciado, pois ele até era – além de cavaleiro... – um «cavalheiro de indústria» com papel destacado, por exemplo, na criação da Siderurgia Nacional e, por isso, no grupo Champalimaud, Spínola sempre procurou imiscuir o poder económico na curso dos acontecimentos. A oportuna criação (em Agosto de 1974) do MDE/S (Movimento Dinamizador Empresa/Sociedade) é disso manifestação clara, e até seria descarada se afirmações de fidelidade ao 25 de Abril e a própria sigla, com um D ambíguo por sugerir democracia e um S ainda mais ambíguo porque sugeria socialismo que era o que toda a gente dizia ser, não quisessem esconder o rabo do enorme gatarão que apenas (!) se propunha investir centenas de milhões de contos e criar centenas de milhares de postos de trabalho, assim financiando a «revolução» desde que ela seguisse o caminho que resultaria da vitória da «maioria silenciosa», politicamente – e contra-revolucionariamente – conduzida pelo senhor general Spínola.

A inevitabilidade das nacionalizações

Pode, por isso, dizer-se que as nacionalizações resultaram inevitáveis uma vez que o poder económico e financeiro não aceitou o rumo dos acontecimentos e procurou sempre subvertê-lo e invertê-lo, por formas enfiadas ou directas, com falas mansas ou actos violentos. E resultaram, também, de não ter sido encontrada outra maneira de impor regras democráticas ao poder económico a não ser através do controlo desse poder, usado (e abusado) em sabotagem interna ou em fuga para o exterior e no exterior, fazer contra-revolução. Como é natural (ou de sua natureza...) porque sua posição de classe.

As nacionalizações foram ditas democráticas porque pretendiam colocar ao serviço da nação, do povo, sectores da economia indispensáveis para que prevalecesse a satisfação das necessidades sociais sobre o lucro privado, e não intentavam estabelecer a propriedade social de todos, ou sequer da maioria dos meios de produção.

As dinâmicas em confronto tornaram indispensável que o Estado agarrasse as alavancas da economia para que os objectivos da actividade económica não fossem exclusivamente (monopolisticamente) os do monopólio capitalista da actividade económica, os do sector privado. Mas este não seria banido da actividade económica. Pelo contrário, até porque, além de se pretender anular a sua contribuição para a intervenção contra-revolucionária, o seu dinamismo, a sua acumulação primitiva, a sua capacidade de inovar e realizar eram entendidas necessárias para que a actividade económica cumprisse a função social de criar riqueza para satisfazer

necessidades sociais e, por isso, poderiam ser muito úteis no projecto global.

Nacionalizar – então – o quê?

Naquele momento da evolução do capitalismo (derrocada do sistema monetário internacional, «crise do petróleo», desemprego a explodir), e estando os bancos ligados aos grandes grupos económicos e financeiros como peças fulcrais dos seus «puzzles» (?), a banca era sector estratégico, como o eram alguns outros sectores relativamente bem identificados. A nacionalização desses sectores estratégicos correspondia a poder o Estado poder fazer os objectivos sociais, no interesses dos trabalhadores e do povo, prevalecerem sobre os interesses privados e egoístas.

Por arrastamento, houve empresas que só foram nacionalizadas por os grupos económicos e financeiros, particularmente os «seus» bancos, serem tão tentacularmente poderosos que dessas empresas tinham a propriedade.

Mas o que importa salientar é a instrumentalidade dessas nacionalizações, no contexto de uma «filosofia» e racionalidade de intervenção com a intenção de colocar a actividade económica ao serviço da nação e não de apenas alguns nacionais ou de grupos económicos que de alguns nacionais eram. Tal como a sua instrumentalidade perversa porque ao serviço do contrário para que foram realizadas.

As nacionalizações no projecto constitucional

A Constituição de Abril de 1976 reflecte essa «filosofia» e racionalidade, um projecto que as nacionalizações, enquanto parte essencial de um sector público, deveriam servir. Nunca será demais insistir que a «constituição económica» consagrava três sectores: o público, o cooperativo e o privado, sendo o primeiro determinante ou motor.

Mas se o sector público, que nasceu das nacionalizações que vieram crescer o já não desprezável sector de intervenção na actividade económica herdado do fascismo, era fulcral, não menos fulcral era que fosse estruturado por forma a que pudesse cumprir o seu papel constitucional.

Para o ilustrar, em definições e tomadas de posição levadas a papel com força de lei – e no respeito pelo outro

«papel» que era a Constituição da República Portuguesa –, referem-se dois documentos.

Um, emanado do ministro das Finanças, Salgado Zenha, que definia a necessidade imperiosa de estruturação do «sector empresarial do Estado», fazendo-o passar de um amontoado de empresas nacionalizadas, algumas delas apenas por arrastamento, para um conjunto coerente que visasse cumprir o papel que a Constituição exigia que fosse o seu.

Outro, o Plano de Médio Prazo para 1977-80, elaborado por um equipa de técnicos internacionais da OIT/ONU e da responsabilidade da Secretária de Estado do Planeamento do 1.º Governo Constitucional, Manuela Silva, que sublinhava ser o «sector empresarial do Estado» fundamental para concretizar a estratégia de emprego e necessidades essenciais, plano que o 1.º Governo Constitucional adoptou (?).

Foram para a gaveta. O SEE nunca foi estruturado. Bem pelo contrário. E a sua utilização pelo Estado, desde a gestão por gestores vindos e a prepararem-se para regressar ao privado, até ao esvaziamento do papel na condução da actividade, desde a utilização como financiador público de actividades privadas até às privatizações sempre em benefícios (por vezes escandalosamente «arranjadas») de grandes grupos financeiros, desde as «desnatações» até à actualíssima política de destruição do que dele pudesse restar e por parte de um ministro «double size» que, em tempos nem muito longínquos, fazia da estruturação desse «sector empresarial do Estado» a sua arma de arremesso contra quem não o defendesse suficiente ou como a prioridade das prioridades. As voltas que a vida dá ou os pinos que o Pina Moura...

O Plano de Médio Prazo para 1977/80, que deveria assentar nesse sector estruturado após as nacionalizações, e estruturante de uma actividade económica voltada, privilegiadamente, para a satisfação das necessidades essenciais e o emprego, e que foi aprovado pelo 1.º Governo Constitucional, teria sido atropelado pela célebre lei Barreto da contra-reforma agrária e ainda não chegou à Assembleia da República...

Porquê? E hoje?

Porquê? Porque aconteceu, europeia e adequadamente, o mesmo que

acontecera no pós-guerra, trinta anos antes. Por razão ou em razão da relação de forças e dos «momentos» da luta de classes. Estatizaram-se as nacionalizações e sucessivos governos, sempre com o PS a ser parte determinante neles, serviram-se do sector público da economia para a contra-revolução, para financiar com fundos públicos o sector privado, até se devolver a este o que este quis recuperar e dele fora retirado para, por via das nacionalizações, ter funções ao serviço do todo colectivo.

Está-se, apenas, a lembrar passado, ou a lembrar passados separados por intervalos de trinta anos? Não! Hoje, quase mais outros trinta anos passados, o poder económico comanda o (aparente) poder político. Colocou-o ao seu serviço. Para aqui se chegar foram usadas, perversamente, as nacionalizações. As nacionalizações que o 25 de Abril trouxe como elemento fundamental – e tornado inevitável –, como condições e meios para um projecto coerente mas subvertido e interrompido. Projecto que, como reflexo de um «momento» da evolução do capitalismo e da luta de classes, é retomado em cada outro «momento» em que esta luta é levada à prática social. Não como cópia, mas com a riqueza de experiências vividas e a terem de se adequar às sempre novas condições em que essa luta se continua...

(1) Por exemplo, no *Dictionnaire économique et social*, do Centre d'études et de recherches marxistes, editado em 1975 pelas Editions Sociales.

(2) Apenas a título de exemplificação e para lembrar nomes (que não se podem, aliás, esquecer porque depressa voltaram ou sempre estiveram presentes), citam-se: «grupo Champalimaud» e Banco Pinto e Sotto Mayor, «grupo CUF» e Banco Totta, e Aliança e outros, «grupo Conde da Covilhã» e Banco Borges & Irmão, «grupo Espírito Santo» e Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, «grupo Banco Português do Atlântico».

(3) No livro publicado pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT/OIT), sobre essa importante experiência, *Employment and basic needs in Portugal*, editado em 1979 e, mais tarde, timidamente – ou corajosamente?... – traduzido para português pela Fundação Damião de Góis, pode ler-se na introdução: «calcula-se que, após as nacionalizações, o sector público da economia cobre 25% do valor bruto acrescentado, 24% do emprego e 45% do investimento. Antes de 1974, os números eram de 12% do VAB, 18% do emprego e 18% do investimento. Em termos de output da formação do capital, a parcela do sector público mais que duplicou. Em termos gerais, pode dizer-se que o governo controla, assim, instrumentos decisivos para intervenção económica, sobretudo no que respeita à orientação e ao financiamento do investimento. A sua eficácia está, obviamente altamente influenciada pelo estabelecimento de um adequado sistema de planeamento». Que poderia ser aquele plano de médio prazo, se o governo (o primeiro governo constitucional, do PS sozinho, que o aprovou, mas que se «esqueceu» de o enviar para a Assembleia da República) o tivesse querido, ou podido..., tentar, se não tivesse enveredado pela opção de escrever cartas de intenções ao FMI para cumprir, obedientemente, a estratégia deste para os países em «situação difícil» em resultado da evolução das finanças ou, sobretudo, em riscos de se transviarem da ortodoxia capitalista.



A FLOR QUE DEU O NOME À REVOLUÇÃO

Um cravo oferece-se a qualquer pessoa

Todos conhecem os cravos, poucos as mãos de onde saíram. A história mais divulgada sobre o aparecimento dos cravos no 25 de Abril foi protagonizada por Celeste Caeiro.

O cravo transformou-se num símbolo de Portugal para o mundo, a insígnia mais marcante do nosso país no século XX, juntando o regime fascista e a libertação revolucionária. Existem três versões sobre o aparecimento dos cravos no dia da Revolução, todas elas simultâneas, independentes e credíveis.

De acordo com a primeira, as flores surgiram devido a um casamento marcado para o dia 25 que não se pôde realizar por as conservatórias estarem fechadas. A segunda conta que uma empresa de exportação de flores tinha um carregamento de cravos para enviar para o estrangeiro, mas, com o aeroporto encerrado, as flores foram mandadas para o Rossio.

A terceira versão é a mais conhecida e apresenta-se com um rosto que conta a história na primeira pes-

soa. A protagonista é Celeste Martins Caeiro, hoje prestes a fazer 67 anos, reformada e militante do PCP há seis anos. Tudo foi fruto de coincidências, de «acazos felizes», como ela diz.

A história

Habituada a contar como tudo se passou, Celeste repete mais uma vez o que aconteceu na manhã do 25 de Abril. «Eu trabalhava num restaurante na Rua Braancamp. A casa fazia um ano nesse dia e os patrões queriam fazer uma festa. O gerente comprou flores para dar às senhoras, enquanto que aos cavalheiros se daria um porto. Nesse dia, quando chegámos, o patrão explicou que não ia abrir o restaurante, porque não sabia o que estava a acontecer, e disse-nos para levarmos as flores connosco. Chegámos ao armazém e vimos que eram cravos vermelhos e brancos. Cada um levou um molhe.»

De regresso a casa, Celeste apanhou o metro para o Rossio e dirigiu-

-se ao Chiado. Deparou-se de imediato com os tanques. «Era um aparato! Quando vi aquilo... Bem, não há palavras. Sabia que alguma coisa se ia dar. E para bem, eu sentia que era alguma coisa para bem», diz.

«Cheguei ao pé do tanque e perguntei o que é que se passava. E um soldado respondeu-me: “Nós vamos para o Carmo para deter o Marcelo Caetano. Isto é uma revolução!” “Então, e já estão aqui há muito tempo?”, perguntei eu. “Estamos desde as

«Os cravos estavam nas espingardas e elas assim não podiam disparar»

duas ou três horas da manhã. A senhora não tem um cigarrinho?” “Não, eu não fumo. Se tivesse alguma coisa aberta, comprava-vos qualquer coisa para comer, mas está tudo fechado. O que eu tenho são estes cravos. Se quiser tome, um cravo oferecesse a qualquer pessoa.” Ele aceitou e pôs o cravo no cano da espingarda. Depois dei a outro e a outro, até ao pé da Igreja dos Mártires. Foi lindo...»

«Correu tudo muito bem», diz Celeste. «Tinha de correr, pois os cravos estavam nas espingardas e elas assim não podiam disparar...»



A cor vermelha

Se a iniciativa original de distribuir flores aos soldados não tinha um objectivo político consciente, cedo o ganhou. Os cravos transformaram-se de imediato numa palavra de ordem visual, numa expressão da vontade popular de tornar o movimento militar numa revolução pacífica, à semelhança do que havia acontecido noutros países como o Chile e a França.

«O facto de ocorrerem vários casos simultaneamente aumenta o valor do cravo ser um símbolo da ligação do povo aos soldados. É um sinal de identificação entre o movimento

militar e as aspirações das pessoas. Só se dá cravos aos amigos», refere Aurélio Santos, dirigente do PCP. A questão da cor vermelha foi inicialmente uma coincidência, mas «se fossem de outra cor, não tinha o mesmo significado», diz Aurélio Santos. «Certamente as pessoas foram procurar cravos vermelhos, porque queriam afirmar um movimento revolucionário e porque essa era a cor que correspondia aos seus sentimentos.»

«O vermelho acompanha todos os momentos da evolução revolucionária da humanidade, desde as lutas dos servos na Idade Média à Revolução Russa, passando pela Comuna de Paris. A bandeira vermelha apareceu sempre como um símbolo dos explorados e da luta pelo futuro», sublinha José Casanova, também dirigente do PCP.

A generalização dos cravos foi imediata ao ponto de no estrangeiro



o 25 de Abril ser conhecido quase exclusivamente como a Revolução dos Cravos. A resposta a uma procura de cravos em 1974 muito superior à normal só pode ser explicada por um acaso como o impedimento de escoar flores para exportação, como conta uma das versões. «Entregar uma flor é sempre uma



coisa muito bonita, mas entregar um cravo a um soldado com armas na mão para derrubar um regime fascista é ainda mais bonito», afirma Casanova. O 25 de Abril faz 26 anos. O tempo passa, a sociedade vai evoluindo, mas o cravo não deixa de florir.



Antes do 25 de Abril, Celeste Caeiro era uma das protagonistas da resistência não organizada à ditadura. Quando trabalhava numa tabacaria, escondia a revista satírica dirigida por José Vilhena e vendia-a a clientes fixos antes que a Pide passasse para recolher todos os exemplares

Seis meses para mudar de atitude ONU aperta cerco à Unita

A aplicação de «sanções secundárias» aos violadores dos embargos da ONU poderá ser a breve prazo uma realidade. Angola estará na mira nos próximos seis meses.

O Conselho de Segurança da ONU anunciou a semana passada que está a estudar uma «acção apropriada» contra os violadores de sanções. Em debate esteve a situação em Angola e o fracasso das múltiplas sanções decretadas contra a Unita desde 1993, feita a partir do relatório do Painel de Peritos que identificou os países e organizações que sistematicamente têm violado o embargo imposto ao movimento de Jonas Savimbi. Por unanimidade, o Conselho decidiu criar, no prazo de um mês, uma comissão encarregada de estudar durante um período de seis meses o comportamento dos violadores das sanções. Fim do prazo concedido aos países acusados para que

zações a aplicar, é de registar que pela primeira vez a ONU se mostra disposta a abandonar o plano das meras intenções e a passar a retaliar contra os que desrespeitam as suas decisões.

Um grande negócio

Recorda-se que vários países africanos e europeus foram recentemente acusados pelas Nações Unidas de violar as sanções à Unita, designadamente através do fornecimento de armas e combustível e da «lavagem» directa ou indirecta dos seus diamantes garimpados, que terão chega-

uais terão permitido à organização do Galo Negro proventos de pelo menos 1200 milhões de dólares em 1996/97 no vale do Cuango e no Cuanza Sul. Legalmente, mediante venda indirecta por Luanda, a Unita faria então 36 milhões de dólares mensais, cerca de um décimo do comércio oficial angolano.

Na zona controlada pela Unita havia até 200 mortos de fome por dia

O relatório de Abril da Human Rights Watch aponta para que em certas alturas até 70 por cento das populações angolanas carentes não podiam receber ajuda humanitária e que, na chamada «emergência esquecida», a zona controlada pela Unita, havia até 200 mortos de fome por dia. «Embora enfraquecida, a Unita de Jonas Savimbi não pode ser considerada uma força gasta», de acordo com o relatório. Além de presença nacional, refere o HRW, o movimento de Savimbi «está a tentar reorganizar as suas linhas de abastecimento a partir do exterior, incluindo experiências com lançamentos aéreos».

De acordo com a mesma fonte, o Galo Negro tem alegadamente contas bancárias em instituições de relevo em diversos países, «incluindo a Suíça, Costa do Marfim, Portugal e África do Sul».

Por outro lado, segundo o balanço do HRW, na sua recente ofensiva vitoriosa contra a Unita - a Operação Restaura - as Forças Armadas Angolanas recuperaram 15 000 toneladas de material de infantaria e artilharia, além de 27 tanques e 40 blindados de transporte de pessoal, equipamento de protecção contra gases e químicos e sofisticados sistemas de comunicações militares.



A Unita dispõe ainda de muito dinheiro

mudem de atitude, o «mecanismo de fiscalização» composto por cinco peritos deverá apresentar, em meados de Novembro, o seu relatório ao Conselho, que decidirá então as medidas concretas a tomar contra os violadores.

Embora ainda não tenha sido definidas as eventuais penali-

do a 200 milhões de dólares (cerca de 37 milhões de contos) no ano passado.

Por outro lado, segundo um relatório do Human Rights Watch (HRW) citado pela Lusa, haverá dezenas de milhar de garimpeiros em áreas controladas pela «polícia mineira» da Unita, os

Recrucificar e recolonizar nos 500 anos

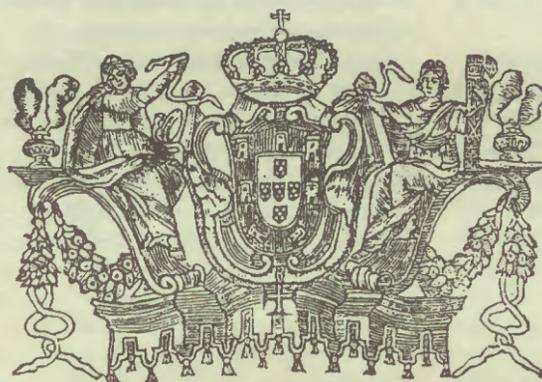
• Paulo Maldos

Dia 17 de Março de 2000, pela manhã. Algumas dezenas de trabalhadores, observados e sob a orientação de um punhado de autoridades, realizam os movimentos, com grandes camiões e guindastes, para a colocação da nova cruz na terra indígena de Coroa Vermelha, em Santa Cruz de Cabralia, extremo sul da Bahia, onde foi realizada a Primeira Missa no Brasil. Policiais federais e militares «protegem» o grupo e alguns poucos índios observam de longe. As dimensões do monumento,

A imagem monumental gera um sentimento de impotência em quem o vê. Gera medo, passividade, angústia frente a algo opressivo, absoluto, indestrutível, perene, eterno: aço e granito em grande quantidade.

A enorme base, nas cores da bandeira brasileira, que se faz também de altar, funde de novo, simbolicamente, o Estado e a Religião Católica e serve para reafirmar a ocupação e a posse, por parte dos invasores, do território daquela frágil comunidade indígena. Há uma sensação de fascismo no ar, com sua carga de triunfalismo, de completa anulação da escala humana e comunitária. A arrogância feita de

metal e pedra agride e anula tudo ao redor, como os efeitos de uma bomba ou de um gás paralisante. Em relação à comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha, obrigada a aceitá-lo sem conhecer, o conjunto invasor significa a afirmação do poder do Estado, da sociedade europeia, ocidental e pretensamente cristã.



idealizado pelo escultor Mário Cravo, a convite do Governo Federal:

Altura: 17 metros.

Comprimento dos braços: 5 metros.

Largura: 50 x 50 cm.

Peso: 1500 kg.

Material: chapa de aço inoxidável de 1/4, conhecida tecnicamente como 317 L

Base: feita por grandes blocos de granito verde, amarelo e azul, com recorte para formar um altar, num total de 60 toneladas.

Preço total da obra: R\$ 500 mil. Esse monumento gigantesco foi colocado numa pequena comunidade indígena, extremamente pobre, com pouco mais de 300 famílias, aproximadamente 2000 pessoas. Foi construído pelo Governo Federal para «celebrar os 500 anos do Descobrimento do Brasil». Se tudo correu como estava programado, no dia 26 de Abril, durante a grande missa da CNBB, o presidente da República procedeu à inauguração, com a presença do presidente de Portugal e do rei da Espanha. O que é este grande totem erguido brutalmente sobre uma comunidade tão pequena, cercado de vazio, num descampado árido e solitário? Por que razão essa estrutura metálica, tão imponente, foi fincada numa terra indígena, tão dilacerada pela pobreza?

Em relação aos demais povos indígenas do Brasil, para onde o monumento necessariamente espalha o seu significado, ele projecta a mesma sombra: a do controlo opressor do Estado nacional, espalha a exigência da obediência, espalha o constrangimento e o medo frente ao poder.

Em relação ao símbolo utilizado, «a cruz de Cristo», o Estado recolheu esta imagem, cara a uma grande parcela do povo brasileiro, ampliou-a, deformou-a até o limite dos materiais utilizados, deu-lhe uma rigidez de couraça, um tamanho descomunal, um brilho ofuscante, impôs as cores do próprio Estado (verde, amarelo e azul); e agora utiliza-a para os seus próprios fins.

O Governo Federal, através do monumento de Coroa Vermelha e do seu espírito autoritário, «feito para durar mais cinco séculos», parece recrucificar o próprio Cristo, manipulando seu o símbolo mais profundo. Aliado a isso, revela a intenção de recolonizar os territórios indígenas por esta mesma extensão de tempo.

Da mesma forma que constrangeu a comunidade indígena de Coroa Vermelha a aceitar o monumento, o governo de Fernando Henrique Cardoso constrangeu os bispos brasileiros da Igreja Católica a inaugurá-lo.

Festejar o quê?

Por ordem do governo estadual, foi destruído no passado dia 4 um monumento erigido pelos índios Pataxós na reserva de Coroa Vermelha. Em plena comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, este acto simboliza de forma emblemática a forma como os índios continuam a ser tratados pelas autoridades brasileiras.

A população indígena no país reduziu-se de mais 5 milhões de pessoas, à época do Descobrimento, para cerca de 270 mil na actualidade. Espoliados nos seus direitos, os índios continuam a lutar, pagando muitas vezes com a própria vida, pelo direito a um espaço em que possam viver condignamente, em harmonia com a natureza. Quinhentos anos depois, os índios do Brasil não têm quase nada a comemorar neste mês de Abril.

Crise alimentar afecta milhões de pessoas

Mais de três dezenas de países dos mais pobres do mundo enfrentam uma grave crise alimentar provocada por situações climáticas adversas e pela guerra, e a situação poderá agravar-se ao longo deste ano e do próximo devido à queda da produção de cereais. O alerta foi dado recentemente pela Organização para a Alimentação e a Agricultura da ONU (FAO), segundo a qual a produção cerealífera no ano em curso e em 2001 não será suficiente para satisfazer as necessidades do planeta.

As zonas mais críticas no que toca ao défice alimentar situam-se em África, em particular no Leste do continente. Segundo a FAO, só no Corno de África, a braço

com vários anos consecutivos de seca e de guerra, a fome atinge 16 milhões de pessoas. Na Etiópia, cuja guerra com a Eritreia se reacendeu em 1998, mais de oito milhões sofrem de carência alimentar; na Eritreia são pelo menos 600 000 as pessoas mais afectadas pela fome, enquanto na Somália esse número se eleva para 1,2 milhões.

Segundo o Programa Alimentar Mundial (PAM), serão necessárias 940.000 toneladas de ajuda alimentar para as vítimas da seca, durante o ano em curso, das quais 830.000 toneladas para a Etiópia.

Situações igualmente alarmantes de penúria alimentar se registam no Quênia (2,7 milhões de pessoas afecta-

das), no Sudão (2,4 milhões), na Tanzânia (800 000) e no Uganda (300 000).

As guerras civis provocaram ainda sérias crises alimentares na Serra Leoa, Libéria e na República Democrática do Congo.

Noutras zonas do continente foram as inundações que causaram a perda de parte significativa das colheitas, como é o caso do Gana, Nigéria, Senegal, Mauritânia, Botsuana, África do Sul e Zâmbia, embora nestes países a situação não seja tão dramática como a que se vive em Moçambique e em Madagáscar, dois países arrasados pelos temporais de Fevereiro e agora completamente à mercê da ajuda internacional.

Os perigos das propostas do PE

• Ilda Figueiredo

Estão a decorrer os trabalhos da Conferência

Intergovernamental (CIG) sobre as reformas das instituições europeias e as alterações a introduzir no Tratado de Amesterdão, prevendo-se a sua conclusão para finais do ano. Embora ainda pouco se conheça sobre as conclusões previsíveis, o Parlamento Europeu (PE) aprovou, recentemente, uma resolução onde aponta caminhos muito perigosos e inadmissíveis para o futuro da União Europeia (UE), pondo em causa os equilíbrios institucionais existentes, num verdadeiro atentado à soberania dos Estados membros e à democracia representativa.

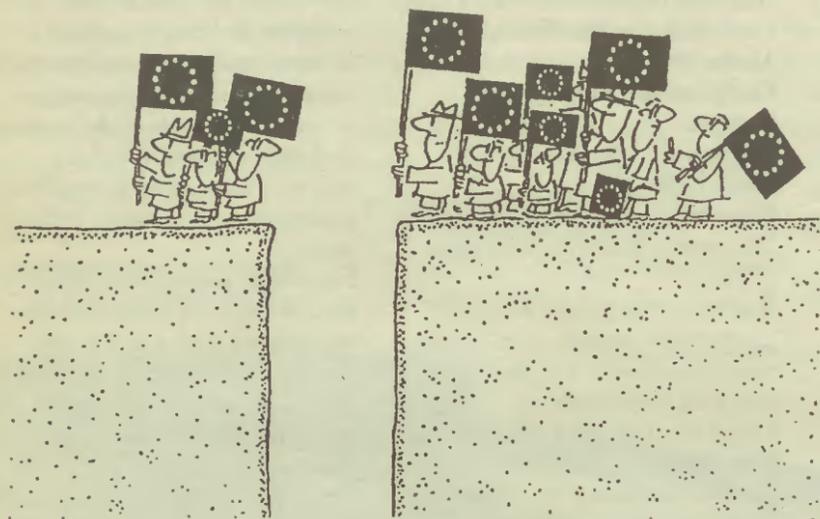
Representação reduzida

Se os governos dos actuais 15 Estados-membros da UE seguissem as propostas aprovadas pelo PE, Portugal e outros pequenos e médios países veriam a sua representação drasticamente reduzida no PE e na

qualificada, as quais constituirão a regra geral, sejam válidas desde que tenham obtido pelo menos o voto favorável da maioria simples dos Estados membros que representem pelo menos a maioria da população total da UE, basta pensar na população da Alemanha, da França, do Reino Unido, da Espanha e da Itália para concluir que não é preciso muito mais para conseguir a maioria dos países que representam a maioria da população total.

Soberania afectada

E assim fica claro que a soberania portuguesa seria drasticamente afectada e as possibilidades de intervenção nas decisões políticas das instituições da União Europeia praticamente reduzidas a zero. Em nome da eficácia, e com o pretexto do alargamento, a maioria do PE pretende que, de facto, se criem verdadeiros directórios políticos de forma a garantir que quatro ou cinco países maiores mandem nos restantes. É o seu conceito



Comissão, e com a nova ponderação de votos no Conselho o governo teria ainda menos capacidade de influenciar as decisões políticas.

De facto, ao limitar a 700 o número máximo de deputados do PE, e dado que o alargamento a 27 países implica um aumento de um terço da população da União, os deputados seriam reduzidos em pelo menos cerca de um terço, devendo passar dos actuais 25 para apenas 16, ou menos, dada a necessidade de manter um número mínimo de quatro deputados por Estado, como propõe o PE. Deste modo, a representação de Portugal ficaria limitada apenas a dois maiores partidos, pondo em causa os princípios mais elementares da representação proporcional da democracia representativa.

Quanto à Comissão, ao admitir como uma das duas soluções possíveis, um número fixo de 20 comissários, a funcionar em sistema rotativo que assegure, ao longo de tempos iguais, oportunidades de participação aos cidadãos de todos os Estados membros, de facto está a impedir que Portugal tenha um comissário durante a maior parte do mandato. Quanto ao Conselho, ao propor que as deliberações que exigem uma maioria

inaceitável de democracia.

Se a estas propostas juntarmos a defesa de partidos políticos europeus e a criação de um círculo europeu, a constitucionalização dos Tratados, a cooperação reforçada, a personalidade jurídica própria, a inclusão da UEO na Política Externa e de Segurança Comum da UE, a transformação do actual «Comité Político» em «Comité Político e de Segurança Permanente», admitindo também a criação do «Comité Militar», a serem dirigidas pelo Alto Representante (actualmente Javier Solana, o mesmo dos bombardeamentos da NATO na Jugoslávia), não é difícil concluir que se estão a abrir caminhos agressivos que podem conduzir a crises violentas pondo em causa o desenvolvimento e a paz a que aspiram os povos da Europa. Registe-se que estas posições só foram possíveis com os votos favoráveis da maioria dos deputados do PPE e do PSE, embora dos deputados portugueses apenas o tenha feito Teresa Almeida Garrett, eleita nas listas do PSD. De vários outros deputados não se conhece o sentido de voto, dado não terem exercido o respectivo direito, como aconteceu com Luís Queiró do PP e Mário Soares, assumido federalista.

Banco Europeu pode decidir nova subida dos juros

Euro cai preços sobem

A subida da taxa de juro deverá ser um dos principais pontos da agenda da reunião do Conselho de Governadores do BCE, que hoje, quinta-feira, se realiza em Frankfurt.

O boletim de Abril do Banco Central Europeu (BCE) constata que o excesso de liquidez, que se mantém no conjunto dos onze Estados da zona euro, bem como a fragilidade da moeda europeia (o Euro) ameaçam a estabilidade dos preços, tendo já conduzido ao aumento dos juros no mês de Março.

Como refere o boletim, «a vitalidade da recuperação da actividade económica, as potenciais repercussões dos contínuos aumentos de preços das importações e no produtor sobre os preços no consumidor foram consideradas com um factor importante para as perspectivas de evolução dos preços a médio prazo».

Para este cenário, que tudo indica irá permanecer, contribui igualmente o comportamento da moeda única que «no dia 12 de Abril», refere o boletim, «encontrava-se cerca de três por cento abaixo do nível registado no início do ano e aproximadamente 13 por cento abaixo do nível

registado no primeiro trimestre de 1999».

Assim, «os recentes aumentos registados na taxa de inflação da área do euro, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), devem-se, em grande medida, aos efeitos tanto dos preços do petróleo como da evolução da taxa de câmbio».

Inflação em alta

Mas esta situação pode agravar-se, alerta o BCE, notando que «é muito provável que não se tenha ainda completamente concretizado o impacto ascendente dos preços do petróleo e da evolução da taxa de câmbio nos últimos meses sobre os preços no consumidor». No mês de março, a inflação atingiu na zona euro os 2,1 por cento,

ultrapassado a fasquia dos dois por cento pela primeira vez na história da moeda única.

Entretanto, desde 12 de Abril, a evolução da divisa europeia registou sete dias consecutivos de queda face ao dólar norte-americano e ao iene. Quarta-feira da semana passada, o euro atingiu mesmo um novo mínimo histórico cotando-se nos 0,9355 dólares. Este desempenho reforça a conclusão do BCE de que «a taxa de câmbio não reflecte a constante melhoria das perspectivas de evolução económica para a área do euro».

Em parte a desvalorização do euro é explicada pela diferença das taxas de juro. Nos Estados Unidos, a taxa de referência é de seis por cento, ou seja mais 2,5 pontos percentuais dos que a referência europeia, sendo que os analistas prevêem que os EUA continuem a subir esta taxa. Por tudo isto, espera-se que o preço do dinheiro continue a subir na Europa dos Onze.



Portugal perde competitividade

Portugal perdeu um lugar no ranking da competitividade mundial, revela o estudo do IMD (International Institute for management), passando a ocupar a 29.ª posição, que ocupava em 1998. Na 28.ª posição está agora a Coreia do Sul que subiu dez lugares no último ano.

Portugal segundo o estudo que analisou 47 países, mantém-se à frente da Itália, da China, e da Grécia. A Islândia foi outro dos países que mais subiram na passando de 17.º para 11.º. Os Estados Unidos mantêm a liderança logo seguido de Singapura, Finlândia, Holanda, Suíça, Luxemburgo, Irlanda (que subiu 22 lugares desde 1992), Alemanha e Suécia, nas dez primeiras posições. A maior descida no grupo dos 20 primeiros coube a Hong-Kong que passou de 7.º para 14.º.

Este estudo avalia as condições existentes nos diversos países para assegurar a competitividade das empresas, com base em 290 critérios. Os principais defeitos apontados à economia portuguesa são a baixa qualificação profissional da população, principalmente na área das tecnologias de informação e nos níveis de investimento em desenvolvimento e investigação.

O outro factor importante prende-se com a fraca internacionalização da nossa economia que depois de ter estado na 13.ª posição desceu agora para a 22.ª. A principal causa está na deterioração da balança de transacções e correntes e da balança comercial que, segundo o citado estudo, se deve ao facto de o crescimento português fazer-se à base de uma forte procura interna

Eurocorpo põe à prova capacidades no Kosovo

Com a investidura oficial do espanhol Juan Ortuno no cargo de chefe das forças da NATO no Kosovo (KFOR), cuja cerimónia decorreu na passada semana, a União Europeia inicia uma missão especial naquele território, que serve igualmente de teste às capacidades da Europa militar.

Durante um período de seis meses, as operações da NATO no Kosovo serão realizadas sob responsabilidade do Eurocorpo, estrutura militar que tem o seu quartel-general em Estrasburgo e é formada há oito anos por cinco nações europeias (Alemanha, Bélgica, Espanha, França e Luxemburgo).

Teoricamente o Eurocorpo reúne 60 mil homens e, embora na prática nunca tenha realizado operações militares, é com ele a União Europeia conta para construir a sua futura força de intervenção rápida que já foi anunciada para estar operacional em 2003.

Para o Kosovo, o Eurocorpo deslocou 350 oficiais cuja acção, caso seja bem sucedida, poderá ser aproveitada pelos EUA para retirar tropas do Kosovo, numa altura em que a tensão parece aumentar no território e não se vislumbra o fim do conflito entre sérvios e albaneses.

Direitos dos Militares

• Rui Fernandes

Uma questão de justiça

Há de cerca de dez anos que o PCP vem pugnando pela alteração do quadro de restrições de direitos dos militares por um outro que consagre um mais alargado regime de direitos, entre eles o direito ao associativismo socioprofissional.

Infelizmente, no plano legislativo, os militares portugueses estão, nesta matéria, como há dez anos. Hoje o paradoxo é evidente: existem várias associações militares, que são recebidas (excepto pelos Chefes militares) por vários órgãos de soberania e outros poderes públicos, têm actividade e, por outro lado, o quadro legal em vigor limita a sua participação e propicia a punição dos seus elementos.

O ministro do PS, António Vitorino, recebeu as associações. O ministro do PS, Veiga Simão, não recebeu as associações. O ministro do PS, Castro Caldas, recebe as associações.

O ministro Castro Caldas recebe as associações mas o Governo não assume a apresentação de um projecto-lei visando a alteração do quadro legal existente. O Director Geral do Pessoal do MDN - General - recebe as associações, mas o General Chefe do Estado-Maior do Exército diz que «as associações não servem para nada» (Correio da Manhã de 18/4/00).

Pensamos que estes elementos de ordem prática falam mais do que mil palavras.

O MDN Castro Caldas recebe as associações, manifesta em público compreensão quanto à sua existência, mas diplomas importantes continuam a ser «cozinhadados» e aprovados sem que as associações sejam chamadas a dar a sua contribuição.

O MDN Castro Caldas fala, mas é Jaime Gama que protagoniza, nas instâncias e cimeiras internacionais, a definição dos grandes desígnios para as Forças Armadas.

A modernização das FA's é colocada no plano de mais ou menos dinheiro, para mais ou menos participação externa, para mais ou menos impulso à constituição da Força Militar Europeia.

De resto, o ministro-sombra do PSD, Carlos Encarnação, é isto mesmo que diz num artigo do JN do passado dia 8 de Abril. É preciso, diz a sombra, mais dinheiro para o «Exército Europeu» (sic). A sombra, não exclui, até, a criação de um imposto para essa finalidade.

Direitos por cumprir

Com sombras destas o PS pode estar descansado. E os portugueses, especialmente os que vivem do seu trabalho, têm todas as razões para ficarem preocupados. Imagina-se já o que poderá estar a ser zurzido com vista ao próximo Orçamento de Estado!...

Isto é, o problema dos direitos dos militares não é, para este poder político - mas também para o PSD e o PP, que se têm sistematicamente oposto a um modernizado quadro de direitos para os militares - parte integrante e fundamental da modernização. Aliás, todo o complexo problema, que, sinteticamente, dá pelo nome de Pessoal, continua a ser tratado num contraditório mar de indefinições e omissões, numa espiral de degradação com gravíssimas consequências para os militares, para as FA's e para o País.

É neste sintético e emaranhado quadro que o PCP tem dito e redito que urge parar, definir uma política clara, de acordo com os interesses e possibilidades nacionais e em conformidade com os grandes desígnios constitucionais, dotada dos meios financeiros indispensáveis à sua concretização e que promova o envolvimento dos militares e das suas associações. Requer isto um elevado esforço de consensualização? Sem dúvida, mas esse é o caminho.

Para a concretização desta política, a questão dos direitos dos militares tem que ser parte constitutiva e importante, porque na verdade o alargamento desses direitos é um imperativo democrático e uma questão de justiça.

No momento em que se comemora o 26.º aniversário da Revolução de Abril, é justo endereçar uma palavra de gratidão aos militares de Abril, mas é também justo exigir do Governo medidas urgentes, que dêem cumprimento à lei aprovada há um ano pela Assembleia da República, visando fazer justiça aos militares prejudicados nas suas carreiras. Mais uma vez os direitos continuam por cumprir.

Sociedade da Informação:

histórias de 30 minutos à superfície

• José Neves

Em meia hora por dia, a nossa relação com a informação só pode ser esta: abandonamos os sentidos, derrubados no sofá.

Dormir no limite do suavemente exigido vale 8 horas. Pôr os putos de pé e em farda - para além de uma valente dor de cabeça - implica pelo menos 1 hora. Alimentar no limite do biologicamente necessário, juntamente com a peregrinação quotidiana para o trabalho - transporte público ou privado, ida e volta - vale outras 3 horas. Trabalhar 8 horas por dia vale isso mesmo, uma promessa de cansaço e uma reforma adoentada. Levar e trazer o puto da escola vale 1 hora. Pagar as contas da casa, ir ao supermercado, fazer o jantar, arrumar a casa combatendo a pocilga, reciclar a roupa, lavar a louça depois do jantar, dar banho aos putos, engomar a camisa ou aprumar o uniforme obrigatório para o dia seguinte, a tudo isto... enfim, sejamos utópicos e atribuamos apenas 1.30 h em cada 24. O dia parece chegar ao fim, mas, é verdade, temos ainda que tratar do trabalho que trouxemos para casa - mais 1 hora.

$8+1+3+8+1+1.30+1=$
= Falta meia hora para o dia acabar.

É assim que acontece com milhares de portugueses. É assim que a sociedade da informação, com todas as suas vantagens, se apresenta com todos os seus limites. E esses limites são os mesmos da sociedade moderna capitalista: péssimos ordenados, empregos que totalizam vidas, empregos quando os há, a insegurança do trabalho precário, os desencontros familiares provocados por horários flexibilizados, etc.

Falta meia hora para o dia acabar. Em meia hora tentaremos ler as páginas de um livro de digestão fácil ou, simplesmente, o jornal de ontem resgatado lá no escritório. Em meia hora ousamos aguardar por um último telejornal. Em meia hora observamos o puto que se entregou há muito aos lençóis da cama. Em meia hora recordamos que nem tivemos tempo de perguntar ao puto, ou ao companheir@, como é que correu o dia, como é que vão as aulas ou escorre o trabalho. Em meia hora telefonamos ao avô, que já velhinho repousa no lar. Em meia hora inquietamo-nos com a gestão do orçamento familiar, prevemos o que temos para fazer amanhã. Em meia hora, ligamos a TV e assistimos a uma porno-chachada qualquer e a uma série infundável de anúncios que ameaçam prolongar o tempo, quando já só queremos que o dia acabe. Em meia hora, novamente, lembramo-nos de como terá sido o dia do puto, enquanto lemos o panfleto que recebemos no metro e que alertava para o perigo da toxicod dependência entre os jovens. Em meia hora pensamos em fazer amor, mas não somos um casal rapidinho. Em meia hora pensamos em nós mesmos.

Pedem-nos para vivermos a nossa vida em meia hora por dia. Pedem-nos que eduquemos os nossos filhos - bem-comportadinhos para não roubarem uns míseros rebuçados no supermercado - em meia hora por dia. Pedem-nos que cuidemos dos idosos paternos em meia hora por dia. Pedem-nos que procriemos, porque o mercado precisa de uma reserva de mão-de-obra com que vá baixando os salários, em meia hora por dia. Pedem-nos que nos instruamos e aproveitemos as hipóteses oferecidas pela sociedade da

informação, em meia hora por dia. Em meia hora por dia, a nossa relação com a informação só pode ser esta: abandonamos os sentidos, derrubados no sofá, no conforto do banho não tomado ao fim do dia de trabalho e deixamos que nos penetrem com tudo o que quiserem. Não escolhemos, cedemos inertes. Quanto muito, a nossa liberdade, ao longo de um dia, limita-se à panóplia do zapping.

E se...?

E se, saindo da sombra de uma pasta de governo pomposamente intitulada de Sociedade de Informação, o PSD decidiu partir com seriedade para o debate acerca da redução do horário de trabalho? E se, largando a palavra como fraude do real, o PS tratasse de ousar um pingo de esquerda - moderna ou pós-moderna, como eles a queiram - e, preocupando-se honestamente com a democratização da cultura e da informação (não é isso que propala a tão em voga *nova economia*?), se juntasse ao PCP, ao PEV e ao BE, nas propostas de redução do horário de trabalho?

Partilhava-se socialmente o emprego - não com prejuízo salarial, porque isso seria a ferradura para lá do cravo - promovia-se o lazer, a arte e o amor. Que é como quem diz, a liberdade. A liberdade deixava de ser um direito consagrado na constituição e enteva pelas casas dentro, pelos cafés do bairro, pelas livrarias e pelos próprios sítios de emprego. Falamos já de uma revolução? Falamos somente de nos concederem um pouco mais do que meia hora de vida, em busca do lazer prometido pelo mítico liberalismo. Para irmos além desta modernidade castradora e dos mitos da sociedade da informação. E, já agora, um abraço aos meus amigos que - muitos - não os vejo faz tempo.





●Zillah Branco

Onde está Anahita?

Conheci no ano de 1980 uma mulher que, vencendo todos os preconceitos religiosos, sociais e políticos, foi Ministro da Educação no Afeganistão. Pode-se pensar que era uma figura agressiva que impõe respeito pela força e a autoridade para alcançar tantas difíceis vitórias. Ao contrário, dela emanava uma doçura maternal feminina que combinava perfeitamente com a beleza do seu rosto e do seu porte.

Era uma MULHER, tão forte como simples, tão inteligente como compreensiva, tão sábia como atenta às palavras e ao sentimento do seu povo. Até hoje, vinte anos passados, emocionome com a lembrança que me marcou e que guardo como o mais alto exemplo de uma cidadã.

Perdi-a no vendaval da queda da União Soviética que deixou órfãos em várias partes do mundo, sobretudo no sofrido Afeganistão e nos países do Terceiro Mundo. Seu nome é Anahita Petzabad. Onde estará?

Numa entrevista gentil contou, em traços largos mas com uma caracterização tão precisa que substituiu as imagens, a história das mulheres afegãs vitimadas pelo férreo domínio machista ao serviço de um poder absoluto apoiado em dois pilares: a religião e a dependência económica. Através da religião as mulheres foram submetidas às crenças que as obrigavam a aceitar a ignorância e a submissão; pela dependência económica tornavam-se objectos domésticos sujeitos à comercialização.

A rapariga crescia fechada no interior da casa que não tem janelas abertas para a rua e, quando adulta, cobria-se da cabeça aos pés com o seu *tchadari* (um véu plissado) que na altura dos olhos tem um crivo trabalhado com espaços de 2 milímetros quadrados que lhe permitem ver. Como uma grade de prisão permanente com um quadrado mínimo. O seu primeiro «dono» era o pai, substituído pelos irmãos, mesmo os mais pequenos. Nada fazia sem auto-

rização prévia e sem companhia. Depois era-lhe escolhido um marido que oferecia vantagens económicas ao pai e à família. Era o seu segundo «dono», substituído pelos filhos na sua ausência.

Germes de mudança

Os textos religiosos fundamentavam esta discriminação imposta às mulheres que deveriam apenas servir para procriar e cuidar da família.

Qualquer desobediência era punida com crueldade, podendo chegar à morte por degola em presença da família em caso de infidelidade da mulher.

Fechada em casa, sem acesso à instrução, a mulher nunca poderia ter uma profissão e nem mesmo a capacidade psicológica para exercer qualquer função social. Dependia totalmente do que os seus «donos» lhe destinassem para viver.

Assim explicava Anahita, concluindo: «O feudalismo que vivemos no Afeganistão não é o da nobreza europeia, com os seus condes e condessas.» Certo, era o feudalismo que os camponeses europeus suportavam, agravado por uma cultura que excluía a mulher do convívio social. E mais, um feudalismo que se mantinha em pleno século XX. E se mantém ainda hoje neste final de século.

No entanto, os movimentos políticos e sociais que se apoiavam no socialismo existente na União Soviética para vencer o colonialismo britânico primeiro e, depois da independência nacional, os sucessivos governos fantoches que mantinham o poder nas mãos de uma oligarquia afegã, introduziram os germes da mudança cultural que levaria todo o povo, e muito especialmente as mulheres, à conquista da condição de cidadania que abria as portas à liberdade.

À sombra dos *tchadari* as mulheres que aderiram ao Movimento Democrático caminhavam clandestinamente levando mensagens. Seguiam com as caravanas nómades, a pé, atravessando o deserto e cruzando as fronteiras. Muitas foram presas, torturadas e mortas. Mas muitas mais sobreviveram, como Anahita, que se tornou ministro da Educação quando o Partido Democrático Popular chegou ao poder com o programa revolucionário.

Regresso ao passado com o apoio dos EUA

Anahita dizia que as mudanças sociais deveriam obedecer ao ritmo de evolução cultural da população. Qualquer atropelo, como por exemplo a criação de escolas de alfabetização para homens e mulheres juntos, poderia provocar as condenações de infidelidade para as mulheres vistas em companhia dos seus colegas. Ela mostrava fotografias dos rituais de degola que ainda eram praticados, onde se via a mulher morta sobre um tapete, com a roupa com que fora vestida para que seu marido e filhos cumprissem as imposições da tradição cultural. Anahita não evitava as lágrimas ao mostrar o «significado do feudalismo no Afeganistão», dizia. «É uma dominação feroz que exige muito sacrifício e uma grande paciência para ser eliminado. Para que a revolução prossiga, para que crie raízes que assegurem o seu futuro, é necessário que ela seja aceite no profundo sentir da população.» A sua arma revolucionária era o respeito humano, o carinho com o seu povo por tantos séculos esmagado.

Em 1988, por determinação de Gorbachov, as tropas soviéticas deixaram o Afeganistão sem o apoio ainda necessário. Os «*mudjahidin*», sustentados pelo Paquistão e pelos Estados Unidos, como escreveu Dominique Vallaud no «*Dictionnaire Historique*» (Librairie Arthème Fayard, 1995, Paris) aceleraram o processo terrorista, que em 1980 já havia destruído 1100 escolas e postos de saúde, e em 1992 venceram o Governo do PDPA assassinando os seus líderes.

O feudalismo afegão, com toda a crueldade que o caracteriza, voltou a impor a sua sombra ao povo que com tanto sacrifício defendia os germes da democracia para um dia caminhar para o socialismo. E foi a mais poderosa nação capitalista, com os seus Presidentes que ousam falar em nome dos Direitos Humanos e usam o pretexto de combater o terrorismo mundial para invadir os países que os contrariam, foram os Estados Unidos da América que propiciaram a destruição de uma das mais belas páginas da história de luta das mulheres contra as várias formas de opressão, uma das mais valiosas experiências da humanidade pela transformação gradual da cultura no caminho da liberdade dos cidadãos.

Onde estará Anahita Petzabad? Jamais a esqueceremos, à sua beleza feminina profunda e à sua obra revolucionária.

●Miguel Urbano Rodrigues

Trancorridos cinco meses, o sequestro do garoto Elián González continua a ser o grande acontecimento da vida cubana.

A luta pelo seu regresso é assumida como uma batalha que envolve a nação na sua totalidade, tornando-se fonte de fenómenos políticos e sociais muito complexos.

A criança, tratada como objecto pela mafia cubana de Miami, foi submetida a pressões que, segundo os próprios psicólogos e psiquiatras dos Estados Unidos, causaram já estragos que deixaram na sua personalidade sequelas possivelmente irreparáveis. As últimas imagens transmitidas pela televisão norte-americana mostram um menino agressivo e triste, desconfiado, muito diferente do Elián meigo e sorridente que vivia feliz na pequena cidade cubana de Cardenas.

Mas, à margem dos aspectos humanos do caso, o sequestro gerou no plano político situações que, desde o início, produziram efeitos mal avaliados em Washington. O governo norte-americano não compreendeu logo que o combate pela recuperação do menino contribuiu para rejuvenescer a Revolução, fazendo-a de certa maneira regressar às suas origens. A Revolução Cubana voltou a ser jovem.

Seria necessário subir ao ano 59, depois da entrada do Exército rebelde em Havana, ou aos dias posteriores à vitória de Girón para se encontrar atmosfera comparável à que se respira hoje em Cuba.

Pioneiros, estudantes do ensino secundário, universitários, camponeses, operários, donas de casa são submetidos a uma prova inédita. É uma experiência que lhes ensina algo que não se aprende nos livros, uma experiência que os faz passar da teoria à prática, que transforma a militância. Esta deixa de ser um dever, para se tornar acto espontâneo, impulso que traz prazer, que encanta. Milhares de jovens, nos desfiles, nas concentrações em frente do Escritório de Interesses dos EUA à beira do Malecón, nas tribunas abertas, nas mesas-redondas dirigem-se pela primeira vez às massas. Fazem descobertas importantes. Descubrem que o vendaval de solidariedade e fraternidade lhes proporciona uma intensa alegria, que o sentimento da cubanidade é fonte de orgulho. Uma geração de novos quadros, de futuros líderes está a ser forjada nestas semanas.

O governo dos EUA com a sua atitude amoral e irracional contribuiu para unir mais os cubanos, para fazer regressar a Revolução às suas origens épicas.

Outra situação inesperada foi a resultante da viagem das avós paterna e materna do pequeno Elián.

Num país onde a informação e a desinformação são determinantes como factores capazes de suscitar drásticos e súbitas mudanças na opinião pública, a viagem dessas duas mulheres cubanas criou inesperadamente situações que derrotaram a estratégia sinuosa e contraditória que o governo norte-americano vinha adoptando na utilização do caso Elián como episódio da guerra não declarada contra Cuba.

As avós, Mariela e Raquel, ao aparecerem nas cadeias de televisão emocionaram milhões de norte-americanos. O povo dos EUA, como qualquer outro, tem princípios, respeita valores universais. Ora, pela primeira vez, o sequestro de Elián entrou com as avós torrencialmente nas casas das famílias norte-americanas.

O feitiço contra o feiticeiro

no sequestro de Elián

Desencadeou uma vaga de emoção. O interesse foi tamanho que a televisão não pôde retirar o assunto dos horários de ponta.

A audiência era peculiar, tal como o tema. Este não suscitava o tipo de interesse mórbido provocado pelos amores da princesa Diana ou a vida sexual do presidente Clinton. O que ocorreu foi um fenómeno similar ao resultante das reportagens sobre o Vietname e a Somália durante a agressão dos EUA àqueles países.

A verdade, agora como então, derrotou a mentira. As palavras das avós, a auten-

ticidade daquelas mulheres, espontâneas como guajiras marcadas pela origem camponesa, inviabilizaram o jogo político de uma direita cínica, corrupta e ambiciosa.

Até aí o jogo político impunha uma ambiguidade oficial que contribuía para aumentar o suspense e a confusão. O Serviço de Emigração, órgão federal, havia tornado público que o menino seria devolvido a Cuba, ao pai. Mas a tomada de posição, frouxa, não se traduziu em factos. A data anunciada passou e o garoto continuou nas mãos do tio paterno, vir-

tualmente sequestrado, recebendo visitas frequentes dos congressistas Diaz Balart e Eliana Roth, figuras exponenciais da chamada mafia de Miami. O governo Clinton deixou correr os dias e as semanas, temeroso da agressividade da extrema-direita cubano-americana e do seu peso eleitoral.

Foi um erro de cálculo. De repente, as avós mudaram o panorama. Os telespectadores perceberam que estavam a ser enganados. A defesa do sequestro de Elián passou a ser uma má jogada eleitoral. Deixou de atrair votos.

Solidariedade

Um abaixo-assinado com cerca de 3000 assinaturas, exigindo aos EUA a entrega imediata de Elián González ao pai, foi recentemente entregue na embaixada norte-americana em Lisboa por uma delegação de dirigentes da Associação de Amizade Portugal-Cuba.

Para os representantes da Associação não existe qualquer fundamento para que a criança continue sequestrada nos Estados Unidos, por pressão da mafia de cubanos residentes em Miami, já que este procedimento viola todas as normas sobre a tutela de menores. A delegação alertou ainda para o facto de esta situação estar a pôr em risco a saúde mental do menor.

Na ocasião, a Direcção da Associação expressou também o seu voto para que termine o bloqueio norte-americano a Cuba.

No Congresso, o projecto de atribuição da nacionalidade ao menino foi arquivado.

Os *media* divulgaram os esforços da mafia de Miami para sabotar o encontro de Elián com as avós e a cumplicidade da freira que na sua própria casa violou grosseiramente os compromissos assumidos pelo Serviço de Emigração e o Departamento de Justiça.

Quase simultaneamente soube-se que o tio sequestrador era um alcoólico e que os primos de Miami tinham um cadastro pesado. As revelações sobre os antecedentes do homem que organizara a fuga de Cuba da mãe de Elián - com a qual casara após o divórcio - e do garoto também impressionaram negativamente a opinião pública norte-americana. O indivíduo, afinal, era um rufião, que vivia de negócios escuros, sem trabalhar. O oposto à imagem do pai, cuja firmeza de carácter e amor pelo filho cativaram o americano da classe média.

De repente, as manobras eleitorais de políticos venais como o senador Jesse Helms e o congressista Burton - autores da lei anticubana que leva os seus nomes - passaram a ser politicamente prejudiciais para as suas ambições, porque a mafia de Miami ficou sem máscara.

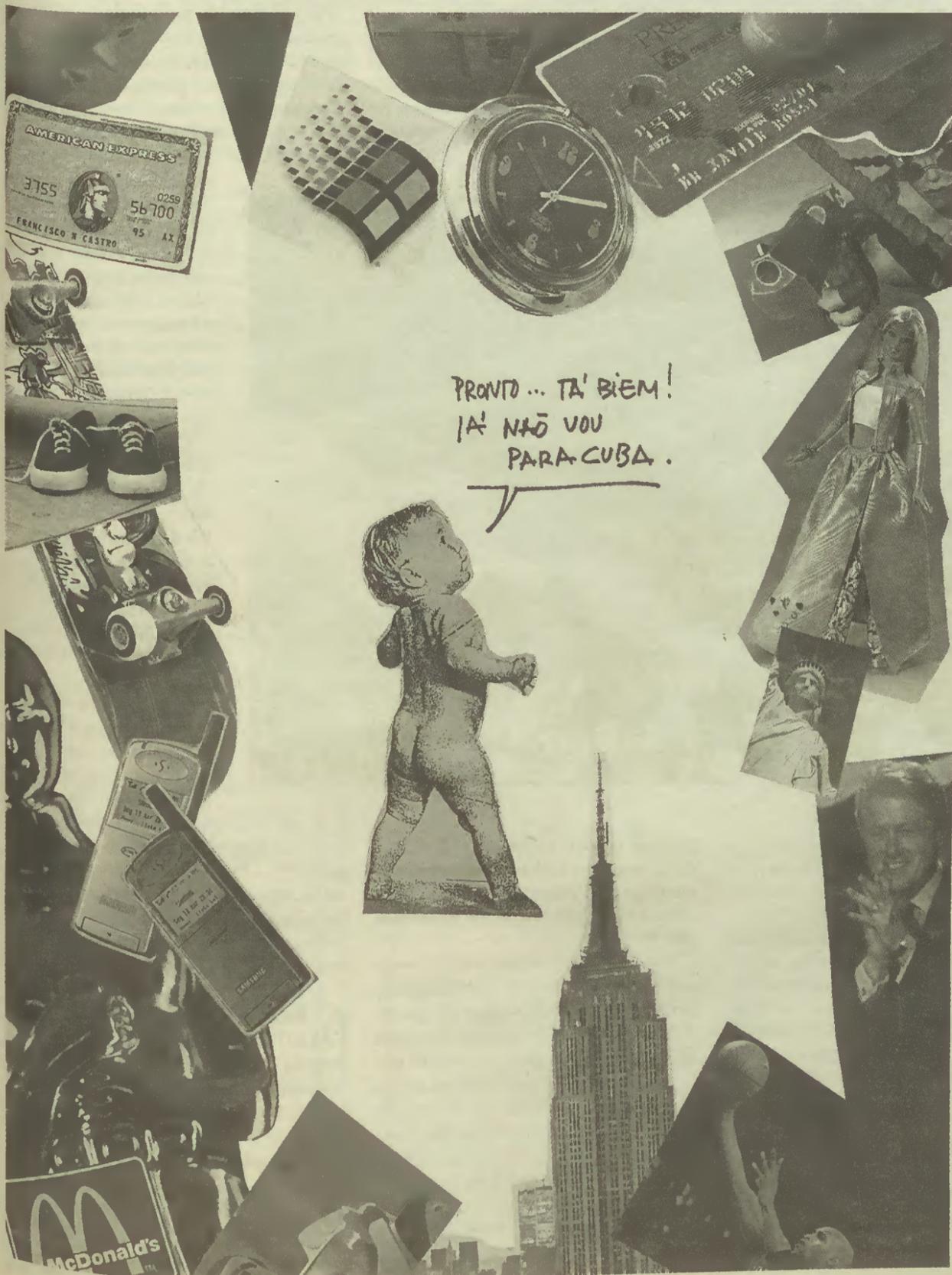
As sondagens revelaram que mais de 60% dos norte-americanos se pronunciaram agora pela devolução imediata do menino ao pai.

A reviravolta assumiu tais proporções que a própria secretária de Estado, a sra. Madeleine Albright, sentiu a necessidade de tomar posição, defendendo o regresso de Elián a Cuba. A procuradora de Justiça dos EUA, Janet Reno, pelo seu lado, adoptou desde o início do caso uma postura correcta, favorável à devolução da criança. Cabe perguntar, então, por que continua Elián em Miami sob custódia - eufemismo que oculta o sequestro - de um tio-avô alcoólico?

Se o presidente Clinton fosse um pouco mais inteligente e tivesse capacidade decisória faria o necessário para que Elián regressasse a Cuba imediatamente.

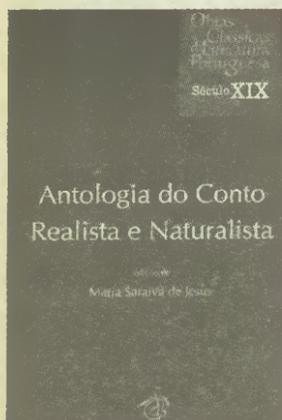
Esse gesto, esperado, tarda porque a Administração norte-americana sabe que o desfecho da saga dramática do menino representará uma grande vitória política para Cuba. E isso será doloroso para a Casa Branca e o Congresso, que vão sair mal do episódio. Adiando a solução, aguardam um momento mais favorável. Que não chegará.

O sequestro do menino foi desde o início uma monstruosidade jurídica e um atentado aos direitos humanos. A estupidez da Administração transformou o crime numa derrota política interna para o *establishment*, fazendo do povo cubano o protagonista de uma nova Ilíada.



Desenho de Monginho

Livros



Antologia do Conto Realista e Naturalista

Não há muito, aqui havíamos recensado uma outra antologia do Conto, essa do mestre Araújo Correia, que a editora **Campo das Letras** recentemente publicou. Desta vez, e ainda na **Campo das Letras**, outra antologia, esta integrada na prestigiosa colecção **Obras Clássicas da Literatura Portuguesa** que regularmente vem editando textos acompanhados de estudos que trazem ao conhecimento dos leitores - ou lhes recordam - obras que, de outro modo, permaneceriam a obscuridade do conhecimento erudito ou para lá tombariam, como em arquivo poeirento. O livro a que nos referimos, **Antologia do Conto Realista e Naturalista**, foi organizado por **Maria Saraiva de Jesus**, que o faz acompanhar de um interessante prefácio, a abrir a antologia propriamente dita, onde estão representados autores cujas raízes - quando não vivências literárias - mergulham na visão do mundo que a geração de 70 imprimiu. Eça de Queirós, Fialho, mas também Raul Brandão e mais uma dúzia de outros compõem, com contos seus, este livro, repassado de um olhar que, sendo de há um século, continua novo.

Sobreviver em Tarrafal de Santiago

Também da **Campo das Letras**, agora na colecção **Chá de Caxinde**, onde se publicam «obras de autores angolanos ou sobre Angola», um livro de poemas de **António Jacinto**, com ilustrações de **José Rodrigues**. Com um prefácio de **Irene Guerra Marques**, escrito em 1982, os poemas deste livro, foram elaborados entre os anos 60 e 70 e atravessam os dias da repressão e os alvares da liberdade e da independência para os angolanos. Que melhor momento para ler estas palavras de esperança, angústia e luta do que nestes dias de Abril, 26 anos depois da alvorada da democracia em Portugal?



Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

A mistificação

A cobertura televisiva das comemorações do 26.º aniversário do 25 de Abril, nomeadamente nos dois canais da RTP, constituiu um dos mais reveladores episódios da capacidade mistificadora da televisão e o transparente resultado de uma elaboração política e ideologicamente para apresentar uma determinada versão distorcida da História.

1. O eixo fundamental da operação funcionou em torno da **coincidência entre o 26.º aniversário da Revolução de Abril e o 25.º das eleições para a Assembleia Constituinte.**

A partir desta linha desenvolveu-se (no telejornal da RTP 1 com nada menos de **três peças**) a banalização das referências a 1974 e desenvolveu-se largamente a ideia de que as eleições de 1975 haviam constituído uma derrota do PCP.

2. Para tentar dar consistência a esta conclusão, repetiram-se duas completas parvoíces: a primeira, que à data o PCP «dominaria completamente o aparelho de Estado», inverdade histórica que a mais elementar documentação comprova.

do acto eleitoral: o golpe spinolista do 11 de Março.

Este silêncio é particularmente significativo de dois ângulos: por um lado, silenciava-se o facto essencial, assumido pelo próprio Spínola e por outros envolvidos no golpe, **que um dos seus objectivos centrais era exactamente impedir a realização das eleições** cujos resultados toda a direita receava serem esmagadoramente favoráveis à esquerda.

Por outro lado, é um factor histórico que igualmente ninguém contesta (o dr. Mário Soares afirma-o preto no branco no livro de Maria João Avilez, Frank Carlucci disse-o com quantas palavras são necessárias, os responsáveis do PSD igualmente o escreveram na mais total candura, etc., etc.) **que todos estes partidos estavam de uma forma ou de outra comprometidos na aventura spinolista**, subscrivendo os seus objectivos, incluindo o adiamento do acto eleitoral e a alteração dos moldes democráticos em que se previa a sua realização.

4. Torna-se seguidamente fulcral para a mistificação ignorar que **praticamente todos os partidos concorrentes às eleições se apresentaram**

popular como elemento constitutivo do sistema, então é preciso dizer que não só o PCP, como o PS, o então PPD e o MDP possuíam esses objectivos preto no branco nos seus programas partidários e eleitorais, tanto quanto taxativamente os viriam a aprovar enquanto elementos determinantes do texto constitucional um ano depois.

5. É à luz desta inquestionável realidade de que os resultados das eleições de 1975 têm de ser interpretados. Antes de tudo o mais, **eles constituíram uma esmagadora manifestação de apoio aos militares de Abril, à sua acção e às grandes linhas do programa político que apresentavam ao País.** Este apoio, não concorrendo o MFA nas urnas, manifestou-se no resultado dos partidos que no seu programa afirmavam identificar-se com elas, isto é, o PCP, tal como o MDP, o PS, o PPD, o próprio CDS, para não falar das formações esquerdistas, exceptuando o MRPP.

Para se concluir politicamente o que significaram os resultados das Constituintes de 1975 é assim essencial saber **em que é que o povo português votou** e a forma mais inquestionavelmente correcta de o fazer é **analisar que Constituições elaboraram os constituintes eleitos.**

Até na medida em que ela se revelou posteriormente suportada pelo eleitorado, sendo necessárias mais de **duas décadas**, sucessivas eleições e as mais desbragadas alianças parlamentares para progressivamente a alterarem.

E a verdade é que a soma dos resultados eleitorais dos partidos concorrentes em 25 de Abril de 1975 e que geraram e votaram a Constituição de 1976 - PS, PPD, MDP e PCP - foi de 86% do eleitorado.

O PCP sempre se identificou com este projecto. Contestar este quadro no sentido de revisão da História de que a RTP deu na terça-

feira um lamentável exemplo é admitir que o PS e o PPD agiram desde sempre de má-fé, apresentando mentirosamente ao eleitorado um projecto político que não subscreviam, mas que inquestionavelmente os eleitores sufragaram.

6. Finalmente, cabe perguntar: acha a RTP que as centenas de milhares de pessoas que se manifestaram nas ruas terça-feira passada o fizeram para comemorar o 25 de Abril de 1974 e o derrubamento do fascismo ou as eleições de 1975? Que conceito deontológico é este de aproveitar imagens de uma presença efémera de inequívoco significado para sustentar e dar credibilidade a outra ideia política e ideologicamente definida?

RECOMENDAÇÃO AO PS



ATENÇÃO AOS PENDURAS

Mais de 26 anos depois, o «rigor» da RTP não conseguiu sequer aprender com a acutilância e rigor comprovado pela História das advertências do traço genial de João Abel Manta

O PCP não tinha qualquer maioria na composição dos órgãos do governo, nos governos civis ou mesmo nas comissões administrativas municipais, etc.

A segunda toca as raías da imbecilidade: a alternativa que se colocaria ao eleitorado em Abril de 1976 era entre uma «democracia popular do tipo soviético» (sic) que, segundo a RTP, o PCP defenderia, e uma «democracia de tipo ocidental» defendida pelos outros partidos concorrentes!

3. É relevante sublinhar que em nenhum destes textos de «reconstituição histórica» foi feita a **mínima referência** a um acontecimento marcante ocorrido pouco mais de um mês antes

perante o povo português defendendo as grandes linhas programáticas contidas no Programa do MFA e que viriam a ser plasmadas na Constituição de 1976.

Nem o mais obtuso dos escribas conseguirá com um mínimo de rigor definir essa mirífica «democracia popular de tipo soviético» que o PCP defenderia, mas se por isso se entende um quadro de regime que incluísse alterações profundas na ordem económica (nacionalizações de sectores fundamentais da economia, Reforma Agrária, controlo operário), lado a lado com uma concepção do Estado democrático que completasse a arquitectura parlamentar e o semipresidencialismo com a vertente de um dinâmico movimento

Música

• Mário Lopes

Serão poucos os que, neste final de século, vêm ainda no rock o carácter de confronto e de libertação que assumiu nos seus inícios. Afinal, os meneios das ancas de Elvis Presley já não têm tanto sex-appeal como em finais dos anos 50, os gritos de Mick Jagger exigindo espaço para um «Street Fighting Man» não soam muito ameaçadores e os anarquismos punk de finais de 70 vão-se perdendo nos nostálgicos e pouco convincentes pregões «Punk is not Dead».

Há algumas semanas, Paulo Moura, no editorial da Revista do Público, escrevia que «a ideia do escritor subversivo está completamente fora de moda», ao que acrescentava «diz-se que o sistema integra todas as manifestações de protesto e irreverência». Substituindo o escritor pelo músico manter-se-á a validade do pensamento, afinal, a uma época em que se ia desco-

Make up «Gospel yeh-yeh»

brindo o poder de algumas palavras de ordem afinadas em refrões foi-se sobrepondo outra em que aqueles se encontram disseminados por todos os cantos do globo. Tal desenvolvimento deu-se, porém, a expensas do seu original carácter libertário, escondido agora por uma máquina comercial que procura ídolos «teenagers» limpinhos e inconsequentes, bem como pelos próprios artistas que se rendem às ditaduras vigentes, quer seja a editorial, quer seja a do grande público que parece apenas apreciar as posturas MTV ou o «single» mais rodado.

A revolução Gospel

E é por aqui que surgem os Make-Up, inventores do «Gospel Yeh-Yeh» que, mais que uma corrente musical, representa o que eles consideram uma teologia de libertação das massas oprimidas. A referência ao «gospel» surge por este ser, segundo a banda, «um exemplo de não-conformismo, uma espécie de “underground”». Não é constrangido por necessidades de sucesso ou planos obsoletos como o capitalismo ou música pop. O Gospel, música catártica e apaixonada, existe para além de quaisquer restrições, temporais ou de outro género.

Talvez por isso os dois primeiros álbuns dos Make-Up sejam registos ao vivo, pois é no cimo de um palco que se entregam totalmente ao manifesto que erigiram. Mais que um mero discorrer de músicas, um concerto dos Make-Up é uma celebração de energia electricificada, única e espontânea. O lugar para «falar, em primeira mão, directamente e no momento, do que nos interessa».

Tal não significa, porém, que os álbuns tenham uma menor importância; «Save Yourself», lançado quando 1999 se aproximava do seu fim, é disso exemplo. Pegando no poder da soul, em quase esotéricos psicadelismos e na negra sexualidade do blues, o álbum revela um experimentalismo, uma irónica sinceridade e uma urgência extenuante cada vez mais difíceis de encontrar. Sobre ele paira o espectro de James Brown (notório no «funky-feeling» da maioria dos temas) e,



principalmente, de Arthur Lee (dos míticos Love), reflectido nas orquestrações, na estrutura musical e na voz de Jan Svenonius.

Os 60's, Hippies e... Gospel

Se a experiência ao vivo revela um marcado comprometimento político e filosófico, os registos em CD são, por sua vez, manifestos puramente musicais onde, apenas contextualizado com o formato «Gospel Yeh-Yeh», se torna possível ler nas entrelinhas o seu alcance real.

«Hey Joe», versão do tema popularizado por Jimi Hendrix, é disso um exemplo. Eliminando o final tradicional da história, os Make-Up, num brilhante diálogo telefónico entre Joe e a sua amante, fazem o primeiro aperceber-se que será melhor não fugir aos seus próprios problemas e voltar para casa. Este reescrever da estória de uma música marcante da década de 60 acaba por ser representativa da perspectiva que Jan Svenonius tem daquela época: «O que era o movimento hippie senão homens refutando responsabilidades e sentando-se em casa a fumar erva?»

O que poderia parecer à primeira vista contraditório, dado as principais influências da banda serem oriundas da época por eles fortemente criticada, pode ser explicado pelas não assumidas, mas ainda assim demarcadas, vertentes nas quais os Make Up se dividem: arte e intervenção, uma reservada para os registos em disco e a outra, a par da primeira, para as actuações ao vivo. A verdade é que, por mais que o escondam, os arautos do «Gospel Yeh-Yeh» são amantes de música, com consciência porém das limitações a que esta foi sujeita pelos condicionalismos de uma sociedade que tende a absorver, suavizar e homogeneizar as fugas à sua boçal normalidade. Por isso Svenonius afirma que «o rock'n'roll hoje em dia, como poder, é quase um cadáver, com gente a tentar constantemente extrair-lhe alguma coisa. Na realidade, é o dinheiro que define os géneros musicais, o que muda é a tecnologia com o qual ela é construída».

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Zoo Diako

Carneiro

É a hora agora
corta a amarra
sai a barra
por aí fora
na festejada
onda propícia.

Porém cuidado
com a icterícia.



Gémeos

Saturno vela.
Ela é donzela?
É donzelinha?
Pois sim. Cautela
e caldos de galinha...



Leão

Alma que se vende
qual seja o valor
nada te rende,
ó comprador!



Balança

Balança na dança
que nunca se cansa
na raiva em que fico.

Justiça de pobre
em justiça de rico?



Sagitário

Gorbatchov esteve
por aí, de rastos.
Honestos, os astros
fizeram greve.



Aquário

Camaleão.
Que sim...
Que não...
Que assim...
Ou então
talvez...
... à espera de vez...



Touro

Não há outro modo.
Se te jogas todo,
joga.
Se não, faz ioga.



Caranguejo

A vida é rica
no campo verde.
O Benfica
nunca perde!



Virgem

Concordas se acorda
o dinheiro grosso?
Concordas com a corda
atada ao pescoço.



Escorpião

Tempo soturno
Pobre maçã
na ratoeira.
Viajante nocturno:
guarda a manhã
na algibeira.



Capricórnio

Se na cidade
há escravidão
a liberdade
é uma ilusão,
sinceramente.

Escreve lá isso!
diz insubmisso
Marte, ascendente.



Peixes

Que o cigarro te fume
até haver lume
não deixes, não deixes.

Depois não te queixes.



Cartoon

• Monginho



Religião

• Jorge Messias

Assados e refogados

Correu o pano sobre a primeira parte do mistério pascal «As liberdades e a Concordata». Acontecimento banal que nem notícia chega a ser. As leituras dos jornais baralham e confundem. Tudo é e não é. E o grande espectáculo continua. O que não deixa de ser curioso é verificar-se de que modo os fantasmas dos bem-aventurados frades beneditinos continuam a cruzar os longos corredores do Convento de S. Bento da Saúde.

No debate sobre as liberdades religiosas e a concordata, a tradicional capacidade oratória de muitos dos contemporâneos tribunos do povo revelou-se intacta. Tal como aconteceu, afinal, nos grandes e saudosos tempos da Duma czarista, da falhada Sociedade das Nações ou das palavrosas cortes monárquicas. Falar sem nada dizer, eis o segredo. Gastar o tempo com elegantes construções dialécticas, mas saber calar. A prática continua a resultar. Tal como no plano musical, a obra final alcança-se combinan-



do os sons e os silêncios. Só deste modo se ascende à beleza das áreas e das oratórias que revelam a genialidade dos compositores.

Neste caso, a nível político-musical, a metáfora é correcta. Mas a imagem culinária também seria aceitável.

Os beneditinos eram excelentes teóricos e homens de acção. No templo ou na cozinha - «Ora et labora». Rezavam e agiam. Da capela seguiam para a horta do convento ou para junto dos gigantescos fornos capazes de assar a metade de um boi, de uma só vez. E tudo se passava ali, aos Olivais de S. Bento. Cheguemo-nos a essas cozinhas do velho mosteiro.

Açúcar na cozinha...

Nas eras longínquas que hoje olhamos com ternura mas que foram brutalmente duras para os pobres, o açúcar usava-se por tudo e por nada. Tinha a virtude de amaciar os assados e de dar variedade aos monótonos gostos da culinária medieval. Era condimento e também medicamento. Impunha-se, além disso, numa outra lógica de consumo: o açúcar, tal como anteriormente o sal, representava o passaporte lusitano para a Europa. Nos bufetes das cortes, nos paços episcopais ou nos palácios dos aristocratas tinha presença obrigatória. Inventavam-se novas combinações de salgados e doces. Valorizavam-se os refogados. E o açúcar, segundo se dizia, era preventivo e terapêutico. Embora fosse crescente o número das indigestões, dos estupores ou das apoplexias, entre as elites ricas. Como é evidente, os pobres tinham uma outra dieta. Mas o açúcar servia a cozinha e servia a política. Dir-se-ia, antecipando os termos actuais, que se iniciava, a ambos os níveis, a época «soft» (suavidade e doçura).

Os beneditinos não eram alheios a estas modas. Adoçavam as ementas, combinavam os pesos e os volumes, sabiam exactamente quando atingir, em cada prato, os temperos ideais. Assados, são uma coisa, caldeiradas ou ensopados, outra bem diferente; e no meio (onde talvez se encontre a virtude) os grelhados de dieta, sem sal nem condimentos - outra variedade diferente - representam uma terceira via.

... e na política

Olhemos para a actualidade. Quem nos poderá assegurar que os imaculados hábitos de S. Bento não se continuam a instalar, invisivelmente, ao lado dos representantes do povo? Que não se sentam à sua beira? Que não vagueiam por entre os seus desabaços? Que não orientam a mão que deposita o voto? Que não lhes adoçam o café? No areópago perpassa, por vezes, esta incómoda sensação.

Votar, como se sabe, é importante em democracia. Votar, é propor, num sentido ou noutro. É recusar o falso alheamento da abstenção. Porque abster-se é rezar. É trocar o vigor da acção pela passividade contemplativa. É recusar o risco e a responsabilidade. É, afinal, e em sentido bíblico, deixar a uma das mãos que lave a outra.

Falo, naturalmente, em termos de análise pessoal, de opinião. Mas parece agora evidente que os padres de S. Bento continuam a habitar os Passos Perdidos. Ninguém os nota, como é óbvio. Ninguém se apercebe disso, quando se sentam ao lado dos notáveis e lhes selam os lábios, lhes sopram ao ouvido ou lhes orientam os passos.

Não duvido que muitos dos eleitos nem sequer entendam essa presença spectral. Se assim for, é tempo de despertarem. O povo português - e não os esquemas abstractos das estratégias políticas - deve constituir o único sujeito da sua acção e a exclusiva referência das suas preocupações democráticas.

Pontos Cardeais

Cuecas

Rafael Greca, ministro brasileiro dos Desportos e Turismo, utilizou o erário público numa original contribuição para as festividades dos 500 anos da descoberta do Brasil: o fornecimento de cuecas e calcinhas da cor da pele para os índios Pataxó envergarem nos desfiles em que participem.

A medida do ministro Greca deixou toda a gente intrigada. Se as cuecas foram fornecidas aos índios por uma questão de pudor, não se percebe por que foram encomendadas «da cor da pele», pelo que fica a desconfiança de que o original ministro quis os índios «despidos»... mas a fingir.

Lucros

Os números aí estão, mais uma vez arrasadores: os lucros dos bancos cresceram 21% em 1999, no nosso país, o que é apenas um valor em média, dado que alguns deles alcançaram lucros maiores. Para se ter uma ideia dos valores envolvidos, basta dizer que o Banco Comercial Português (BCP) ganhou mais 25% que no ano anterior, o que significa um lucro de qualquer coisa como mais de 86 milhões contos.

Entretanto, aos seus próprios empregados - os que, afinal de contas, produzem toda esta avalanche de lucros - os senhores banqueiros continuam a cortar nos aumentos e nos direitos, em nome da «competitividade» e da «rentabilidade».

Uma «competição» onde todos os banqueiros aumentam dia a dia o seu poder, numa «rentabilidade» que apenas engorda as suas fortunas pessoais e de grupo.

Judas

Em Ponte de Lima, uma tradição pascal determina a «queima do Judas», cerimonial popular que leva à

fogueira um boneco de palha simbolizando Judas Iscariotes - o traidor bíblico - mas «vestindo» uma personalidade da região (ou mesmo do país) que as populações queiram, assim, sujeitar à crítica pública.

A cerimónia deste ano foi original porque levou à fogueira não um, mas dois Judas, porque as populações queriam «castigar» o secretário de Estado da Economia e o presidente da Lacto-Ibérica, ambos considerados, pelos celebrantes pascais de Ponte de Lima, como os grandes responsáveis pela perda da marca do queijo limiano.

Se a moda pegasse pelo país fora, corrámos o risco de ver os «Judas» multiplicarem-se a uma tal velocidade que, em breve, seriam mais numerosos que todos os apóstolos juntos!!!

Assinaturas

Um abaixo-assinado apelando à mobilização popular para os festejos do 25 de Abril recolheu inúmeras assinaturas de apoio, nomeadamente de destacadas figuras públicas integrando as mais diversas personalidades das artes, da política e do espectáculo. Até aqui, nada de estranho, dado que estranho seria as figuras públicas não se solidarizarem com o 25 de Abril. O extraordinário aconteceu quando o gabinete do ministro Pina Moura surgiu, precipitadamente, a desmentir que este houvesse assinado o referido documento de apoio ao 25 de Abril. Razão: é que o ministro nunca poderia ter assinado um documento onde, expressamente, se critica a «política de privatizações».

Pois não. Assinaturas dessas só no tempo em que o sr. Pina Moura não era ministro e dizia querer mudar o mundo. Como apenas mudou de vida e até chegou a ministro, só de cruz poderia ter subscrito um tal apoio ao 25 de Abril...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Prep. que indica várias relações; dar a cor da prata; jibóia. 2 - Caminhar; tirania; direitos reservados (abrev.). 3 - Em que lugar; compreendi; contr. da prep. de com o art. o; garbo. 4 - Vento brando e aprazível; rio da Suíça; planta fagácea. 5 - Larva que se cria nas feridas dos animais; moço de fretes ou nde recados; red. de para. 6 - Extremo ou ponta das vergas; expediente. 7 - Que exprime admiração, dor, alegria, etc.; maçador; equivalente a esta coisa; Associated Press (abrev.). 8 - Ir abaixo; trata. 9 - Ovário dos peixes; procurar com a rocega; incipiente. 10 - Pátio; governanta; capaz. 11 - Homem peludo e feio; art. definido (pl.); contr. da prep. em com o art. def. a; embarcações de recreio muito variáveis com velas ou motor. 12 - Vazia; prodígio; outra coisa. 13 - Contr. da prep. a com o art. def. os; paludismo; espécie de boi selvagem.

VERTICAIS: 1 - Apetite sexual nos animais; vaidoso; boga da videira. 2 - Enfeitar; tempo quente. 3 - Que se refere a dois; lugar que, à beira de um rio ou porto, serve para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias. 4 - observar; bolo chato e circular de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia; dotes naturais. 5 - Letra grega; árvore da família das betuláceas frequente nas margens dos rios e outras zonas húmidas; símbolo do Amerício. 6 - Lista; designação comum de todos os corpos celestes que giram no espaço; lugar dos sacrifícios. 7 - Agrupar; lugarejo. 8 - Régua em forma de T; camareiro; utilidade; ande. 9 - Planta umbelífera que se assemelha ao funcho; cuincar. 10 - Pergaminho da pele de vitela; estilhaço; naquele lugar. 11 - Graceja; grande quantidade; existe. 12 - Costela inferior do boi; red. de maior; vaso de pedra para líquidos. 13 - Sarrafo; relato, escrito geralmente em livro especial. de tudo quanto se tratou numa sessão, reunião ou assembleia. 14 - Destestar; mordiscar. 15 - Arco; fateixa; ligação.

SOLUÇÃO: 1 - A. P. 8 - Cair; cura. 9 - Ova; rocega; cru. 10 - Eldo; am; apa. 11 - U. 12 - V. 13 - A. 14 - S. 15 - A. 16 - A. 17 - A. 18 - A. 19 - A. 20 - A. 21 - A. 22 - A. 23 - A. 24 - A. 25 - A. 26 - A. 27 - A. 28 - A. 29 - A. 30 - A. 31 - A. 32 - A. 33 - A. 34 - A. 35 - A. 36 - A. 37 - A. 38 - A. 39 - A. 40 - A. 41 - A. 42 - A. 43 - A. 44 - A. 45 - A. 46 - A. 47 - A. 48 - A. 49 - A. 50 - A. 51 - A. 52 - A. 53 - A. 54 - A. 55 - A. 56 - A. 57 - A. 58 - A. 59 - A. 60 - A. 61 - A. 62 - A. 63 - A. 64 - A. 65 - A. 66 - A. 67 - A. 68 - A. 69 - A. 70 - A. 71 - A. 72 - A. 73 - A. 74 - A. 75 - A. 76 - A. 77 - A. 78 - A. 79 - A. 80 - A. 81 - A. 82 - A. 83 - A. 84 - A. 85 - A. 86 - A. 87 - A. 88 - A. 89 - A. 90 - A. 91 - A. 92 - A. 93 - A. 94 - A. 95 - A. 96 - A. 97 - A. 98 - A. 99 - A. 100 - A. 101 - A. 102 - A. 103 - A. 104 - A. 105 - A. 106 - A. 107 - A. 108 - A. 109 - A. 110 - A. 111 - A. 112 - A. 113 - A. 114 - A. 115 - A. 116 - A. 117 - A. 118 - A. 119 - A. 120 - A. 121 - A. 122 - A. 123 - A. 124 - A. 125 - A. 126 - A. 127 - A. 128 - A. 129 - A. 130 - A. 131 - A. 132 - A. 133 - A. 134 - A. 135 - A. 136 - A. 137 - A. 138 - A. 139 - A. 140 - A. 141 - A. 142 - A. 143 - A. 144 - A. 145 - A. 146 - A. 147 - A. 148 - A. 149 - A. 150 - A. 151 - A. 152 - A. 153 - A. 154 - A. 155 - A. 156 - A. 157 - A. 158 - A. 159 - A. 160 - A. 161 - A. 162 - A. 163 - A. 164 - A. 165 - A. 166 - A. 167 - A. 168 - A. 169 - A. 170 - A. 171 - A. 172 - A. 173 - A. 174 - A. 175 - A. 176 - A. 177 - A. 178 - A. 179 - A. 180 - A. 181 - A. 182 - A. 183 - A. 184 - A. 185 - A. 186 - A. 187 - A. 188 - A. 189 - A. 190 - A. 191 - A. 192 - A. 193 - A. 194 - A. 195 - A. 196 - A. 197 - A. 198 - A. 199 - A. 200 - A. 201 - A. 202 - A. 203 - A. 204 - A. 205 - A. 206 - A. 207 - A. 208 - A. 209 - A. 210 - A. 211 - A. 212 - A. 213 - A. 214 - A. 215 - A. 216 - A. 217 - A. 218 - A. 219 - A. 220 - A. 221 - A. 222 - A. 223 - A. 224 - A. 225 - A. 226 - A. 227 - A. 228 - A. 229 - A. 230 - A. 231 - A. 232 - A. 233 - A. 234 - A. 235 - A. 236 - A. 237 - A. 238 - A. 239 - A. 240 - A. 241 - A. 242 - A. 243 - A. 244 - A. 245 - A. 246 - A. 247 - A. 248 - A. 249 - A. 250 - A. 251 - A. 252 - A. 253 - A. 254 - A. 255 - A. 256 - A. 257 - A. 258 - A. 259 - A. 260 - A. 261 - A. 262 - A. 263 - A. 264 - A. 265 - A. 266 - A. 267 - A. 268 - A. 269 - A. 270 - A. 271 - A. 272 - A. 273 - A. 274 - A. 275 - A. 276 - A. 277 - A. 278 - A. 279 - A. 280 - A. 281 - A. 282 - A. 283 - A. 284 - A. 285 - A. 286 - A. 287 - A. 288 - A. 289 - A. 290 - A. 291 - A. 292 - A. 293 - A. 294 - A. 295 - A. 296 - A. 297 - A. 298 - A. 299 - A. 300 - A. 301 - A. 302 - A. 303 - A. 304 - A. 305 - A. 306 - A. 307 - A. 308 - A. 309 - A. 310 - A. 311 - A. 312 - A. 313 - A. 314 - A. 315 - A. 316 - A. 317 - A. 318 - A. 319 - A. 320 - A. 321 - A. 322 - A. 323 - A. 324 - A. 325 - A. 326 - A. 327 - A. 328 - A. 329 - A. 330 - A. 331 - A. 332 - A. 333 - A. 334 - A. 335 - A. 336 - A. 337 - A. 338 - A. 339 - A. 340 - A. 341 - A. 342 - A. 343 - A. 344 - A. 345 - A. 346 - A. 347 - A. 348 - A. 349 - A. 350 - A. 351 - A. 352 - A. 353 - A. 354 - A. 355 - A. 356 - A. 357 - A. 358 - A. 359 - A. 360 - A. 361 - A. 362 - A. 363 - A. 364 - A. 365 - A. 366 - A. 367 - A. 368 - A. 369 - A. 370 - A. 371 - A. 372 - A. 373 - A. 374 - A. 375 - A. 376 - A. 377 - A. 378 - A. 379 - A. 380 - A. 381 - A. 382 - A. 383 - A. 384 - A. 385 - A. 386 - A. 387 - A. 388 - A. 389 - A. 390 - A. 391 - A. 392 - A. 393 - A. 394 - A. 395 - A. 396 - A. 397 - A. 398 - A. 399 - A. 400 - A. 401 - A. 402 - A. 403 - A. 404 - A. 405 - A. 406 - A. 407 - A. 408 - A. 409 - A. 410 - A. 411 - A. 412 - A. 413 - A. 414 - A. 415 - A. 416 - A. 417 - A. 418 - A. 419 - A. 420 - A. 421 - A. 422 - A. 423 - A. 424 - A. 425 - A. 426 - A. 427 - A. 428 - A. 429 - A. 430 - A. 431 - A. 432 - A. 433 - A. 434 - A. 435 - A. 436 - A. 437 - A. 438 - A. 439 - A. 440 - A. 441 - A. 442 - A. 443 - A. 444 - A. 445 - A. 446 - A. 447 - A. 448 - A. 449 - A. 450 - A. 451 - A. 452 - A. 453 - A. 454 - A. 455 - A. 456 - A. 457 - A. 458 - A. 459 - A. 460 - A. 461 - A. 462 - A. 463 - A. 464 - A. 465 - A. 466 - A. 467 - A. 468 - A. 469 - A. 470 - A. 471 - A. 472 - A. 473 - A. 474 - A. 475 - A. 476 - A. 477 - A. 478 - A. 479 - A. 480 - A. 481 - A. 482 - A. 483 - A. 484 - A. 485 - A. 486 - A. 487 - A. 488 - A. 489 - A. 490 - A. 491 - A. 492 - A. 493 - A. 494 - A. 495 - A. 496 - A. 497 - A. 498 - A. 499 - A. 500 - A. 501 - A. 502 - A. 503 - A. 504 - A. 505 - A. 506 - A. 507 - A. 508 - A. 509 - A. 510 - A. 511 - A. 512 - A. 513 - A. 514 - A. 515 - A. 516 - A. 517 - A. 518 - A. 519 - A. 520 - A. 521 - A. 522 - A. 523 - A. 524 - A. 525 - A. 526 - A. 527 - A. 528 - A. 529 - A. 530 - A. 531 - A. 532 - A. 533 - A. 534 - A. 535 - A. 536 - A. 537 - A. 538 - A. 539 - A. 540 - A. 541 - A. 542 - A. 543 - A. 544 - A. 545 - A. 546 - A. 547 - A. 548 - A. 549 - A. 550 - A. 551 - A. 552 - A. 553 - A. 554 - A. 555 - A. 556 - A. 557 - A. 558 - A. 559 - A. 560 - A. 561 - A. 562 - A. 563 - A. 564 - A. 565 - A. 566 - A. 567 - A. 568 - A. 569 - A. 570 - A. 571 - A. 572 - A. 573 - A. 574 - A. 575 - A. 576 - A. 577 - A. 578 - A. 579 - A. 580 - A. 581 - A. 582 - A. 583 - A. 584 - A. 585 - A. 586 - A. 587 - A. 588 - A. 589 - A. 590 - A. 591 - A. 592 - A. 593 - A. 594 - A. 595 - A. 596 - A. 597 - A. 598 - A. 599 - A. 600 - A. 601 - A. 602 - A. 603 - A. 604 - A. 605 - A. 606 - A. 607 - A. 608 - A. 609 - A. 610 - A. 611 - A. 612 - A. 613 - A. 614 - A. 615 - A. 616 - A. 617 - A. 618 - A. 619 - A. 620 - A. 621 - A. 622 - A. 623 - A. 624 - A. 625 - A. 626 - A. 627 - A. 628 - A. 629 - A. 630 - A. 631 - A. 632 - A. 633 - A. 634 - A. 635 - A. 636 - A. 637 - A. 638 - A. 639 - A. 640 - A. 641 - A. 642 - A. 643 - A. 644 - A. 645 - A. 646 - A. 647 - A. 648 - A. 649 - A. 650 - A. 651 - A. 652 - A. 653 - A. 654 - A. 655 - A. 656 - A. 657 - A. 658 - A. 659 - A. 660 - A. 661 - A. 662 - A. 663 - A. 664 - A. 665 - A. 666 - A. 667 - A. 668 - A. 669 - A. 670 - A. 671 - A. 672 - A. 673 - A. 674 - A. 675 - A. 676 - A. 677 - A. 678 - A. 679 - A. 680 - A. 681 - A. 682 - A. 683 - A. 684 - A. 685 - A. 686 - A. 687 - A. 688 - A. 689 - A. 690 - A. 691 - A. 692 - A. 693 - A. 694 - A. 695 - A. 696 - A. 697 - A. 698 - A. 699 - A. 700 - A. 701 - A. 702 - A. 703 - A. 704 - A. 705 - A. 706 - A. 707 - A. 708 - A. 709 - A. 710 - A. 711 - A. 712 - A. 713 - A. 714 - A. 715 - A. 716 - A. 717 - A. 718 - A. 719 - A. 720 - A. 721 - A. 722 - A. 723 - A. 724 - A. 725 - A. 726 - A. 727 - A. 728 - A. 729 - A. 730 - A. 731 - A. 732 - A. 733 - A. 734 - A. 735 - A. 736 - A. 737 - A. 738 - A. 739 - A. 740 - A. 741 - A. 742 - A. 743 - A. 744 - A. 745 - A. 746 - A. 747 - A. 748 - A. 749 - A. 750 - A. 751 - A. 752 - A. 753 - A. 754 - A. 755 - A. 756 - A. 757 - A. 758 - A. 759 - A. 760 - A. 761 - A. 762 - A. 763 - A. 764 - A. 765 - A. 766 - A. 767 - A. 768 - A. 769 - A. 770 - A. 771 - A. 772 - A. 773 - A. 774 - A. 775 - A. 776 - A. 777 - A. 778 - A. 779 - A. 780 - A. 781 - A. 782 - A. 783 - A. 784 - A. 785 - A. 786 - A. 787 - A. 788 - A. 789 - A. 790 - A. 791 - A. 792 - A. 793 - A. 794 - A. 795 - A. 796 - A. 797 - A. 798 - A. 799 - A. 800 - A. 801 - A. 802 - A. 803 - A. 804 - A. 805 - A. 806 - A. 807 - A. 808 - A. 809 - A. 810 - A. 811 - A. 812 - A. 813 - A. 814 - A. 815 - A. 816 - A. 817 - A. 818 - A. 819 - A. 820 - A. 821 - A. 822 - A. 823 - A. 824 - A. 825 - A. 826 - A. 827 - A. 828 - A. 829 - A. 830 - A. 831 - A. 832 - A. 833 - A. 834 - A. 835 - A. 836 - A. 837 - A. 838 - A. 839 - A. 840 - A. 841 - A. 842 - A. 843 - A. 844 - A. 845 - A. 846 - A. 847 - A. 848 - A. 849 - A. 850 - A. 851 - A. 852 - A. 853 - A. 854 - A. 855 - A. 856 - A. 857 - A. 858 - A. 859 - A. 860 - A. 861 - A. 862 - A. 863 - A. 864 - A. 865 - A. 866 - A. 867 - A. 868 - A. 869 - A. 870 - A. 871 - A. 872 - A. 873 - A. 874 - A. 875 - A. 876 - A. 877 - A. 878 - A. 879 - A. 880 - A. 881 - A. 882 - A. 883 - A. 884 - A. 885 - A. 886 - A. 887 - A. 888 - A. 889 - A. 890 - A. 891 - A. 892 - A. 893 - A. 894 - A. 895 - A. 896 - A. 897 - A. 898 - A. 899 - A. 900 - A. 901 - A. 902 - A. 903 - A. 904 - A. 905 - A. 906 - A. 907 - A. 908 - A. 909 - A. 910 - A. 911 - A. 912 - A. 913 - A. 914 - A. 915 - A. 916 - A. 917 - A. 918 - A. 919 - A. 920 - A. 921 - A. 922 - A. 923 - A. 924 - A. 925 - A. 926 - A. 927 - A. 928 - A. 929 - A. 930 - A. 931 - A. 932 - A. 933 - A. 934 - A. 935 - A. 936 - A. 937 - A. 938 - A. 939 - A. 940 - A. 941 - A. 942 - A. 943 - A. 944 - A. 945 - A. 946 - A. 947 - A. 948 - A. 949 - A. 950 - A. 951 - A. 952 - A. 953 - A. 954 - A. 955 - A. 956 - A. 957 - A. 958 - A. 959 - A. 960 - A. 961 - A. 962 - A. 963 - A. 964 - A. 965 - A. 966 - A. 967 - A. 968 - A. 969 - A. 970 - A. 971 - A. 972 - A. 973 - A. 974 - A. 975 - A. 976 - A. 977 - A. 978 - A. 979 - A. 980 - A. 981 - A. 982 - A. 983 - A. 984 - A. 985 - A. 986 - A. 987 - A. 988 - A. 989 - A. 990 - A. 991 - A. 992 - A. 993 - A. 994 - A. 995 - A. 996 - A. 997 - A. 998 - A. 999 - A. 1000 - A. 1001 - A. 1002 - A. 1003 - A. 1004 - A. 1005 - A. 1006 - A. 1007 - A. 1008 - A. 1009 - A. 1010 - A. 1011 - A. 1012 - A. 1013 - A. 1014 - A. 1015 - A. 1016 - A. 1017 - A. 1018 - A. 1019 - A. 1020 - A. 1021 - A. 1022 - A. 1023 - A. 1024 - A. 1025 - A. 1026 - A. 1027 - A. 1028 - A. 1029 - A. 1030 - A. 1031 - A. 1032 - A. 1033 - A. 1034 - A. 1035 - A. 1036 - A. 1037 - A. 1038 - A. 1039 - A. 1040 - A. 1041 - A. 1042 - A. 1043 - A. 1044 - A. 1045 - A. 1046 - A. 1047 - A. 1048 - A. 1049 - A. 1050 - A. 1051 - A. 1052 - A. 1053 - A. 1054 - A. 1055 - A. 1056 - A. 1057 - A. 1058 - A. 1059 - A. 1060 - A. 1061 - A. 1062 - A. 1063 - A. 1064 - A. 1065 - A. 1066 - A. 1067 - A. 1068 - A. 1069 - A. 1070 - A. 1071 - A. 1072 - A. 1073 - A. 1074 - A. 1075 - A. 1076 - A. 1077 - A. 1078 - A. 1079 - A. 1080 - A. 1081 - A. 1082 - A. 1083 - A. 1084 - A. 1085 - A. 1086 - A. 1087 - A. 1088 - A. 1089 - A. 1090 - A. 1091 - A. 1092 - A. 1093 - A. 1094 - A. 1095 - A. 1096 - A. 1097 - A. 1098 - A. 1099 - A. 1100 - A. 1101 - A. 1102 - A. 1103 - A. 1104 - A. 1105 - A. 1106 - A. 1107 - A. 1108 - A. 1109 - A. 1110 - A. 1111 - A. 1112 - A. 1113 - A. 1114 - A. 1115 - A. 1116 - A. 1117 - A. 1118 - A. 1119 - A. 1120 - A. 1121 - A. 1122 - A. 1123 - A. 1124 - A. 1125 - A. 1126 - A. 1127 - A. 1128 - A. 1129 - A. 1130 - A. 1131 - A. 1132 - A. 1133 - A. 1134 - A. 1135 - A. 1136 - A. 1137 - A. 1138 - A. 1139 - A. 1140 - A. 1141 - A. 1142 - A. 1143 - A. 1144 - A. 1145 - A. 1146 - A. 1147 - A. 1148 - A. 1149 - A. 1150 - A. 1151 - A. 1152 - A. 1153 - A. 1154 - A. 1155 - A. 1156 - A. 1157 - A. 1158 - A. 1159 - A. 1160 - A. 1161 - A. 1162 - A. 1163 - A. 1164 - A. 1165 - A. 1166 - A. 1167 - A. 1168 - A. 1169 - A. 1170 - A. 1171 - A. 1172 - A. 1173 - A. 1174 - A. 1175 - A. 1176 - A. 1177 - A. 1178 - A. 1179 - A. 1180 - A. 1181 - A. 1182 - A. 1183 - A. 1184 - A. 1185 - A. 1186 - A. 1187 - A. 1188 - A. 1189 - A. 1190 - A. 1191 - A. 1192 - A. 1193 -

FARO

Reunião regional de Quadros do Algarve

Sábado, 29, às 15h, no Centro de Trabalho de Faro
Sessão pública de encerramento
às 18h30, com intervenção de
Carlos Carvalhas



Sexta-feira, 28, o secretário-geral do PCP
visita o Hospital de Santiago do Cacém,
sendo recebido pela Direcção Clínica

MATOSINHOS

4.ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 29, às 15h, na Junta de Freguesia de Matosinhos
com a participação de **Emídio Ribeiro**

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL à entrada do séc. XXI:

- Debate com a participação de Albano Nunes, no salão da JF de Entroncamento, dia 28, às 21h30
- Debate com a participação de Carlos Aboim Inglês na CURPIO, em Odiveelas, dia 2 de Maio, às 21h



Valongo

Curso de Formação Ideológica «A acção dos comunistas no actual contexto mundial e nacional»

- História dos comunistas no mundo
- Comunistas e forças progressistas, hoje
- História dos comunistas em Portugal
- 79 anos de luta
- O PCP hoje

Dias 29 e 30, no CT da Boavista

ALMADA

Assembleias plenárias para discussão do anteprojecto de
Resolução Política e eleição de delegados à **VIII Assembleia
da Organização Concelhia:**

- Costa de Caparica: dia 30, 15h, CT da Costa
- SFUAP: 2 de Maio, 21h, CT concelhio
- AIPICA: dia 4, 20h30, CT concelhio
- Cacilhas: dia 5, 21h, CT Alberto Araújo
- Pragal: dia 5, 21h, CT do Pragal
- Almada: dia 6, 15h, CT Alberto Araújo
- Trafaria: dia 6, 15h
- TST: dia 6, 16h, CT do Laranjeiro
- Charneca: dia 7, 15, CT da Charneca
- Feijó: dia 7, 15h, CT do Feijó
- Lisnave/Gestnave: dia 9, 17h, CT concelhio
- Trabalhadores da Autarquia: dia 11, 18h, CT concelhio

ALVERCA

Reuniões sobre a preparação do XVI Congresso e da Assembleia
da Organização Concelhia:

- Da célula das OGMA: **hoje**, dia 27, às 18h, no CT de Alverca
- Da célula da Junta de Freguesia: dia 2 de Maio, às 17h15, no salão da Junta

BARREIRO

Plenários das organizações das freguesias de **Verderena** (no CT
concelhio do Barreiro) e **Lavradio** (no CT do Lavradio) - ambos
dia 29, às 16h

COIMBRA

«**A situação nacional, a luta social e a iniciativa política**»
- reunião com a participação de **Agostinho Lopes**, inserida na
preparação do XVI Congresso, promovida pela Com. Concelhia
do PCP e os Sectores Intelectual e Sindical e dos Médicos e JCP
de Coimbra: quinta-feira, 27, 21h30, CT de Coimbra

LISBOA

Graça - Plenário de militantes da freguesia: quinta-feira, 27,
21h30, no CT da Graça

PALMELA

Reunião de pequenos e médios empresários do concelho, com a
participação de **Carlos Humberto**: sexta-feira, 28, às 21h30,
no CT de Pinhal Novo

Sessão de lançamento da campanha **UMA LUDOTECA PARA CUBA**

promovida pelo CPPC
Dia 30, 21h - Soc. Instr. Guilherme Cossoul
Av. D. Carlos I, 61, 1.º
MÚSICA - POESIA - JANTAR

25 Abril... continua!

LISBOA

Almoço no Centro de Trabalho de Benfca: sábado, dia 29
Almoço de confraternização do Sector da Saúde no dia 1.º de
Maio - no Espaço Cultural Vitória, às 12h30, com a participação
de António Andrez (Inscrições até dia 28, no CT Vitória)

BARREIRO

Almoço de democratas com Vasco Gonçalves: dia 29, às 13h,
no Santoniense Futebol Clube

GRÂNDOLA

Almoço promovido pela Comissão Concelhia do PCP
nos Pavilhões da Feira: dia 29, às 13h

PALMELA

Almoço-convívio comemorativo do 25 de Abril e 1.º de Maio,
com a participação de Jerónimo de Sousa: dia 28, às 12h30,
nos «Loureiros»

Almoço-convívio comemorativo do 25 de Abril e 1.º de Maio
em Cajados, em casa do cam. Paulo Gonçalves: domingo,
dia 30, às 13h

PESO DA RÉGUA

Sessão comemorativa promovida pela Comissão Concelhia do
PCP, com a participação do camarada Octávio Teixeira: sexta-
feira, 28, às 21h, na Escola Secundária Dr. João Araújo Correia

PORTO - 5.ª Assembleia da ORP

Assembleias para debate e eleição de delegados:

- Sectores profissionais da ORP: dia 28, CT da Boavista
- Sto. Ildefonso, Miragaia, Vitória, Sé e S. Nicolau: dia 28,
21h30, CT de S. Cosme
- Sector Ferroviário: dia 29, 10h, CT da Boavista
- Ramalde: dia 29, 15h30, CT da Boavista
- Foz do Douro, Lordelo, Massarelos: dia 29, 15h,
CT da Boavista
- Concelho de Matosinhos: dia 29, 15h, Junta de Freguesia
de Matosinhos

VIZELA

Plenário concelhio de militantes sobre a situação política, o XVI
Congresso e as iniciativas do PCP no plano local (inauguração
da sede concelhia e participação da organização na festa da
Alegria): no CT local (Edifício Vista Alegre), dia 29, às 15h

Se a vida são 2 dias... a Festa do Avante! são 3
dias de convívio, alegria, encontro, música,
desporto, debate, de propostas do PCP, de festa,
que quando termina ... prometemos continuar.



A AFIRMAÇÃO DA MAIOR E MELHOR FESTA DE PORTUGAL

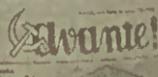
Compre já a sua EP
e participe na construção da Festa

3.100\$00 a 1,2 e 3 de Setembro

2.300\$00 até 31 de Agosto

à venda nos Centros de Trabalho do PCP

Saiba tudo
sobre a Festa.
A partir de Junho
leia a página da festa
no «Avante!».



5ª feira nas bancas.



ATVer

John Turturro, em
«Heróis como Nós»,
de Diane Keaton



As inovações formais
de «O Mundo a Seus
Pés», de Orson Welles

Vamos Dançar

(Quinta, 22.50,
RTP 2)

Sem dúvida, um dos melhores musicais do fabuloso par Fred Astaire-Ginger Rogers. O enredo vai, desta vez,



encontrar um bailarino clássico apaixonado por uma artista de cabaret. Os melhores momentos vão para os bailados ao som de *They Can't Take That Away From Me*, *They All Laughed* e, sobretudo, *Let's Call The Whole Thing Off*, dançado pelo par em patins (!), sem esquecer outras portentosas canções da banda sonora, composta por George e Ira Gershwin.

Non ou a Vã Glória de Mandar

(Quinta, 24.00, RTP 2)

Este conhecido filme de Manoel de Oliveira, estreado mundialmente no Festival de Cinema de Cannes de 1990, debruça-se sobre diversos períodos da História de Portugal, começando nos tempos de Viriato para terminar com a Guerra Colonial, passando ainda por Alcácer-Quibir - numa visão muito pessoal da História e com uma desenvoltura cinematográfica igualmente correspondente às peculiares concepções do realizador.

Heróis como Nós

(Quinta, 01.05, RTP 1)

Filme realizado pela actriz Diane Keaton, tem a recomendá-lo uma história quase autobiográfica em relação ao seu autor e que nos fala de uma família excêntrica vista pelos olhos de um rapaz, o mais jovem dos seus componentes. Apesar de uma certa estrutura



«O Quarto Mandamento», outro filme maior de Welles

interna algo irregular, esta comédia tem ainda momentos de intensa emoção e foi realizada com grande sensibilidade e humor. Nos principais papéis, John Turturro e Andie MacDowell. A hora, essa é um escândalo! Às dez da noite, a mesma RTP 1 transmite... *Bacalhau com Todos!*

O Mundo a Seus Pés

(Segunda, 22.45, RTP 2)

Personagem multifacetada e fulgurante do mundo da artes e do espectáculo - Orson Welles inicia aos 24 anos de idade uma carreira tão fulgurante quanto truculenta que a «carta branca» da RKO lhe proporcionou. E arranca logo com *Citizen Kane* que representa, ao mesmo tempo, o começo de um novo período na história do Cinema, que inevitavelmente influenciou. Tudo já foi dito sobre as decisivas inovações técnicas e formais que Orson Welles trouxe ao cinema com esta obra-prima. Fiquemo-nos por um dos aspectos mais importantes do filme, aliás actualíssimo na realidade de hoje: a concentração de meios e poder por parte dos grandes proprietários da comunicação e da informação personificados na sinistra figura de *William Randolph Hurst*... perdão!, *Charles Foster Kane*.

O Quarto Mandamento

(Terça, 22.45, RTP 2)

Welles prossegue, aqui, o seu ajuste de contas com a sociedade americana, agora através do relato do percurso de duas famílias abastadas - uma, com raízes «feudais», num Estado do Sul, e outra no Norte mais industrial. Ao contrário de *Citizen*, os eventos são aqui contados cronologicamente, mas mantém-se o princípio da recordação do passado. Como em certos episódios isolados do filme anterior, um comentário irónico produz a necessária distanciamento face a esse relato. A utilização dos planos-sequência, das elipses e da montagem de imagem e som é verdadeiramente prodigiosa, mesmo que a cópia final tenha sido estropiada pela produção.

... e ainda ...

Fora de Controlo, de Wolfgang Petersen (Quinta, 00.25, SIC)

Para Sempre Mozart, de Jean-Luc Godard (Sábado, 01.45, RTP 2)

Crash, de David Cronenberg (Domingo, 00.39, SIC)

A Jornada do Medo, de Orson Welles (Quarta, 22.20, RTP 2)

Cabo e Satélite

Os tenores «originais»

Hoje em dia estão muito em moda os espectáculos (quase de «variedades») dos Três Tenores (Plácido Domingo, Jose Carreras e Luciano Pavarotti). Mas o canal Muzzik lembrou-se de proporcionar aos melómanos um encontro com outros grandes tenores da história da ópera: Beniamino Gigli, Jussi Bjorling e Enrico Caruso (na foto, em *Palhaços*, de Leoncavallo).

É hoje ao fim da tarde, pelas 18.30.

(Muzzik, quinta, 18.30 às 19.25)



Em perseguição de Arsène Lupin

É assim que se intitula a noite temática do Arte no próximo domingo, durante a qual nos é dada a conhecer a personagem de um «herói» mítico da literatura popular, *Arsène Lupin*, criado por Maurice Leblanc. Para tal, tudo se inicia às 19.40 com o delicioso filme «*Les Aventures d'Arsène Lupin*», realizado em 1956 por Jacques Becker; segue-se, depois, um documentário de Lucian Dirat e Nathan Miller (realizadores), Didier Blond (escritor) e Dominique Kalika (historiador) que se debruçam sobre *Lupin* como se fosse uma figura real, situando-a na sua época; finalmente, a perseguição termina com outro filme que, por assim dizer, continua o de Becker, este realizado por Yves Robert (1959) e intitulado «*Signé Arsène Lupin*» (ver foto). Enfim, uma noite de autêntico frisson... (Arte, domingo, das 19.40 às 23.55)



Quinta, 27

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
17.55 Espaço Infantil-Juvenil
18.50 Ciclismo: Volta ao Alentejo
19.05 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
22.00 Bacalhau com Todos
22.30 A Lenda Garça
23.10 Senadores
24.00 24 Horas
00.30 1ª. Página
01.05 «Heróis como Nós» (Unstrung Heroes, de Diane Keaton, EUA/1995, com Andie MacDowell, John Turturro, Michael Richards. Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Caminho das Estrelas
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2

Sexta, 28

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
18.50 Ciclismo: Volta ao Alentejo
19.05 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 A Raia dos Medos
23.00 A Lenda da Garça
23.35 A Caminho do Euro 2000
00.05 «O Sargento de Ferro» (de Clint Eastwood, EUA/1986, com Clint Eastwood, Marsha Mason, Everett McGill. Guerra)
02.15 24 Horas
02.45 1ª. Página
03.05 NBA: Jogo Play-Off

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 Basquetebol: Play-Off
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 Aqui, Europa

Sábado, 29

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.20 Aventuras Espaciais
16.10 «Herói por uma Semana» (de Pino Amenta, EUA/1990, com Andrew Shepherd, Pat Evison. Aventuras / Fantasia)
17.50 Aqui, Europa
18.05 Jet 7
18.45 Ciclismo: Volta ao Alentejo
18.55 Futebol: Farense-F.C. Porto
21.00 Telejornal
22.10 Santa Casa
24.00 Loja do Cidadão
01.00 Cone(s)ertos na Cave
01.30 Máquinas
02.25 24 Horas
02.50 «Fuga Arriscada» (de Mika Kaurismaki, EUA/Finl./1995, com James Russo, Cynda Williams. «Thriller»)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Desporto
12.50 A Terra
14.00 Documentário (a designar)
15.00 Desporto
19.30 Magazine 2001
20.00 A Outra Face da Lua



«Casa da Cascata» (Pensilvânia), um projecto do arquitecto Frank Lloyd Wright, em «Artes e Letras» (Domingo, RTP 2)

22.50 «Vamos Dançar» (Shall We Dance, de Mark Sandrich, EUA/1937, com Fred Astaire, Ginger Rogers, Edward Everett Horton. Ver Destaque)
24.00 «Non ou a Vã Glória de Mandar» (de Manoel de Oliveira, Port./Fr./1990, com Luís Miguel Cintra, Diogo Dória, Miguel Guilherme. Ver Destaque)
02.30 Mistérios de Ruth Rendell

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / Muralha
22.30 Esta Semana
23.45 Sai de Baixo
00.25 «Fora de Controlo» (Outbreak, de Wolfgang Petersen, EUA/1995, com Dustin Hoffman, Renee Russo, Morgan Freeman. Catástrofe)
02.25 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.30 Animação
18.30 Combate Mortal
19.30 Directo XXI
20.00 Olho Vídeo
21.00 Vida de Cão
21.30 Investigação TVI
22.30 «Crimes em Série» (de Pat Verducci, EUA/1995, com Kevin Dillon, Alicia Silverstone. «Thriller»)
00.35 A Bola é Nossa
02.40 «Wiley, O Falsificador» (de Dean Parisot, EUA/1990, com Jeff Goldblum, Kristin Scott Thomas, Todd Graff. Telefilme / Drama)

23.00 «Quero Sonhar Contigo» (de Mark Sandrich, EUA/1938, com Fred Astaire, Ginger Rogers, Ralph Bellamy. Musical)
00.30 Andamentos
01.00 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.20 Terra Nostra / Muralha
23.30 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.30 Animação
18.30 Combate Mortal
19.30 Directo XXI
20.00 Olho Vídeo
21.00 Pupilas do Sr. Doutor
21.30 Ri-te, Ri-te
23.00 Reis da Música Nacional
01.05 «Os Alquimistas» (de Peter Smith, EUA/1999, com Edward Hardwicke, Ruth Gemmel. Drama)

22.00 Jornal 2
22.45 Dinheiro Vivo
23.15 Allô, Allô
23.45 Liga de Cavalheiros
00.15 French and Saunders
00.45 O Lugar da História
01.45 «Para Sempre Mozart» (de Jean-Luc Godard, Fr./Suíça/Alem/1996, com Madeleine Assas, Béatrice Allaux, Ghalya Lacroix. Drama)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo Vip
22.00 Chuva de Estrelas
23.20 «A Mulher do Espaço» (de Cybill Richards, EUA/1996, com Jacqueline Lovell, Matt Shue. Erótico)

01.20 Último Jornal
01.55 «Zona de Fogo» (de Allan Eastman, EUA/1996, com Billy Zane, Ron Silver. Acção)

▼ TVI

09.00 Animação
12.00 O Sóião do Pedro
12.30 Top Rock
13.30 Desporto: Contra-Ataque
14.45 Caras Lindas
16.15 «A Cruz Partida» (de Peter Smith, EUA/1984, com Tommy Lee Jones, Norman Bennett. Aventuras)
18.00 Directo XXI
18.45 Impacto TV
19.50 «Seleção Natural» (de Jack Sholder, EUA/1993, com C. Thomas Howell, Lisa Zane. Drama)
21.50 Jardins Proibidos
23.00 «Fim de um Sonho» (EUA/1996, com Nancy Anne Sakovich, Dylan Neal. Drama)
01.00 «Perdida Durango» (de Alex de la Iglesia, EUA/Méx./Esp./1997, com Rosie Perez, Javier Bardem. Acção)



Carlos Cruz sabe ouvir os seus convidados em «Senadores» (Quintas, RTP 1)

Domingo, 30

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Infantil / Juvenil
 - 12.30 3.ª Calhau a Contar do Sol
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 Made in Portugal
 - 15.15 «Não Digam à Mãe que a Baby Sitter Morreu» (de Stephen Herek, EUA/1991, com Christina Applegate, Joanna Cassidy. *Comédia*)
 - 17.10 «O Salvador do Mundo» (de Greg Beeman, EUA/1992, com Teri Garr, Jeffrey Jones, Wallace Shawn. *Comédia*)
 - 19.10 Major Alvega
 - 19.50 Golos da Jornada
 - 20.00 Telejornal
 - 21.20 Agora é que são Elas
 - 22.40 Domingo Desportivo
 - 00.20 Nada é Sagrado
 - 01.15 Prazeres
 - 02.20 24 Horas
 - 02.45 Liga de Campeões
 - 03.30 «Detective Perigoso» (de Keenan Ivory Wayans, EUA/1994, com Keenan Ivory Wayans, Jada Pinkett. *Thriller*)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
 - 09.00 Programa Religioso
 - 12.00 Missa
 - 12.30 Iniciativa
 - 14.05 Onda Curta
 - 14.45 Desporto 2
 - 18.50 Rotações
 - 19.20 Jornal de África
 - 20.00 Bombordo
 - 20.30 Artes e Letras: Frank Lloyd Wright
 - 21.30 Horizontes da Memória
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.45 A Grande Obra
 - 23.45 Travessa do Cotovelo
 - 00.50 Ópera: «A Flauta Mágica» de W.A. Mozart, com Matthias Holle, Paul Groves, Anthony Michaels-Moore, Christian Baumgartel, Victoria Loukianetz. Encenação: Roberto de Simone. Direção musical: Riccardo Mutti.

- ▼ SIC**
- 07.30 Zip Zap
 - 12.00 BBC Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 «As Aventuras de Pinóquio» (de Steve Barron, EUA/1996, com Martin Landau, Jonathan Taylor Thomas, Genevieve Bujold. *Fantasia*)
 - 16.00 Rex, O Cão Policia
 - 17.00 «Academia de Polícia» (de Hugh Wilson, EUA/1984, com Steve Guttenberg, C.W. Bailey. *Comédia*)
 - 19.00 Futebol: Benfica-Guimarães
 - 21.00 Jornal da Noite
 - 22.00 Herman SIC
 - 00.30 «Crash» (de David Cronenberg, EUA/1996, com James Spader, Holly Hunter, Rosanna Arquette. *Fantástico*)
 - 02.30 Tênis: Maia Open
 - 02.45 Último Jornal

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
 - 11.00 Espaço Religioso
 - 11.10 Missa
 - 13.00 Portugal Português
 - 14.15 Caras Lindas
 - 16.15 «Os Homens Também Choram» (de Harry Winer, EUA/1993, com Peter Strauss, Judith Light. *Drama*)
 - 18.00 Directo XXI
 - 18.30 Cocktail Nacional
 - 19.50 «Universo Paralelo» (de Peter Werner, EUA/1998, com Tate Donovan, Ming-Na Wen. *Drama*)
 - 21.50 Jardins Proibidos
 - 23.00 Os Médicos
 - 24.00 «Verão do Assassino» (de Michael Storey, EUA/1998, com Michael Ironside, Talmeo Welch. *Policia*)
 - 02.00 «O Lunático» (de Lol Creme, EUA, com Julie T. Wallace, Paul Campbell. *Comédia*)

Segunda, 1

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Hora Viva
 - 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 - 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 A Preciosa
 - 15.45 Espaço Infantil-Juvenil
 - 17.00 Andebol: ABC-F.C. Porto
 - 19.00 Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Moda Lisboa
 - 21.10 Remate
 - 21.25 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 - 21.00 A Senhora Ministra
 - 22.30 A Lenda da Garça
 - 23.15 Jogo Falado
 - 01.00 24 Horas
 - 01.30 1.ª Página
 - 01.50 «O Parceiro do Jack Reed» (de Brian Dennehy, EUA/1995, com Brian Dennehy, Susan Ruttan, Charles S. Dutton. *Telefilme / Policial*)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
 - 17.30 Informação Gestual
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Universidade Aberta
 - 19.30 Espaço Infantil-Juvenil
 - 20.40 Tesouros Selvagens da Europa
 - 21.30 Acontece
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.45 «O Mundo a Seus Pés» (Citizen Kane, de Orson Welles, EUA/1941, com Orson Welles, Joseph Cotton, Everett Sloane. *Ver Destaque*)
 - 00.55 Cupido (Estreia)

- ▼ SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 12.00 Com a Boca na Botija
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 «007, Ordem para Matar» e «007, Operação Goldfinger» (de Terence Young, Gr.Br./1962/1964, com Sean Connery. *Aventuras / Espionagem*)
 - 18.00 Vila Madalena
 - 19.00 Esplendor
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Terra Nostra / A Muralha
 - 22.10 Roda dos Milhões
 - 00.30 Sai de Baixo
 - 01.10 Último Jornal
 - 01.45 Especial Charlotte Church

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.40 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.05 «Sherlock, O Cão Detective» (de Richard Harding Gardner, EUA/1994, com Benjamin Eron, Brunne Cameron. *Comédia*)
 - 15.45 «Um Professor dos Diabos» (de Harland Williams, EUA/1998, com Harland Williams, Katey Sagal. *Comédia*)
 - 17.45 «Fuga Para o Inferno» (de Deran Serafian, EUA/1999, com Yasmine Bleeth, Jere Burns. *Drama*)
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Olhó Vídeo
 - 20.50 «Bora Lá, Marim»
 - 21.45 Quero Justiça
 - 23.00 «No Limiar da Inocência» (de Peter Werner, EUA/1997, com Kellie Martin, James Marsden. *Melodrama*)
 - 01.50 «Estrangulador» (de John Bradshaw, EUA, com Chris Sarandon, Catherine Mary. *Drama*)

Nota: A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Terça, 2

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Hora Viva
 - 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 - 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 A Preciosa
 - 15.45 Espaço Infantil-Juvenil
 - 16.45 Boa Tarde
 - 17.55 Espaço Infantil-Juvenil
 - 19.00 Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Moda Lisboa
 - 21.10 Remate
 - 21.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 - 22.05 Não é Homem não é Nada
 - 22.35 A Lenda da Garça
 - 23.15 Grande Entrevista
 - 00.55 Futebol: Liga dos Campeões (diferido)
 - 03.45 24 Horas
 - 04.20 1.ª Página
 - 04.45 Os Hughleys

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
 - 17.30 Informação Gestual
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 20.40 Brigada Submarina (Estreia)
 - 21.30 Acontece
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.45 «O Quarto Mandamento» (The Magnificent Ambersons, de Orson Welles, EUA/1942, com Tim Holt, Joseph Cotton, Ann Baxter. *Ver Destaque*)
 - 00.50 Resistência

- ▼ SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 10.00 SIC 10 Horas



«A Flauta Mágica», ópera de Mozart (Domingo, RTP 2)

- 12.00 Ficção
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 Esplendor
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Médico de Família
- 22.15 Terra Nostra / A Muralha
- 23.40 Sai de Baixo
- 00.20 «Que Paródia de Férias» (de Harold Ramis, EUA/1983, com Chevy Chase, Beverly d' Angelo. *Comédia*)
- 02.25 Último Jornal
- 03.00 Toda a Verdade: Mudar de Sexo

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.40 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.30 Louca Paixão
 - 15.45 Batatoon
 - 19.00 Olhó Vídeo
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Combate Mortal
 - 21.00 «O Terceiro Gémeo» (Mini-Série)
 - 00.05 «Hora da Vingança» (de Ken Cameron, EUA, com Mary Tyler Moore. *Thriller*)



«Os Médicos», uma série em destaque na TVI (Domingos)

Quarta, 3

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Hora Viva
 - 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 - 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 A Preciosa
 - 15.45 Espaço Infantil-Juvenil
 - 16.40 Boa Tarde



Luís Filipe Costa, realizador de «Resistência», série sobre a luta antifascista (Terças, RTP 2)

- 17.55 Espaço Infantil-Juvenil
- 19.00 Regiões
- 19.30 Ciclismo: Prémio «Jornal de Notícias»
- 19.35 Futebol: Liga dos Campeões
- 21.45 Telejornal
- 22.40 Moda Lisboa
- 22.50 Remate
- 23.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 00.35 Futebol: Liga dos Campeões (Resumos)
- 01.45 24 Horas
- 02.00 Ciclismo: Prémio «Jornal de Notícias»
- 02.10 1.ª Página



02.40 «Atrás do Silêncio» (de Fred Gerber, EUA/1996, com Kellie Martin, JoBeth Williams, Alan Rosenberg. *Telefilme / Drama*)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
 - 17.30 Informação Gestual
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 20.10 Ser ou Não Ser Génio
 - 21.00 Jornal 2
 - 22.00 Acontece
 - 22.20 «A Jornada do Medo» (Journey into Fear, de Orson Welles, com Joseph Cotton, Dolores Del Rio, Ruth Warrick, Orson Welles. *Espionagem*)
 - 00.35 Sinais do Tempo / Zoom

- ▼ SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 10.00 SIC 10 Horas
 - 12.00 Ficção
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Ponto de Encontro
 - 16.00 Fátima Lopes
 - 18.00 Vila Madalena
 - 19.00 Esplendor
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 A Loja do Camilo
 - 21.30 Terra Nostra / A Muralha
 - 22.50 Jornalistas
 - 00.10 Sai de Baixo
 - 00.50 «Um Assassino à Solta» (de Jeb Stuart, EUA/1997, com Dennis Quaid, Danny Glover, Jared Leto. *Thriller*)
 - 02.50 Último Jornal

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.40 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.30 Louca Paixão
 - 15.45 Batatoon
 - 18.00 Combate Mortal
 - 19.00 Directo XXI
 - 19.30 Olhó Vídeo
 - 20.30 Ri-te, Ri-te
 - 22.30 «O Falcão Ataca de Novo» (de Michael Dryhurst, EUA, com Bruce Willis, Danny Aiello, Andie MacDowell. *Comédia / Acção*)
 - 00.35 «Flash Indiscreto» - nenhuma actualização por parte da TVI

TVisto

Correia da Fonseca

«Senadores» e a desintoxicação

Não me lembro se já aqui alguma vez foi referida a rubrica «Senadores», de Carlos Cruz, mas desconfio bem que sim. Nesse caso, a opção tem o defeito grave de se estar a falar de programas pouco vistos, quer porque os temas abordados não coincidem com as escolhas dominantes do público quer porque o horário de transmissão não ajuda. Ora, bem se sabe que a crítica deve referir-se a programas vistos por significativa audiência a fim de não correr o risco de ficar a falar sozinha. O que acontece, porém, é que também é importante que pelo menos se fale de programas excelentes, ou simplesmente bons, atirados para horas pouco ou nada propícias em obediência a critérios de programação que privilegiam a mediocridade ou o mero populismo, porque «vendem bem». Critérios que, já se vê, não deviam ser adoptados por uma estação pública de televisão.

«Senadores» não tem ainda muitas emissões, não sei se vai ter muitas mais, mas sei que não me lembro de nenhuma que não tenha abordado um tema importante, o que prova o que aliás já não era difícil saber: que Carlos Cruz sabe escolher bem e é capaz de fazer bem uma televisão a sério. Os programas já havidos vieram também demonstrar que, além disto, Carlos Cruz sabe também o que é importante em cada assunto. Que nem sempre isso se torne óbvio em tudo quanto faz é uma outra questão que não importa esgaravar aqui.

O assunto que desta vez esteve em «Senadores» foi «os políticos», e para o tratar Carlos Cruz escolheu Pedro Bacelar de Vasconcelos, Alice Vieira, João de Deus Pinheiro e Odete Santos. Todos eles proferiram palavras importantes, talvez fundamentais, para o esclarecimento das questões que o tema suscita directa ou indirectamente. A maior das quais, parece-me, é a de que por detrás da prática constante de aqular contra «os políticos», todos os políticos, a chamada opinião pública, resulta de facto o descrédito da democracia que apesar de tudo ainda subsiste, embora com óbvios defeitos, e de que «os políticos» são tacitamente apontados como a única dimensão. É uma estratégia que, nas minhas contas, data pelo menos dos anos 30, e que se nutre de demagogia e da aldrabice. Nesse terreno floresce o sonho de uma sociedade livre de «os políticos», sobretudo dos comunistas ou similares como por

cá existiu até 74, e não há-de ser por acaso que são as vozes mais à direita as mais empenhadas na hostilização de «os políticos». Entende-se: os da direita bem sabem que, quando «os políticos» são riscados da vida pública, eles deixam de ser «políticos» e continuam lá, a mandar no País ou, dizendo com mais propriedade, a executar como hoje executam o que melhor convém aos que hoje de facto já mandam por detrás dos reposteiros.

Algumas verdades

Entre outras coisas, Pedro Bacelar de Vasconcelos disse do «flop» da economia mundial, obviamente capitalista, e acentuou que «o que mais caro sai aos contribuintes é a demagogia». Entre muitas outras coisas importantes, Alice Vieira lembrou que as palavras «político» e «intelectual» adquiriram entre nós uma clara conotação pejorativa, o que dá bem uma ideia do triste estado cívico e cultural do País. João de Deus Pinheiro retomou com alguma coragem uma verdade impopular: que «os políticos ganham muito mal em Portugal» (e logo Odete Santos recordou uma outra verdade sempre escondida, que é a de que os comunistas nem mesmo esse «muito mal» guardam para si). Quanto a Odete Santos, acontece que a sua intervenção foi excelente, verdadeiramente inestimável de uma ponta à outra, e de tal modo que não é possível registar aqui só o que nela foi mais relevante.

Quero acrescentar, já agora, que nestes últimos tempos até anda a parecer-me que a presença de Odete nas TV's tem sido frequente de mais: é, em princípio, uma questão de mera gestão de imagem. Porém, de cada vez que ela surge, logo reconheço que «dessa vez» valeu a pena, e muito. Ela, até com peculiaridades de expressão gestual que em princípio lhe criariam dificuldades de comunicação pela TV, suscita uma empatia que decorre da convicção, do nenhum artifício, da força dos argumentos, da recusa de ficar calada perante inverdades. Voltou a ser assim desta vez. E «Senadores» voltou a ser mais um esforço de desintoxicação pública. O que não é pouco nos tempos que vão correndo.



A talhe de foice

• Henrique Custódio

Sem ardil

Finalmente, o resgate do pequeno Elián Gonzalez pelas autoridades federais norte-americanas pôs termo ao insuportável circo que as mesmas autoridades circunstanciaram quando, inconcebivelmente, consentiram que o jovem naufrago cubano fosse transformado em objecto numa campanha de propaganda torpe. Sejamos claros.

Se esta criança viesse de outra nacionalidade, que não a cubana, e fosse recolhida das águas da Flórida nas mesmas circunstâncias do pequeno Elián, os responsáveis governamentais norte-americanos, à semelhança dos responsáveis de qualquer país civilizado, nem por um segundo abririam mão da sua tutela e muito menos hesitariam em a devolver ao pai, houvesse, ou não, em Miami familiares disponíveis ou interessados em a acolher. O direito dos pais aos filhos, e vice-versa, mais que um princípio da civilização é um instinto com raiz no mais fundo da humanidade, limitando-se os ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais a consignar o óbvio quando determinam, liminarmente, a primazia da tutela paternal. Negar o reencontro de um filho com o pai é que seria um absurdo de espinhosa justificação por parte das autoridades de qualquer país. Daí o desconforto com que, apesar de tudo, o Governo dos EUA sempre lidou com o problema, acabando a pôr um travão ao escândalo tarde, a más horas e «à americana».

Obviamente, só a proximidade das eleições presidenciais norte-americanas dão sentido ao inconcebível aproveitamento político da tragédia da criança por parte dos dois actores maiores desta farsa – os bandos anticomunistas de Miami e os candidatos presidenciais dos dois partidos que polarizam a vida política dos EUA.

Com interesses diferentes, estes protagonistas confluíram grosseiramente na exploração pública do pequeno Elián: os primeiros, porque queriam utilizar a criança como combustível para os seus **progroms** anticomunistas, os segundos, porque querem os votos dos primeiros.

O que, manifestamente, nenhum quis, nem por tal se interessou, foi garantir o elementar direito desta criança à melhor recuperação possível da tragédia que acabara de viver. Tragédia, recorde-se, que teve o tamanho de um naufrágio onde uma criança de seis anos perdeu a própria mãe e quase morreu afogada. Recuperação, por isso mesmo, que urgia a participação do pai. Só gente totalmente desprovida de escrúpulos podia fazer tábua rasa destas enormes evidências e, na decorrência, tentar a exploração da tragédia em proveito próprio.

Neste quadro, a suspeita dedicação de um tio-avô e de uma prima à vida de uma criança que nem sequer conheciam tem a indignidade estampada no **show business** a que ambos, voluptuosamente, se entregaram.

Salomão, se julgasse o caso, seria provavelmente tentado a adaptar o ardil da espada com que apurou a verdade do amor paternal em litígio.

Pelo que sabemos da perspicácia deste monarca bíblico, a velha proposta de cortar a criança ao meio tinha hoje boas hipóteses de se transformar na ameaça de fazer isso mesmo ao tio e à prima.

E sem ardil.

25 de Abril Um projecto que se mantém vivo

Manifestações de rua, iniciativas desportivas e culturais, muita música e fogo de artifício. Por todo o País o 25 de Abril foi lembrado de diferentes formas. Vinte seis anos depois, o povo sai uma vez mais à rua, ligando memórias do passado às realidades e sentidos problemas do hoje.

«E então o *chaimite* não vem?» No início de um desfile que reuniu, em Lisboa, milhares de pessoas, cada um vai comentando o que de novo ou «tradicional» a manifestação sempre encerra. Ponte entre história e actualidade que será, sem dúvida a fonte da sua vitalidade, o *porquê* que em cada ano traz à Avenida da Liberdade em Lisboa, à Avenida dos Aliados, no Porto, e aos vários centros de cidades, vilas e povoações do País, gente que em muitos casos não teve qualquer vivência da sociedade obscurantista e repressiva a que o 25 de Abril pôs termo.

Hoje são outros os problemas, as contradições, as perspectivas. Como foi lembrado

nas ruas. No Parlamento. E no polémico *Apelo* – de que a semana passada demos notícia nas páginas do «Avante!» – e que este ano visou, em particular, as políticas neoliberais e a sua expressão no nosso país.

O destaque nos noticiários da televisão e, em muitos casos, nas primeiras páginas dos jornais, foi para a presença de polfícia e GNR, pela primeira vez como manifestantes, no desfile e Lisboa e em concentração do Porto. Presença envolta em polémica e na ambiguidade de mais do que discutíveis protestos

e de legítimas exigências de direitos de cidadania.

Novas e velhas exigências

Mas as manifestações do 25 de Abril foram bem mais abrangentes que os destaques difundidos pelos *media* e muitas outras realidades, problemas e reivindicações marcaram presença nas nossas ruas.

Antes do mais, o movimento que nestes dias se tem vindo a

afirmar, para que *ninguém se cale* face aos aumentos dos transportes públicos impostos pelo governo, e que necessariamente se irão repercutir num aumento generalizado do

custo de vida. Uma exigência que anda de par da reivindicação de aumentos salariais que de alguma forma compensem o esperado salto na inflação.

Os riscos da globalização, o domínio da economia pelo sector financeiro, foram uma vez mais denunciados

Para que não sejam uma vez mais os trabalhadores a pagar na íntegra a factura.

Outra presença forte – a dos imigrantes –, que vieram reivindicar documentos e habitação parta todos, protestar contra o «trabalho escravo», lembrar a sua activa participação na construção do país e exigir não serem tratados como *descartáveis*.

Autarquias e sindicatos, de par das mais diversas associações e organizações de carácter social, cultural e político, constituíram o grosso da manifestação, cruzando-se palavras de ordem e cartazes, quer a lembrar obra feita quer necessidades e prioridades de trabalhadores e populações.

Pontuando aqui e ali a manifestação, a música e a dança, entre os bombos e os ranchos, passando pelo coro alentejano. E por todo o lado, sempre presentes, os cravos de Abril.

Contra o neoliberalismo

Os riscos da globalização, o controlo da informação, «o domínio da economia pelo sector financeiro», foram denunciados pelo almirante Martins Guerreiro, que falou no palco dos Restauradores, em Lisboa, em nome da Associação 25 de Abril e da comissão organizadora das comemorações.

Retomando as críticas à ordem neoliberal levantadas no *Apelo à participação*, Martins Guerreiro lembrou que esta realidade cria «um novo poder sem controlo democrático». «Esta não é a sociedade com que sonhámos no 25 de Abril», alertou.

Na perspectiva de que o 25 de Abril é «um projecto que se mantém vivo», o orador referiu os diversos problemas que actualmente se colocam à sociedade portuguesa, e sublinhou, como principais desafios para o futuro, a «batalha da educação e do acesso à informação».



Muitos milhares de pessoas participaram na manifestação em Lisboa

Sampaio fala de desigualdade

As críticas à acção governamental foram um elemento dominante da intervenção do Presidente Jorge Sampaio na sessão solene realizada na Assembleia da República para assinalar o 26.º aniversário da Revolução de Abril.

Sampaio advertiu, em particular, para a existência de sérios riscos caso o país adote uma estratégia de curto prazo e o Estado continue lento na sua evolução, defendendo a urgência de reformas no fisco e na educação.

Exigindo «rigor na gestão orçamental» e a «urgente revisão do sistema fiscal», o

Presidente sublinhou que «Portugal apresenta graus de desigualdade na distribuição dos rendimentos sem paralelo em qualquer outra sociedade europeia». «Essa tendência tem de ser controlada e invertida, a começar pela reforma fiscal, com medidas que garantam uma efectiva e crescente igualdade de oportunidades», defendeu.

Lembrou ainda que «na saúde não há resposta ainda, com eficácia suficiente, às necessidades da população» e que «a legislação laboral não é correctamente aplicada».

«Sinto o Estado fraco na

defesa do interesse colectivo perante o poder crescente dos grupos de interesses organizados», sublinhou.

Sampaio teceu ainda duras críticas às recentes acções de protesto realizadas por agentes da PSP e à forma como o Governo reagiu. «Aos tribunais pede-se que punam as violações da lei; às polícias que as previnam e as reprimam. Manda o Estado de Direito, que a ambos justifica, que não ultrapassem a medida de força estritamente exigida em cada situação. Quando infringem esta ética essencial, não podem esperar compreen-

são da comunidade que servem», disse.

Sublinhou, por outro lado, que «enquanto às polícias não for reconhecido um estatuto que lhes garanta a plenitude da cidadania, é o Estado de Direito, na leitura garantística que lhe é conferida pela Constituição da República, que se perde e se empobrece».

